



PUC GOIÁS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTU SENSU*
Mestrado em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento

MARINA RÚBIA MENDONÇA LÔBO

**INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NA ÁFRICA À LUZ DO
CASO GANENSE**

Goiânia

2011

MARINA RÚBIA MENDONÇA LÔBO

**INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NA ÁFRICA À LUZ DO
CASO GANENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito para a obtenção de título de Mestre em Direito, sob orientação do Professor Doutor Jean Marie Lambert.

Goiânia

2011

MARINA RÚBIA MENDONÇA LÔBO

**INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NA ÁFRICA À LUZ DO
CASO GANENSE**

Dissertação defendida no Curso de Mestrado em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, para a obtenção do grau de Mestre. Aprovada em de de 2011, pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Banca Examinadora

Dr. Jean Marie Lambert
Prof.º Orientador e Presidente da Banca

Dr. Rabah Belaidi
Prof.º Membro da Banca

Dr. Haroldo Reimer
Prof.º Membro da Banca

Agradeço a meu pai e minha mãe pelo apoio incondicional, principalmente nos últimos anos. Seus esforços são mais do que evidentes e apreciados.

À minha família, amigos e namorado que se mantiveram presentes e firmes durante todo o processo, mesmo quando estava cansada, mal humorada e não podia oferecer-lhes a atenção merecida.

Ao meu mestre, Jean Marie, que não só me ensinou a escrever como me inspirou a buscar meu estilo.

Às professoras Maria Cristina Bahia de Carvalho, minha sogra, e Mércia Mendonça Lisita, minha madrinha, pelas exaustivas correções que fizeram dos meus textos, todas com muito carinho e zelo.

Obrigada.

Dedico a conquista a minha afilhada Mariana, mais nova e linda cidadã do mundo. Que eu possa ser pra ela, um dia, razão de muito orgulho e inspiração, na intenção de motivá-la a ser sempre melhor e alcançar o infinito.

SUMÁRIO

RESUMO.....	10
ABSTRACT.....	11
INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I- EVOLUÇÃO HISTÓRICA DE GANA.....	15
1.1 Esboço Histórico do Continente Negro.....	15
1.2 Considerações Iniciais sobre o Império de Gana.....	18
1.3 A Cidade de Elmina em Gana.....	20
1.4 <i>Gold Coast</i> - Gana: de 1900 a 2010.....	23
CAPÍTULO II- INTEGRAÇÃO CONTINENTAL E INSERÇÃO REGIONAL.....	27
2.1 Integração Continental - União Africana.....	27
2.1.1 A Dimensão Política da União Africana.....	29
2.1.1.1 Assembléia (Assembléia dos Chefes de Estado e de Governo da UA).....	29
2.1.1.2 Conselho Executivo (CE dos Ministros da UA).....	30
2.1.1.3 Parlamento Pan-Africano.....	30
2.1.1.4 Corte de Justiça (Corte Africana dos Direitos Humanos e dos Povos).....	30
2.1.1.5 Autoridade (Secretariado da UA).....	31
2.1.1.6 Comitê dos Representantes Permanentes.....	31
2.1.1.7 Comitês Técnicos Especializado.....	32
2.1.1.8 Conselho Econômico, Social e Cultural.....	32
2.1.1.9 Conselho de Paz e Segurança.....	33
2.1.1.10 Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos.....	33

2.1.2 A Dimensão Econômica da União Africana.....	33
2.1.2.1 União do Magreb Árabe.....	35
2.1.2.2 Comunidade dos Estados Sahelo-Saarianos.....	35
2.1.2.3 Comunidade da África Oriental.....	36
2.1.2.4 Comunidade Econômica dos Estados Centro-Africanos.....	37
2.1.2.5 Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental.....	37
2.1.2.6 Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento.....	38
2.1.2.7 Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.....	39
2.1.2.8 Mercado Comum da África Oriental e Austral.....	39
2.2 Inserção Regional- ECOWAS.....	40
2.2.1 Estrutura Organizacional.....	41
2.2.1.1 Autoridade dos Chefes de Estado e de Governo.....	41
2.2.1.2 Conselho de Ministros.....	41
2.2.1.3 Parlamento.....	41
2.2.1.4 Conselho Econômico e Social.....	42
2.2.1.5 Tribunal de Justiça.....	42
2.2.1.6 Comissão.....	42
2.2.1.7 Fundo de Cooperação, Compensação e Desenvolvimento.....	43
2.2.1.8 Comissões Técnicas Especializadas.....	43
2.2.2 Dimensão Econômico-Financeira.....	44
2.2.3 Cooperação em Segurança Regional.....	45
2.2.4 Esportes e Intercâmbio Cultural.....	46
2.2.5 Programas Prioritários da ECOWAS em Gana.....	47
CAPÍTULO III- INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO.....	49
3.1 Cenário Econômico.....	49
3.2 Infraestrutura.....	51
3.2.1 Energia elétrica.....	51
3.2.2 Transporte.....	55
3.2.2.1 Transporte ferroviário.....	58
3.2.2.2 Transporte rodoviário.....	59
3.2.2.3 Transporte náutico e fluvial.....	60
3.2.2.4 Transporte aéreo.....	62
3.2.3 Mão de obra.....	62

3.3 Risco.....	63
3.3.1 Risco político e cambial.....	64
3.3.2 Risco jurisdicional.....	64
3.4 Investimento Estrangeiro Direto.....	65
3.4.1 Brasil.....	65
3.4.2 Outros países.....	67
CAPÍTULO IV- QUADRO REGULATÓRIO GERAL PARA INVESTIMENTOS.....	74
4.1 Lei 478/94 e Normas Legais Complementares.....	74
4.1.1 Parte I- Centro de Promoção ao Investimento de Gana.....	74
4.1.2 Parte II- Provisões relativas ao investimento e observância de normas específicas complementares.....	76
4.1.3 Parte III- Provisões gerais.....	79
4.2 Fraude e Corrupção.....	80
4.3 Procedimentos: da Abertura à Extinção de uma Empresa.....	81
4.3.1 “Abertura de Empresa”.....	82
4.3.2 “Obtenção de Alvarás de Construção”.....	83
4.3.3 “Registro de Propriedade”.....	84
4.3.4 “Obtenção de Crédito”.....	85
4.3.4.1 Eficiência dos direitos legais.....	85
4.3.4.2 Informações de crédito acessíveis.....	85
4.3.4.3 Dados não disponíveis em nenhuma agência.....	86
4.3.5 “Proteção de Investidores”.....	86
4.3.5.1 “Índice de Transparência”.....	87
4.3.5.2 “Índice de Responsabilidade do Diretor”.....	87
4.3.5.3 “Facilidade de Processar dos Acionistas”.....	87
4.3.6 “Pagamento de Tributos”.....	88
4.3.7 “Comércio Internacional”.....	89
4.3.8 “Cumprimento de Contratos”.....	89
4.3.9 “Extinção de uma Empresa”.....	90
4.4 Concorrência Desleal.....	91
4.5 Licitação.....	93
CONCLUSÃO.....	98

REFERÊNCIAS.....	104
------------------	-----

RESUMO

O presente trabalho analisou o investimento estrangeiro direto na África, concentrando-se na produção de uma ferramenta de avaliação de oportunidades de negócios nos mercados africanos, mais especificamente em Gana, país situado na porção ocidental do Continente Negro. Visando estabelecer um instrumento de leitura objetivo para a seleção racional de Gana como campo de prospecção, a pesquisa apontou, genericamente, variáveis aptas a estabelecer o país como mercado fecundo, a exemplo do contexto cultural; recursos naturais e humanos; infraestrutura e dimensão de mercado; desempenho econômico e governança; tributação e incentivos; custos operacionais; quadros regulatórios de investimentos, entre outros, acostados em quatro capítulos, verificados através de fontes bibliográficas e eletrônicas. O quadro atual parece nos levar a previsões favoráveis às aplicações de capital na região, uma vez que Gana moldou seu ordenamento jurídico de forma a torná-lo auspicioso para investidores, facilitando o acesso de capital internacional aos mercados locais, através de benefícios e incentivos gerais, o que culminou na melhoria do ambiente empresarial.

Palavras-chave: Investimento estrangeiro direto; Gana; Viabilidade.

ABSTRACT

This study examined the foreign direct investment in Africa, focusing on the production of an evaluating tool for business opportunities in African markets, specifically in Ghana, a country situated in the western portion of the Black Continent. Aiming to establish an objective reading instrument for the rational selection of Ghana as a prospecting field, the research showed, generally, variables apt to set the country as a fecund market, such as the cultural context; natural and human resources, infrastructure and market size; economic performance and governance, taxation and incentives, operating costs, regulatory frameworks for investment, among others, comprised in four chapters, verified through electronic and bibliographic sources. The current situation seems to lead us to a favourable forecast to capital investments in the region, since Ghana has shaped its legal system so as to make it promising for investors, facilitating access to international capital into local markets by offering general benefits and incentives which resulted in improvement of the business environment

Keywords: Foreign direct investment; Ghana; Feasibility.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisará o investimento estrangeiro direto na África, concentrando-se na produção de uma ferramenta de avaliação de oportunidades de negócios nos mercados africanos, mais especificamente em Gana, país situado na porção ocidental do Continente Negro.

A problemática da pesquisa é a viabilidade de aplicação de capital, sobretudo pelo setor privado, visto, aqui, como motor basilar de crescimento e parceiro na construção da nação.

O investimento estrangeiro é, inegavelmente, capaz de melhorar o desempenho econômico do Continente. O influxo monetário, mormente em busca de fontes energéticas abundantes; de materiais estratégicos variados (cobre, cobalto, manganês) para expansão industrial; ou, de amplos mercados de exportação e importação, colabora para a inserção internacional positiva da África num mundo cada vez mais competitivo.

Com a estagnação e dificuldade de investimentos saudáveis, empresas do mundo todo precisam buscar novos mercados com potencial e suporte necessários, em diversos níveis (legislativo, estrutural...), para gerar retorno viável aos interessados. Destarte, nos últimos anos, evidencia-se uma redescoberta do Novo Continente por potências mundiais em busca de diversificação.

A região comporta setores variados de atividades, goza de acesso preferencial aos mercados mundiais, e a entrada de produtos estrangeiros não é dificultada por burocracias protecionistas.

Dentre os países africanos, Gana destaca-se de forma particular tanto no dinamismo econômico quanto no plano da estabilidade política. Contrariamente a muitos países africanos, a região não passa por conflitos étnicos tão comuns em seus vizinhos.

A atividade agrícola contribui com mais da metade do Produto Interno Bruto decorrente da alta demanda internacional por *commodities* africanas. Juntamente com a mine-

ração, a indústria petrolífera estabelece-se como atrativo econômico para aplicações estrangeiras.

A pesquisa justifica-se pela constatação de um quadro regulatório de promoção e proteção dos investimentos, além de sistema bancário e monetário eficientes. Ao mesmo tempo, a infraestrutura de Gana, principalmente acerca dos transportes e da energia elétrica, é capaz de atender aos investimentos futuros.

Visando estabelecer um instrumento de leitura objetivo para a seleção ou eliminação racional de Gana como campo de prospecção, o presente trabalho apontará, genericamente, variáveis aptas a estabelecer o país como mercado fecundo ou não, a exemplo do contexto cultural; recursos naturais e humanos; infraestrutura e dimensão de mercado; desempenho econômico e governança; tributação e incentivos; custos operacionais; quadros regulatórios de investimentos, entre outros.

Para o desdobramento dos pontos acima, o estudo adentrará pormenorizadamente na temática com a seguinte divisão de capítulos: o Primeiro, Evolução Histórica de Gana, assinalará, antes de tudo, o esboço do Continente Africano, notadamente a expansão europeia dominante na região. Ainda, considerações iniciais sobre o Império ganense desde sua fundação em meados dos anos 300 até sua conquista pelos berberes Almorávidas, durante o século XI, serão abordadas.

Na mesma seção, tratar-se-á da importância da cidade costeira de Elmina para o comércio, principal e inicialmente, português, desde a construção do Castelo de São Jorge da Mina em 1482, assim como a reorientação dos caminhos da pré-estabelecida rota transaariana devido à mercancia europeia na costa, no final do Século XIX. Por fim, será dada especial atenção para a evolução de Gana adentrando nos dias atuais.

O Capítulo II comportará a Integração Continental e Inserção Regional de Gana. A primeira será feita por intermédio da União Africana, organização intergovernamental constituída por 53 Estados, tendo como modelo a estrutura e formatação da União Europeia, ou seja, bloco econômico dotado de comando político. É composta, também, por órgãos políticos e administrativos, abrigando atualmente oito Comunidades Econômicas Regionais, sendo a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental bloco de escolha ganense.

A Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS) acolhe, hoje, quinze países que visam uma mútua cooperação econômica, social e cultural, na busca da auto-suficiência coletiva. Dentre seus programas prioritários em Gana estão a Livre Circulação de Pessoas e Mercadorias e o Programa de Cooperação Monetária.

Adentrar-se-á mais precisamente no objeto “Investimentos Estrangeiros Diretos”

no Terceiro Capítulo. Inicialmente, será evidenciado todo o cenário econômico a fim de se estabelecer uma visão geral de características, trunfos e dificuldades da região, a exemplo da infraestrutura, energia elétrica, transportes e mão de obra, assim como os riscos político, cambial e jurisdicional.

A finalização dessa seção compreenderá as aplicações de capital que efetivamente ocorreram, estabelecendo quais países e em que ramo os investimentos foram mais visíveis, apontando a Holanda como principal destino das exportações e a China das importações, elevando em 598,83% o influxo de capital, em comparação ao mesmo período de 2009.

O Último Capítulo da pesquisa, Quadro Regulatório Geral para Investimentos, abarcará a legislação pertinente ao assunto, com enfoque na normatização de aplicações estrangeiras através, inicialmente, da Lei do Centro de Promoção ao Investimento de Gana (478/94), regulatória dos investimentos em geral, exceto os concernentes a minerais e mineração, petróleo, gás e zonas francas.

O estudo abordará, ainda, questões importantes como incidência e combate à fraude e corrupção; procedimentos de abertura à extinção de uma empresa, examinados pelo relatório produzido anualmente pelo Banco Mundial, *Doing Business: Making a Difference for Entrepreneurs*; e, ao final, a legislação de Concorrência Desleal e Licitação.

Visando atingir os objetivos aqui apresentados, a pesquisa se valerá de fontes bibliográficas. No entanto, devido à carência de obras disponíveis no contexto brasileiro, recorrer-se-á, principalmente, às fontes eletrônicas, relatórios dos organismos internacionais relevantes, bancos de dados nacionais, legislação, entre outros.

O presente trabalho será descritivo, propondo-se a pormenorizar os elementos que influenciarão na possibilidade de investimentos estrangeiros em Gana. Buscar-se-á, assim, delinear as condições mínimas necessárias para uma conclusão objetiva. A pesquisa não terá pretensão crítico-analítica, uma vez que o juízo de valor será feito pelos futuros investidores, que apreciarão a exposição detalhada a ser realizada neste estudo em conformidade com seus interesses.

O método a ser utilizado será hipotético-indutivo porque parte de uma impressão *a priori* que tentaremos comprovar com elementos factuais durante a pesquisa.

CAPÍTULO I

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DE GANA

1.1 Esboço Histórico do Continente Negro

Desde a Antiguidade, os europeus realizavam intensas trocas comerciais com várias sociedades do Norte da África. Durante a Idade Média, desenvolveram-se sociedades politicamente centralizadas, resultando algumas em grandes Impérios.

Na África Ocidental surgiu uma série de monarquias construídas no controle das rotas comerciais transaarianas¹, entre elas o império de Gana que dominou a África Ocidental entre os séculos IX e XI.

As coletividades africanas conheceram a escravidão bem antes da chegada dos europeus no século XV. Seus habitantes adquiriam a condição servil em consequência de guerras tribais, o que intensificou o comércio negreiro existente entre o Sul e o Norte do continente.

Antes do contato com os navegadores lusitanos, a maior parte dos povos da região estava organizada em reinos independentes. Os árabes já praticavam o comércio de escravos antes do tráfico transatlântico organizados pelos europeus para as colônias americanas. Assim, os primeiros contatos da Costa da Guiné com o Velho Continente surgiram por intermédio do Mundo Islâmico.

A relação entre europeus e o Continente Negro no século XIV surgiu da necessidade de encontrar rotas alternativas para o Oriente, contornando as pistas caravaneiras controladas pelos muçulmanos.

Inicialmente, travou-se uma relação de respeito entre Lisboa e as comunidades locais. Os portugueses procuravam intensificar as relações com as populações nativas,

¹ VISENTINI, Paulo Fagundes. *A África na política internacional*. Curitiba: Juruá, 2010, p. 30-31.

principalmente as situadas ao sul do Rio Congo. Os Congos julgavam-se os primeiros homens do mundo e tinham um sentimento arraigado de independência e de autoconfiança.² A estrutura de “castas” caracterizava a costa ocidental por inteiro e não apenas o Congo, como relatam crônicas da época³:

Sem querer abusar da analogia, poderíamos apontar para barões, duques, marquesas e cavaleiros. Tinham outros nomes, mas por trás da terminologia africana usada para designar esses estratos, não há dúvida de que podemos fazer a leitura de uma hierarquia similar à que encontramos na Europa Medieval.

Aos poucos, o interesse dos lusitanos por força de trabalho servil tornou-se claro. Em 1460, as caravelas alcançaram a Serra Leoa e as ilhas de Cabo Verde, com o objetivo de obter não apenas ouro, mas também escravos.

Aliás, numa análise mais profunda, podemos dizer que eram três os produtos procurados: escravos, açúcar e armas. Conforme Lambert⁴: “fuzil, escravo e açúcar formaram a trilogia infernal que alimentaria o comércio internacional durante três séculos”.

Na África Ocidental, a atenção concentrou-se na Costa do Ouro. Apesar das divisões políticas, conseguiram realizar acordos com os chefes tribais, construindo fortificações para manter o monopólio comercial na região.

Sob diversos ângulos interpretativos, é possível perceber que a escravidão não foi um instituto construído pelo Velho Continente. As disputas internas já ocasionavam a servidão daqueles que perdiam embates locais.

Os dominados eram percebidos como seres inferiores pelos dominadores. Sentimento eminentemente “racista”, formador primordial do tribalismo, que justificava o comércio negreiro.⁵ Os conflitos internos passaram a ser um negócio altamente rentável. Os brancos trocavam escravos por armas que seriam utilizadas para a aquisição de mais mercadorias.

Para sustentar politicamente este comércio, os navegantes lusos continham seus parceiros africanos, controlando a entrega de armas para não colocar em risco o monopólio.

Além disso, as contendas alimentadas pelos estrangeiros impediram alianças entre os nativos. Não era viável permitir o nascimento de uma identidade africana que se opusesse à invasão e conseqüente submissão do Continente Negro. “A base cultural tribal gerava uma

² LAMBERT, Jean-Marie. *História da África Negra*. Goiânia: Kelps, 2001, p. 22.

³ CAVAZZI, G. A. *Istorica Descrizione de ' Tre Tegni Congo*. Matamba Ed Angola: Service des Archives Nationales de France, 1678 apud LAMBERT, Jean -Marie. *História da África Negra*, p. 23.

⁴ LAMBERT, Jean-Marie. *Op cit.* p. 26. Nota 2.

⁵ *Idem. Ibidem.* p. 27.

resistência psicológica fundamental à aliança entre os africanos, mas esse bloqueio não operava contra o europeu, que sabia tirar proveito”, como afirma Lambert.⁶

Impasses contratuais poderiam ocorrer na compra e venda de escravos; a morte dos servos no transporte é um deles. Eram impostas sanções pecuniárias e não criminais aos responsáveis pelos prejuízos, assim verificado na Jurisprudência Britânica de 1.783, perante a Corte de Liverpool,⁷ uma vez que o fato era tratado como perda de mercadoria e não ato ilícito culposo ou doloso.

A expansão dominadora nos séculos XV e XVI mostrou que o valor do Continente Africano não estava somente ligado ao ouro. Havia ali uma potencialidade que não poderia ser ignorada, a capacidade de fornecer mão de obra submissa para a exploração das Américas.

A mercantilização se alastrava entre as Américas e a Europa. O açúcar somava-se aos produtos escravos e armas, formando a base da permuta internacional da época.

A segunda metade do século XVIII destaca-se pelo grande número de importantes companhias comerciais estrangeiras que buscavam realizar transações com o litoral da África Ocidental. A Costa do Ouro foi espaço de competição intensa entre ingleses, suecos, dinamarqueses e brandemburgueses⁸, que, juntamente com os holandeses, lutavam pela posse de fortes costeiros. Entretanto, foram os ingleses que conseguiram o domínio efetivo.

As relações entre os dois continentes entrariam na fase da colonização, a partir do século XIX. Embora a atividade europeia fosse motivada pelo desenvolvimento industrial, nunca houve, de fato, um interesse real em promover o progresso das populações africanas.

Em meados do século XIX observa-se a gradativa penetração dos exploradores e subsequente conquista das terras⁹.

Tal atitude acirrava as contradições internas entre as diversas etnias e acarretava perda de identidade de culturas locais com conseqüente desorganização da economia. Várias tribos, cuja base econômica era a agricultura, a pesca e a caça, viram-se obrigadas a abandonar seus hábitos para se adequarem aos interesses dos colonizadores. As terras não eram mais cultivadas para a subsistência e sim para a produção de bens mais sofisticados, originando-se as plantações¹⁰.

Mas o maior reflexo dessa postura se deu nas profundas alterações culturais

⁶ LAMBERT, Jean-Marie. *Op cit.* p. 29-30. Nota 2.

⁷ DAVIDSON, Basil. *Black Mother, África: The Years of Trial*. London: Victor Gollanez, 1961, p. 223.

⁸ VISENTINI, Paulo Fagundes. *Op. cit.*, p. 43. Nota 1.

⁹ RANGER, Terence. A invenção da tradição da África Colonial. In: HOBBSBAWN, Eric e RANGER, Terence (org.) *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p.219.

¹⁰ Grandes propriedades destinadas ao cultivo de gêneros voltados à exportação.

regionais, já que o elemento externo tentou impor religiões, tradições, vestimentas, linguagem, hábitos alimentares. Pode-se afirmar que essas “contribuições” outorgadas resultaram em destruição de aspectos essenciais da cultura negra.

1.2 Considerações Iniciais sobre o Império de Gana

Os primeiros relatos conhecidos sobre o Reino de Gana advieram de um mouro de Córdoba chamado de Abdallah ben Abdelaziz Al Bekri, que escreveu sobre a nação, sem nunca tê-la visitado, mas que soube sintetizar as informações secundárias.

Al Bekri escreveu numa época em que os Almorávidas¹¹ marchavam para conquistar a Costa Ocidental. Segundo o autor, os mesmos podiam alinhar 200.000 (duzentos mil) guerreiros entre os quais, 40.000 (quarenta mil) armados com arcos e flechas. É impossível afiançar se há ou não exageros nesse relato, mas deve ser registrado que foram necessários 14 anos para vencer Gana e tomar sua Capital¹².

Gana é o título de rei desse povo e o nome do país é Akuar. O monarca que reina neste momento se chama Tenkamenim e é dono de um grande império e de um formidável poder.¹³

Os ganenses haviam descoberto a arte e a prática da fiscalidade, pois o rei controlava as vendas de ouro para evitar a super-oferta e a consequente baixa de preços, mantendo estoques reguladores de mercado. Os mouros cansados dessa postura queriam controlar as minas e lutaram pelos seus “direitos”. Logo após, o reino foi invadido e escravizado pelos sossos, etnia oriunda da Guiné.

Segundo Davidson, “no século XIII, as cidades do Gana estavam em plena decadência, mas os esquemas comerciais e fiscais que fizeram seu poder foram recuperados por outros que assentariam novos impérios em bases análogas”¹⁴.

Fato é que, mesmo depois de muitos anos de luta, a Dinastia Berbere dos Almorávidas subiu ao poder, mas não o conservou durante muito tempo. O sistema entrou em declínio e, em 1240, foi destruído pelo Império Máli.

Na África, em tempos remotos, alguns povos se sobressaíram na guerra e na

¹¹ Confederação de tribos berberes que criou um vasto império ao Norte da África e na Espanha muçulmana, nos séculos XI e XII. Enciclopédia Barsa, 1998, p. 84.

¹² LAMBERT, Jean-Marie. *Op cit.* p.137. Nota 2.

¹³ BEKRI, Abdallah Ibn Abd el Aziz el. *Description del’Afrique Septentrionale*. Trad. Slane, 1859 *apud* DAVIDSON, Basil, *op. cit.*, p. 79.

¹⁴ DAVIDSON, Basil. *L’Afrique avant les blancs : découverte du passé oublié de l’Afrique*. trad. Pierre Vidaud; pref. Hubert Deschamps. Paris: Presses Universitaires de France, 1962, p. 83.

organização do trabalho, e Gana pode ser considerado num estágio bem adiantado nestas artes. O Reino foi provavelmente fundado durante os anos 300 e se enriqueceu graças à sua localização, ao extremo sul da rota comercial do Saara.

Ao estabelecer uma rota transaariana que ligava o Marrocos ao antigo Gana, visando permutar sal por ouro, o Reino atingiu o máximo da sua glória durante os anos 900, atraindo bastante a atenção dos árabes.

Esse intercâmbio se dava da seguinte forma: enquanto os povos do sul da Savana, grandes produtores de ouro, não tinham sal, os habitantes do norte da África o produziam em quantidade excedente. Dessa forma, ambos os lados eram beneficiados. Há que se ressaltar que o produto das salinas era essencial para a conservação de alimentos, daí seu alto poder de barganha.

Neste cenário, o Reino de Gana ocupava posição geográfica estratégica entre esses dois povos, pois o reino se estendia a norte e noroeste do Alto Níger e controlava as rotas caravaneiras.¹⁵

Os ingleses conseguiram burlar as barreiras muçulmanas para comprar ouro diretamente na Costa. Como o minério era abundante no território, mudaram-lhe o nome para *Gold Coast*.

Nos últimos anos, o interesse em Gana tem sido muito evidenciado pelas escavações feitas em um lugar que, provavelmente, foi a localização da capital durante a Idade Média, no oeste do Sudão, e pela reivindicação dos povos Akan, da Costa do Ouro, que querem ser reconhecidos como descendentes do antigo reino que ali habitavam.

Os textos sobre as escavações (1941-1951) foram publicados em francês, enquanto as descrições antigas de Gana, principalmente em árabe, não foram traduzidas para o inglês. O Reino foi mencionado pela primeira vez pelo astrônomo árabe que escreveu pouco antes de 800 dC. Escritos por Al Bekri em 1067, relatam que Gana não era o nome de uma localidade, mas o título de posse de reis.

Os nobres eram famosos por sua riqueza originada das minas de ouro. Algumas descrições de Al Bekri relataram sobre o Palácio Real e sua administração, vestuário e costumes do povo e os ritos fúnebres. Duas inscrições em árabe, que datam do século XVII, trazem informações valiosas sobre o Golfo da Guiné, sugerindo que seus príncipes não eram negros, mas provavelmente berberes.

¹⁵ LAMBERT, Jean-Marie. *Op cit.* p.136. Nota 2.

A história ganense é pouco clara, embora as alusões feitas pelos autores árabes dos séculos VIII e IX, salientassem a sua importância e riqueza. A maior parte do ouro em circulação no mundo muçulmano veio de Gana, antes da conquista pelos berberes Almorávidas, durante o século XI.

1.3 A Cidade de Elmina em Gana

Atraído por rumores de terras férteis ricas em ouro e marfim, o Príncipe Henrique de Portugal, conhecido como o Navegador, enviou navios para explorar o litoral africano, em 1418, com a intenção última de achar uma rota ao Sul para conter a barreira árabe e estabelecer comércio direto com a Ásia.

Porém, a carência de informações acerca das terras ao Sul do Saara, o desconhecimento da costa da África Ocidental e as dificuldades de navegação ao longo do litoral do Marrocos se tornaram entraves para tal projeto.¹⁶

Contudo, essa situação mudaria drasticamente até o final do século XV. Condições políticas, econômicas e sociais, combinadas com tecnologias de navegação mais refinadas permitiram a entrada de Portugal num século de exploração marítima.

Os lusitanos chegavam cada vez mais longe num processo de penetração gradual. Sessenta e oito anos depois de exploração litorânea chegaram a Elmina, em 1482, durante o reinado de D. Afonso V.

A cidade de Elmina, região costeira, retém os anos de contato, comércio e colonização européia melhor do que qualquer outro lugar. O porto foi o maior entreposto mercantil na África Ocidental. Foi chamado pelos europeus de Mina e, mais tarde, de *Gold Coast*.

Ao comerciante português Fernão Gomes da Mina, como foi alcunhado posteriormente, foi dado o monopólio e supervisão da mercancia no Golfo da Guiné. Ao chegar a Elmina, Gomes encontrou um próspero comércio de ouro já estabelecido entre os nativos, árabes e berberes. Ele constituiu sua própria feitoria, conhecida pelos portugueses como “A Mina”.

Durante uma década, todas as negociações entre Elmina e Lisboa foram feitas sob o controle do posto criado por Gomes. Em 1482, o recém-coroadado D. João II decidiu construir uma fortaleza na costa, a fim de assegurar a proteção do mercado. Um complexo fortificado

¹⁶ DECORSE, Christopher R. *An Archaeology of Elmina. Africans and europeans on the Gold Coast, 1400-1900*. Washington: Smithsonian Institution Press, 2001, p. 20-21.

intimidaria outros comerciantes europeus e ainda permitiria acumular e armazenar mercadorias antes da chegada de navios. Sob o comando de Diogo de Azambuja, uma frota zarpuou em 11 dezembro de 1481 e chegou a Elmina pouco mais de um mês depois, em 19 janeiro de 1482.

O Castelo de São Jorge da Mina (Castelo de Elmina) edificado em 1482 foi a primeira fortificação do Velho Continente na África subsaariana¹⁷, o que propiciou que Elmina se estabelecesse como uma cidade propriamente dita.

Vários motivos fizeram da praça ganense uma escolha lógica para uma guarnição militar, dentre eles um considerável assentamento que concedia oportunidades de comércio e força de trabalho. O local era também estratégico por localizar-se numa estreita península rochosa.

O local representava uma posição de fácil defesa que oferecia um ancoradouro seguro, assim como grande quantidade de pedras (extraídas de minas) para a construção de muralhas.

Os portugueses estabeleceram pequenos postos de troca em Axim, Shana e Accra. Com eles e Elmina, Portugal tentou manter, através da força e sanções legais, o monopólio europeu na região.¹⁸

Durante o século XV, os maiores centros populacionais ainda estavam localizados no interior da África Ocidental e os assentamentos costeiros eram pequenos e dispersos. Em 1479, os únicos portos significativos eram Shama e Elmina.¹⁹

Apesar dos esforços dos lusos, outras nações européias competiram por cotas no comércio africano, voltando suas atenções para itens de luxo como temperos, marfim e ouro. Essas nações comercializavam ilegalmente e guerreavam com os portugueses. Estima-se que piratas franceses atacaram mais de trezentas caravelas entre 1500 e 1531.²⁰ Na metade do século XVI, os lucros provenientes desta cidade eram insuficientes para cobrir os custos de manter a guarnição.²¹

Cada vez menos embarcações lusitanas ancoravam em Elmina, durante o século XVI. Sua posição se tornava tênue e outras potências ocupavam seu lugar. Por tal razão, holandeses e franceses estabeleceram postos naquela região.

Até 1725 havia quinze (15) fortes holandeses no *Gold Coast*. Até 1800 mais de

¹⁷ DECORSE, Christopher R. *op. cit.* p. 7. Nota 16.

¹⁸ *Idem. Ibidem*, p. 21.

¹⁹ *Idem. Ibidem*, p. 18.

²⁰ *Idem. Ibidem*, p. 22.

²¹ *Idem. Ibidem. Ibidem*.

trinta (30) fortificações, castelos, guaritas e plantações pertencentes a várias nações europeias estavam espalhadas ao longo de 500 km da costa do *Gold Coast*.²² E durante o século XVII, os escravos substituíram o ouro como principal produto de exportação.²³

A economia baseada em plantação, emergida no início do século XVI nas Américas, demandava mais força de trabalho. Essa demanda foi preenchida pela crescente exportação de africanos escravizados. Esse tráfico dominou os interesses do Velho Mundo entre 1650 e 1850, chegando a movimentar aproximadamente 15,4 milhões de subservientes pelo Atlântico.²⁴

As regiões costeiras da África estavam totalmente incorporadas como economias periféricas em 1750. Esse período foi caracterizado pelo crescimento do trabalho servil como parte integral da acumulação europeia. Pelos próximos 150 anos, o restante da África Ocidental também estaria incorporado à economia global.

Com o passar do século XIX, a Dinamarca foi a primeira nação a decidir que a manutenção de fortes no *Gold Coast* não mais compensava.²⁵ Os holandeses resolveram abdicar de suas possessões na região, em fevereiro de 1871, transferindo-as para a Grã-Bretanha, incluindo o Castelo de Mina, sob controle batavo desde 1637.

Salienta-se que um pouco antes do contato com o Velho Continente, assentamentos eram dispersos ao longo de toda a costa de Gana e por todo interior. A maioria era pequenas vilas pesqueiras ou comunidades agrícolas.²⁶ Esse padrão mudaria drasticamente nos séculos seguintes. O crescimento populacional junto à costa e mudanças simultâneas nas estruturas sociopolíticas caracterizaram o período pós-contato europeu.

A primeira e mais impressionante mudança nas sociedades africanas da Costa Ganense e do interior nesse período foi a sua crescente urbanização. Isso começou gradualmente entre 1400 e 1500²⁷, mas culminou durante os próximos séculos.

A costa ocidental era habitada por etnias Akan²⁸, aí estabelecidas desde o final do século XV²⁹ e responsáveis por uma difusão contínua de sua língua e cultura do Sudeste da Costa do Marfim ao Rio Volta.

O principal grupo Akan do centro e costa de Gana, incluindo Elmina, é o Fante,

²² DECORSE, Christopher R. *op. cit.* p. 25. Nota 16.

²³ *Idem. Ibidem*, p.26.

²⁴ *Idem. Ibidem*, p. 10.

²⁵ *Idem, Ibidem*, p. 29.

²⁶ *Idem. Ibidem*, p. 18.

²⁷ *Idem. Ibidem*, p. 31.

²⁸ *Idem. Ibidem*, p.18.

²⁹ *Idem. Ibidem*, p. 19.

sendo ele limitado a oeste pelos descendentes da língua Ahanta e ao leste pelos Ga e Guan.³⁰

Os descendentes dos Akan são historicamente agricultores, dependentes da cultura alqueivada³¹, sendo o pescado sua mais importante fonte de subsistência. As organizações sócio-culturais dos Akan são caracterizadas por matriclãs³², que determinam a identidade do indivíduo, a herança de propriedades, o *status* sócio-político e as ligações com o mundo espiritual.

Durante o século XVII, a sociedade costeira Akan foi dominada pelos Fante, que expandiram para oeste da área em torno de Mankessim. Os conflitos com Eguafo e Efutu contribuíram para o deslocamento populacional e mudanças demográficas³³. Multifuncionalidade e heterogenia sócio-econômicas caracterizaram os assentamentos urbanos.

Durante os séculos XVIII e XIX, um número cada vez maior de imigrantes instalou-se nos centros urbanos.³⁴ A população de Elmina se tornava mais heterogênea, incorporando os Akans e outros, além de pessoas de porções da Costa Ganense, refugiados, comerciantes do Norte da Savanna e do Sahel, e escravos trazidos àquela cidade por portugueses e holandeses.

O final do século XIX presenciou mais envolvimento europeu nas questões africanas e no começo da partição continental³⁵. Entre 1482 e 1873, a população passou de algumas centenas para 18 a 20.000 pessoas. O crescimento de Elmina e de outros centros comerciais reorientou os caminhos da pré-estabelecida rota transsaariana em direção à uma nova fronteira de oportunidades devido ao comércio europeu na costa.³⁶

Apesar da natureza heterogênea da população e de embates ocasionais entre diferentes segmentos, a cidade funcionava como uma unidade política.³⁷

1.4 Gold Coast - Gana: de 1900 a 2010

Até 1900, toda a África Ocidental estava incorporada numa economia periférica.³⁸

³⁰ *Idem. Ibidem. Ibidem.*

³¹ Alqueivar a terra é lavrá-la e deixá-la de pouso para que adquira força produtiva.

³² Quando se trata de um clã matrilinear, isto é, baseado na descendência pela linha materna. MELLO, Luiz Gonzaga. *Antropologia Cultural. Iniciação, Teorias e Temas*. 10ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003, p. 319.

³³ DECORSE, Christopher R. *op. cit.* p.32. Nota 16.

³⁴ *Idem. Ibidem*, p. 33.

³⁵ *Idem. Ibidem*. p.8.

³⁶ *Idem. Ibidem*, p.9.

³⁷ *Idem. Ibidem*, p. 38.

³⁸ *Idem. Ibidem*. p. 11.

Seu tráfego era predominantemente feito por navios. As regiões que manifestavam intensa atividade europeia eram aquelas que tinham fácil acesso às áreas de produção de ouro no interior.

Até 1901, toda a *Gold Coast* era uma colônia britânica, com seus reinos e tribos, formando uma unidade. No entanto, em 1945, a demanda por mais autonomia por parte da população começava a surgir prenunciando o início da descolonização, processo este, verificado em todo o mundo.

O fim da Segunda Guerra Mundial³⁹ levou os britânicos a aderirem a uma abertura promovida pelas lideranças nacionalistas que, em 1947, criaram a *United Gold Coast Convention* – UGCC (Associação dos estados composta pelo Reino Unido e suas ex-colônias). Em 1956, *British Togoland*, os protetorados Ashanti e Fante foram fundidos com a Costa do Ouro para criar uma colônia, que ficou conhecido como *Gold Coast*.

Desde 1946 acontecia uma luta política pela emancipação desse território. Em 1947, Kwame Nkrumah assumiu a liderança pela independência, convidado pela UGCC para recompor a base política do país. Seu radicalismo começava a preocupar os conservadores e greves e passeatas passaram a fazer parte do cenário local. A violência grassava, o que fez com que a polícia responsabilizasse a UGCC, e Nkrumah fosse preso.

Nas eleições de 1951, Nkrumah, que ainda estava no cárcere, e seu partido o CPP – *Convention People's Party* alcançaram a vitória. Foi designado Primeiro-Ministro do regime colonial autônomo e logo elaborou uma Constituição. A independência total foi alcançada em 6 de março de 1957 (primeira colônia de exploração que obteve a soberania). Gana⁴⁰ foi adotado como o nome legal de *Gold Coast*.

No entanto, sua autonomia só foi reconhecida pela Grã-Bretanha em 1º de julho de 1960, tornando-se conhecido como República de Gana.

Nasce então o líder da Nação, Kwame Nkrumah, influente em todo o continente africano, com suas idéias nacionalistas, como veremos a seguir.

A independência da África Ocidental Britânica foi um processo levado a cabo, tanto pelos povos interessados quanto pelo governo britânico que, conscientemente, traçou as linhas mestras da mudança e deixou de herança as regras base da economia de mercado e da integração internacional.⁴¹

Kwame Nkrumah, inicialmente, Primeiro-Ministro e depois Presidente de Gana,

³⁹ Com os Acordos de Bretton Woods.

⁴⁰ Antigo e poderoso império centro-africano anterior à conquista da África.

⁴¹ LAMBERT, Jean-Marie. *Op cit.* p.217. Nota 2.

era um líder anti-colonial com postura de sonhador que queria uma África unida. Sua popularidade era uma grande preocupação para o Ocidente. Assim, não foi nenhuma surpresa quando foi derrubado posteriormente por militares, em fevereiro de 1966.

Desde 1957 até a queda de Nkrumah, em 1966, o país participaria ativamente do movimento terceiro-mundista. Destacou-se pela construção do pan-africanismo⁴² e pela luta emancipatória. O governo de características socializantes procurou desenvolver o país para não cair no neocolonialismo⁴³, nova forma de dependência e subordinação imperialista.

Depois de deposto, Nkrumah entregou o Governo ao Conselho de Libertação Nacional⁴⁴, que foi orientado pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) a desvalorizar a moeda, congelar salários e passar sessenta mil empregados de empresas do Estado para a iniciativa privada.

Estas mudanças resultaram na suspensão da Constituição e na proibição dos partidos políticos. A economia sofreu uma queda expressiva, ocasionando grandes movimentos de migração. Uma série de golpes iniciada em 1966 culminou na ascensão ao poder do Tenente Jerry Rawlings, em 1981.

O mesmo negociou um plano de ajustamento estrutural com o FMI, mudando antigas políticas econômicas, fazendo com que a economia iniciasse sua recuperação. A nova Constituição, restaurando a política multipartidária, foi promulgada em 1992⁴⁵. Rawlings foi eleito Presidente em seguida e reeleito em 1996.

Em 2000, o Tenente⁴⁶, do Partido Nacional Democrático apoiou John Atta Mills, que concorreu com John Agyekum Kufuor do Novo Partido Patriótico, que em segundo turno venceu as eleições. Sua vitória representou a primeira transição pacífica e democrática de governo desde que Rawlings subira ao poder, em 1981. Kufuor permaneceu no poder até janeiro de 2009, quando, em segundo turno, John Atta Mills⁴⁷ derrotou Nana Akudo-Addo⁴⁸.

⁴² Movimento oriundo dos negros antilhanos e negros norte-americanos, em 1900, quando realizaram uma conferência em Londres para manifestar solidariedade a algumas comunidades africanas que estavam sendo vítimas de expropriação de suas terras.

⁴³ NKRUMAH, Kwame. *Neocolonialismo, último estágio do imperialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967, p. 45.

⁴⁴ Sob a presidência do General Joseph A. Ankrah.

⁴⁵ Após anunciar um calendário de transição para a democracia, vence as eleições presidenciais e, em 07/01/93, inaugura a IV República.

⁴⁶ Chefe de Estado e de Governo, Presidente do Conselho Interino de Defesa Nacional e Presidente da República.

⁴⁷ Com uma diferença de menos de 1%.

⁴⁸ http://www.modernghana.com/GhanaHome/NewsArchive/news_details.asp?t=mg&id=VFZSSmQwNTZaM2c9&menu_id=1&sub_menu_id=0. Acesso em 26/04/2010.

Em 2009, John Atta Mills⁴⁹ tomou posse como Presidente, marcando pela segunda vez a transição de um líder legitimamente eleito para o outro, garantindo a Gana o status de democracia estável.

Gana é, atualmente, país membro de muitas organizações internacionais, incluindo a Comunidade das Nações, a Comunidade Econômica dos Estados Oeste Africanos, a União Africana e a ONU, entre outras. Bastante respeitado, é o segundo maior produtor de cacau do mundo e tem o maior lago artificial do planeta, o Lago Volta, sendo que a China é um de seus maiores investidores.

Muitos diplomatas e políticos de Gana ocupam cargos em organizações internacionais tais como o diplomata ganense e antigo Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan; o juiz do Tribunal Penal Internacional Akua Kuenyehia e o ex-presidente Jerry Rawlings, que foi eleito presidente da Comunidade Econômica dos Estados do Oeste Africano.

⁴⁹ Em 21 de dezembro de 2006, o ex-vice-presidente, John Atta Mills, que concorreu como candidato do Congresso Nacional Democrático (NDC) à presidência nas eleições de 2000 e de 2004, sem sucesso, foi escolhido pelo NDC novamente como candidato à presidência em 2008.

CAPÍTULO II

INTEGRAÇÃO CONTINENTAL E INSERÇÃO REGIONAL

2.1 Integração Continental - União Africana

A análise da constituição e evolução da União Africana não pode ser feita sem mencionar duas instituições que marcaram a trajetória do Continente Africano na segunda metade do Século XX, quais sejam a Conferência de Bandung e a Organização da Unidade Africana (OUA).

A primeira agrega em seu contexto histórico a luta pelo processo de descolonização, com a realização de inúmeros fóruns internacionais. Em janeiro de 1949, em Nova Déli, uma convenção fez surgir um bloco⁵⁰ composto pelo Afeganistão, Arábia Saudita, Birmânia, Egito, Índia, Indonésia, Iraque, Irã, Líbano, Paquistão, Síria, Iêmen, Etiópia e Libéria.

Outros encontros menores ocorreram, mas a necessidade de convocar uma reunião mais ampla estava clara. Por empreendimento da Birmânia, Ceilão, Índia, Indonésia e Paquistão, a Conferência de Bandung foi realizada em abril de 1955, contando com a participação de 29 Estados⁵¹.

O encontro na Indonésia criou uma identidade nacional para os jovens países, que defendiam os Princípios do Não-Alinhamento aos blocos existentes e da Autodeterminação. Pela primeira vez, povos africanos e asiáticos eram sujeitos e objetos de discussões de âmbito internacional. Tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética, em meio à Guerra Fria, foram obrigados a considerar os países afro-asiáticos como “força internacional a ser

⁵⁰ <http://www.casadasafricas.org.br/site/img/upload/306470.pdf>. Acesso em 09/09/2010.

⁵¹ Afeganistão, Arábia Saudita, Birmânia, Camboja, Ceilão, China, Costa do Ouro, Egito, Etiópia, Filipinas, Índia, Indonésia, Iraque, Irã, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Libéria, Líbia, Nepal, Paquistão, Síria, Sudão, Tailândia, Turquia, Vietnã do Sul e do Norte e Iêmen.

computada em qualquer estratégia mundial”⁵².

Em dezembro de 1960, durante a XV Assembléia Geral da ONU, foi aprovada a Declaração de Garantia de Independência dos Países e Povos Coloniais.⁵³ Nos dizeres de Cláudio Ribeiro⁵⁴, “a descolonização alcançava o contexto internacional”.

Era hora então de dotar-se de instituições capazes de promover o desenvolvimento econômico, a modernização e a liberdade política. Assim, surgiu a Organização da Unidade Africana em 25 de maio de 1963, em Adis Abeba.⁵⁵

Seus principais objetivos eram a cooperação entre os Estados africanos para a melhoria de vida, a defesa da soberania, integridade territorial e independência, o fim do colonialismo da África, a cooperação internacional em obediência à Carta das Nações Unidas e à Declaração Universal dos Direitos Humanos, e a harmonização política nos planos do desenvolvimento econômico, da educação, saúde, cultura e defesa.

Um dos entraves para o sucesso da OUA foi a adoção do Princípio de Integridade Territorial que implicava na herança dos limites territoriais do período colonial aos jovens Estados. A imutabilidade das fronteiras só acirrou problemas de legitimidade e estabilidade que ainda hoje assolam o Continente Negro. Nem mesmo as lutas de libertação e as conquistas de independência, entre os anos 60 e 70, findaram os conflitos ali vivenciados.

A OUA não foi capaz de assegurar níveis de coesão social entre os Estados aptos a garantir a paz em tempos de crise. Ela foi dissolvida e substituída pela União Africana em 2002⁵⁶.

A União Africana é uma organização intergovernamental constituída por 53⁵⁷ Estados. Marrocos se afastou da OUA em 1984, quando os membros apoiaram a República Democrática Árabe. Eritreia⁵⁸, Guiné⁵⁹, Madagascar⁶⁰ e Níger⁶¹ estão suspensos devido a crises políticas e golpes de estado. Tem como modelo a estrutura e formatação da União Européia, um bloco econômico dotado de comando político.

⁵² <http://www.casadasafricas.org.br/site/img/upload/306470.pdf>. Acesso em 09/09/2010.

⁵³ <http://www.un.org/Depts/dpi/decolonization/declaration.htm>. Acesso em 10/09/2010.

⁵⁴ <http://www.casadasafricas.org.br/site/img/upload/306470.pdf>. Acesso em 09/09/2010.

⁵⁵ <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/OUA/Ficha-oua.htm>. Acesso em 13/09/2010.

⁵⁶ *Idem. Ibidem.*

⁵⁷ África do Sul, Angola, Argélia, Benim, Botswana, Burquina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Chade, Comores, Congo, Costa do Marfim, Djibuti, Egito, Guiné, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagascar, Malawi, Mali, Maurício, Maurítânia, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Quênia, Ruanda, República Centro-Africana, República Democrática Árabe, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Seychelles, Somália, Suazilândia, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue.

⁵⁸ <http://www.afrol.com/articles/10577>. Acesso em 11/09/2010.

⁵⁹ <http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/7802803.stm>. Acesso em 11/09/2010.

⁶⁰ *Idem. Ibidem.*

⁶¹ <http://www.focus-fen.net/index.php?id=n210673>. Acesso em 11/09/2010.

Tem como desígnio a manutenção da paz regional, contudo, não há equilíbrio social sem progresso. E, por isso mesmo, um sistema de segurança coletivo digno do nome foca necessariamente o desenvolvimento em contexto africano.

A União Africana, portanto, foi concebida para acelerar a integração sócio-econômica e política do Continente, promover e defender questões de interesse comum entre Estado e povo, obter e manter a paz e segurança, defendendo as instituições democráticas, a boa governança e os Direitos Humanos na África.

2.1.1 A Dimensão Política da União Africana

A União Africana (UA) cobre 29.757.900 km², totaliza um bilhão de habitantes (estimativa de 2009)⁶² e alberga mais de 2.000 idiomas diferentes. É composta de órgãos políticos e administrativos.

O Ato Constitutivo da UA foi adotado em julho de 2000 após a assinatura de todos os Chefes de Estado e de Governo dos Estados membros da OUA. Seu corpo apresenta 33 artigos dispendo das especificidades da Organização.

2.1.1.1 Assembléia (Assembléia dos Chefes de Estado e de Governo da UA)

É o órgão deliberativo supremo, assegurado pelo artigo 6º, II do Ato Constitutivo. Congrega os Chefes de Estado e de Governo que se reúnem pelo menos uma vez ao ano em Sessão Ordinária, podendo ocorrer em Sessão Extraordinária, mediante aprovação de dois terços dos Estados-membro. O Presidente é eleito pelos membros, por mandato de um ano.⁶³

Como todo órgão, a Assembléia tem funções estabelecidas em Regimento Interno próprio, como a maioria dos instrumentos da Organização.

O Ato apresenta, no artigo 9º, poderes e funções da Assembléia, como determinar as políticas comuns da União; analisar relatórios e recomendações dos outros órgãos; examinar solicitações de adesão; criar órgãos; acompanhar o implemento das políticas e decisões assegurando a execução por todos os Estados-membro; aprovar o orçamento; direcionar o Conselho Executivo sobre a gestão de circunstâncias emergenciais e restauração da paz; e escolhe os juízes do Tribunal de Justiça e o Presidente da Comissão (com seus deputados e comissários) determinando suas funções e mandatos. A Assembléia pode ainda delegar seus poderes e funções a qualquer órgão da União, previsto no inciso II do mesmo

⁶² http://www.africa-union.org/About_AU/fmuaenbref.htm. Acesso em 16/09/2010.

⁶³ *Idem. Ibidem.*

artigo.

As decisões são tomadas por consenso ou, na sua falta, por maioria de dois terços dos Estados-membro.

2.1.1.2 Conselho Executivo (CE dos Ministros da UA)

É composto por Ministros das Relações Exteriores, ou qualquer outro Ministro ou Autoridade designada pelo Estado-membro. O Conselho Executivo se coliga pelo menos duas vezes ao ano em Sessão Ordinária, com a possibilidade de Sessão Extraordinária aprovada da mesma forma como na Assembléia.⁶⁴

Trata matérias de comércio exterior, seguridade social, alimentação, agricultura, comunicação ou outras correlatas⁶⁵ (art. 13) e tem por função precípua preparar as propostas e decisões da Assembléia.

2.1.1.3 Parlamento Pan-Africano

Criado em março de 2004 pelo artigo 17 do Ato Constitutivo da União Africana, o Parlamento está sediado em Midrand, África do Sul. Totaliza 265 membros designados pelos respectivos parlamentos nacionais⁶⁶.

Os parlamentares representam todos os povos da África. Seu objetivo último é evoluir para uma instituição com plenos poderes legislativos, cujos membros sejam eleitos por sufrágio universal, o que ainda não ocorre⁶⁷. Aqui, cada parlamento escolhe seus representantes. É, por enquanto, foro de debate e laboratório de idéias.

O órgão tem como escopo a implementação efetiva das políticas e objetivos da União Africana, a promoção dos Princípios dos Direitos Humanos e Democracia na África, o incentivo da boa governança, transparência e responsabilidade dos Estados-membro, a integração do Continente, a manutenção da paz, segurança e estabilidade, a auto-suficiência econômica, o desenvolvimento africano e o reforço da solidariedade continental.

2.1.1.4 Corte de Justiça (Corte Africana dos Direitos Humanos e dos Povos)

No momento da criação da União Africana, esse órgão ainda não havia sido instituído. O estatuto, a composição e as funções da Corte deveriam então ser definidas em

⁶⁴ http://www.africa-union.org/root/au/organs/Executive_Council_en.htm. Acesso em 16/09/2010.

⁶⁵ http://www.au2002.gov.za/docs/key_oau/au_act.htm. Acesso em 17/09/2010.

⁶⁶ Como a Comissão Parlamentar do MERCOSUL, mas contrariamente ao Parlamento Europeu eleito por voto popular direto.

⁶⁷ <http://www.pan-africanparliament.org/>. Acesso em 20/09/2010.

um protocolo próprio (art. 18 do Ato).

Foi com a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, também conhecida como Carta de Banjul, “um instrumento internacional de direitos humanos que se destina a promover e proteger os direitos humanos e liberdades fundamentais no Continente Africano”⁶⁸, que o órgão iniciou sua trajetória.

Um protocolo para a Carta foi aprovado em 1998, entrando em vigor em 25 de janeiro de 2005, no qual estabelecia a criação da Corte. Assim, na Oitava Sessão Ordinária do Conselho Executivo da União Africana em Cartum, no Sudão, em 22 de janeiro de 2006, foram eleitos os primeiros onze juízes, nomeados para mandatos de seis anos, possibilitando a reeleição por uma vez, sendo escolhidos entre eles o Presidente e o Vice-Presidente para mandatos de dois anos.

A Corte, encarregada de interpretar e aplicar os tratados e o direito derivado da Organização, está localizada em Arusha, na Tanzânia. Teve sua primeira reunião em julho 2006 e em 15 de dezembro de 2009 emitiu o seu primeiro acórdão.⁶⁹

2.1.1.5 Autoridade (Secretariado da UA)

Chamado de Comissão até 2008 e hoje rebatizada como Autoridade, é genericamente responsável pela administração e coordenação das atividades da UA.

É composta pelo presidente, vice ou suplentes e dez Comissários. Conta ainda com pessoal de apoio, imperioso ao bom funcionamento da Comissão (art. 20).⁷⁰ Tem estrutura, funções e regulamentos definidos pela Assembléia. É sediada em Adis Abeba, Etiópia.

Não pode ser confundida com a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, já que este é um órgão independente que se reporta à União Africana.

2.1.1.6 Comitê dos Representantes Permanentes

Reúne todos os embaixadores dos Países-Membros acreditados em Adis Abeba. Garante a ligação cotidiana entre as estruturas diplomáticas nacionais e prepara os trabalhos do Conselho Executivo, agindo de acordo com instruções deste. O Comitê pode também instituir os subcomitês ou grupos de trabalho que julgar necessário.⁷¹ Está sob a égide de um

⁶⁸ <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/africa/banjul.htm>. Acesso em 19/09/2010.

⁶⁹ <http://www.didinho.org/direitos%20humanos%20em%20africa.htm>. Acesso em 21/09/2010.

⁷⁰ http://www.au2002.gov.za/docs/key_oau/au_act.htm. Acesso em 18/09/2010.

⁷¹ http://www.africa-union.org/root/au/organs/Permanent_%20Representative_%20Committee_en.htm. Acesso em 16/09/2010.

Regimento Interno.

2.1.1.7 Comitês Técnicos Especializados

Vários Comitês foram previstos pelo Ato Constitutivo da UA (art. 14) com responsabilidade perante o Conselho Executivo, quais sejam o da Economia Rural e Agrícola; de Assuntos Monetários e Financeiros; de Comércio, Alfândegas e assuntos da imigração; da Indústria, Ciência e Tecnologia, Energia, Recursos Naturais e Meio Ambiente; dos Transportes, Comunicações e Turismo; da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais; e de Educação, Cultura e Recursos Humanos.⁷² Na prática, nunca foram criados.

Eles seriam compostos por Ministros ou funcionários de alto escalão em suas respectivas áreas de competência.

2.1.1.8 Conselho Econômico, Social e Cultural

Órgão previsto pelo artigo 22 do Ato Constitutivo opera diversos mecanismos de consulta da sociedade civil e do mundo dos negócios. A Assembléia está autorizada pelo mesmo artigo a definir “funções, competências, composição e organização do Conselho”⁷³.

2.1.1.9 Conselho de Paz e Segurança

Foi estabelecido por protocolo complementar na Cúpula de Lusaka, em 2004. Funciona como mecanismo de prevenção, gestão e solução dos conflitos a exemplo do Conselho de Segurança da ONU com o qual coopera no plano regional. Também se responsabiliza pela construção da paz pós-conflito e pelo desenvolvimento de políticas de defesa comum.

Como seu homólogo onusiano, compõe-se de 15 membros (15 países) eleitos pela Assembléia em base rotativa⁷⁴, em março de 2004. Cinco deles têm mandato de 3 anos e os outros de 2 anos. Os membros são imediatamente reelegíveis após o término de seu termo.

Desde a aprovação do Regimento Interno nessa mesma data, o Conselho de Paz e Segurança realizou diversas reuniões que incidiram sobre as situações de conflito no Continente, se envolvendo ativamente nas crises do Sudão, da Somália, República Democrática do Congo, Costa do Marfim e, de forma mais discreta, em vários outros países. Conduziu operações de manutenção da paz na Somália bem como no Darfur (sem muita

⁷²http://www.africa-union.org/root/au/organs/Specialized_Technical_Committee_en.htm. Acesso em 16/09/2010.

⁷³ http://www.au2002.gov.za/docs/key_oau/au_act.htm. Acesso em 18/09/2010.

⁷⁴ Desconhece, pois, a figura do membro permanente e o correlato poder de veto.

eficácia) e impôs sanções (negação de visto de viagem; congelamento de ativos financeiros) contra rebeldes ou outras pessoas que representavam uma ameaça à estabilidade e à paz.

2.1.1.10 Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos

Esse órgão faz parte do quadro geral. Porém, sua existência precede a própria UA, já que sua criação remonta à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos de 1986. De certa forma, foi recuperada e incorporada no panorama institucional de 2002. Hoje em dia, no entanto, funciona um pouco como escritã da Corte Africana dos Direitos do Homem e dos Povos estabelecida em Banjul (Gâmbia) no ano de 2006.

A Comissão é encarregada de promover e proteger direitos individuais e coletivos de toda África, bem como interpretar a Carta e considerar denúncias de violações à mesma.

É composta por onze membros escolhidos por voto secreto. A Comissão se reúne duas vezes por ano, em março ou abril e em outubro ou novembro.⁷⁵ Um desses encontros é geralmente em Banjul, onde a secretaria da Comissão está localizada, podendo o outro ser sediado por qualquer estado africano.

Grupos de Trabalho que monitoram e investigam várias questões sob a alçada da Comissão estão presentes. Eles lidam com assuntos referentes às Populações e Comunidades Indígenas na África, aos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, à Pena de Morte, entre outros.

A UA pretende ainda criar um quadro orgânico monetário-financeiro similar à estrutura européia, com um Banco Central Africano, um Banco Africano de Investimento e um Fundo Monetário Internacional, incluindo moeda própria alcunhada de Afro. Mas essa parte da construção institucional é mero projeto, apesar de suas localidades já estarem definidas.

Menciona-se que a criação de um Governo da União para conduzir à gênese dos Estados Unidos da África foi tópico basal das últimas cúpulas.

2.1.2 A Dimensão Econômica da União Africana

A origem dos blocos econômicos europeus e latino-americanos não pode ser comparada a dos grupos africanos, como bem explica Jean Marie Lambert⁷⁶:

⁷⁵ <http://www.achpr.org/>. Acesso em 22/09/2010.

⁷⁶ LAMBERT, Jean Marie. *Country Profile Guinea-Conakry*.

O regionalismo europeu ou latino-americano moderno veio se articulando em torno de uma economia real em expansão que procurou agasalhar institucionalmente de forma paulatina. Assim, os blocos econômicos, a animar o desenvolvimento do Velho Continente ou das Américas, foram surgindo embrionários em resposta a iniciativas empresariais palpáveis para crescer gradualmente sob a pressão da dinâmica que eles mesmos colocavam em marcha.

Historicamente, contudo, a África foi movida por forças exógenas. Cada parte olhava separadamente para sua metrópole. Não havia desenvolvimento no sentido moderno do termo, e muito menos integração continental. As nações a emergir da descolonização dos anos 60 herdaram, pois, de um deserto econômico que precisavam povoar com urgência.

Com seus 53 Estados, a União Africana representa a 17ª maior economia do mundo, com um PIB de U\$500 bilhões, embora possua uma dívida total de U\$ 200 bilhões⁷⁷.

A UA conta apenas com 2% do comércio internacional, mesmo que o volume de mercadoria comercializada represente 70% da exploração mineral (ouro e alumínio) mundial.

A criação de uma zona de livre comércio, uma união aduaneira, um mercado único, um Banco Central e uma moeda comum até 2023⁷⁸, são propósitos futuros da UA.

Com essas proposituras espera-se alcançar a integração em escala continental. Deve ser enfatizado que isto se dará de forma gradual até que se atinja um mercado comum a ligar o Cairo a Cidade do Cabo.

Essa mudança gradativa proporciona uma abertura comercial entre vizinhos diretos, permitindo o aparecimento de Comunidades Econômicas Regionais (CERs) que atuem como sub-blocos até o processo de fusão em blocos cada vez maiores, para, enfim, alcançar todo o território entre o Mediterrâneo, o Atlântico e o Índico.

Há, contudo, uma proliferação de Blocos Econômicos sem a preocupação com eventuais incompatibilidades ou contradições, muitos com sobreposição de afiliações e subgrupos.

Ainda que pouco ortodoxo, o fenômeno tem resultado em avanços notórios na construção de uma regra única. Para Lambert⁷⁹, “não há como negar que o quadro induz a incorporação dos parâmetros clássicos do Direito Econômico Internacional e conduz a uma legibilidade sempre maior para o mundo dos negócios”.

A Comunidade Econômica Africana, organização da UA, se estabelece para balizar o desenvolvimento econômico mútuo entre seus Estados-membro, abrigando atualmente oito Comunidades Econômicas Regionais.

⁷⁷ http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/country_profiles/3870303.stm. Acesso em 23/09/2010.

⁷⁸ *Idem. Ibidem.*

⁷⁹ LAMBERT, Jean Marie. *Op. cit.* Nota 76.

2.1.2.1 União do Magreb Árabe

A Declaração de Zeralda, datada de 1988, foi o primeiro passo para a criação da União do Magreb⁸⁰ Árabe, ocorrida no ano seguinte, através do Tratado de Marrakesh⁸¹. O grupo tem sede em Rabat (Marrocos) e reúne cinco países⁸² da África do Norte.

De acordo com o Ato Constitutivo, o seu objetivo é garantir a cooperação com instituições congêneres regionais, o reforço da diplomacia e da independência.

A União do Magreb Árabe é economicamente importante já que possui quantidades admiráveis de fosfato, petróleo e gás, além de ser o cerne de circulação para o Sul da Europa.

Apesar de todo o esforço, a União não tem sido eficaz, sobretudo em decorrência de rivalidades territoriais entre Marrocos e Argélia. Espera-se, para este ano, a criação do Banco de Investimentos e Comércio Exterior do Magreb.

Abrange uma área de 5.782.140km², com uma população de 84.185.073 habitantes, sendo dono de um PIB de U\$491.276.000.⁸³

2.1.2.2 Comunidade dos Estados Sahelo-Saarianos (CEN-SAD)

A CEN-SAD é uma zona de livre comércio criada em 1998 após a Conferência de Trípoli, na Líbia. Alia hoje 28 países⁸⁴ da região do Sahel⁸⁵ e do Saara.

A Comunidade se tornou uma CER durante a 36ª Sessão Ordinária da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Organização da Unidade Africana, realizada em Lomé, em julho 2000.

Ganhou estatuto de observadora na Assembléia Geral da ONU sob a Resolução A/RES/56/92⁸⁶, assim como no Comitê Inter-estatal Permanente para o Controle da Seca no Sahel.

Os acordos de parceria com várias organizações regionais e internacionais têm como escopo uma ação comum e compartilhada no campo político, cultural, econômico e

⁸⁰ Magreb = ocidente em árabe. O nome designa os países arabizados da África do Norte que, vistos de Meca, representam o oeste.

⁸¹ VISENTINI, Paulo G. Fagundes. *A África Moderna: um continente em mudança (1960-2010)*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2010, p.95.

⁸² Marrocos, Mauritânia, Argélia, Tunísia e Líbia.

⁸³ <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html>. Dados da *CIA World Factbook* de 2004. Acesso em 23/09/2010.

⁸⁴ Membros fundadores: Burkina Faso, Chade, Niger Líbia, Mali, Sudão. Adesões: República Centro Africana, Eritreia, Djibuti, Gâmbia, Senegal, Egito, Marrocos, Nigéria, Somália, Tunísia, Benim, Togo, Costa do Marfim, Guiné Bissau, Libéria, Gana, Comoros, Guiné Conakry, Quênia, Mauritânia, São Tomé e Príncipe.

⁸⁵ Faixa semidesértica entre o Saara e a África Equatorial.

⁸⁶ <http://www.cen-sad.org>. Acesso em 25/09/2010.

social.

Busca, assim, unir os planos nacionais dos Estados-membro com investimentos nos setores agrícola, industrial, sociocultural e energético para o desenvolvimento dos países.

A possibilidade de implementação efetiva do acordo é duvidosa em razão da sobreposição de afiliações de vários membros com a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS) e a Comunidade Econômica dos Estados Centro Africanos (ECCAS). O choque de interesses entre o Chade e o Sudão na questão do Darfur é ainda mais prejudicial.

2.1.2.3 Comunidade da África Oriental

Mais conhecida pela sigla anglo-saxônica de EAC (*East African Community*), a Comunidade da África Oriental foi restabelecida em 2000, após seu colapso, em 1977.

Historicamente, Quênia, Uganda e a Tanzânia (então chamada de Tanganyika), Estados-base da Comunidade, possuem uma longa tradição de auxílio na esfera da integração regional, desde 1967.

Após a dissolução da antiga sociedade em 1977, os três Estados-membro originais passaram a planejar diversos ajustes e acordos de cooperação. Mas somente em 2000 o Tratado de Estabelecimento da Comunidade entrou em vigor. Ruanda e Burundi aderiram a ele em 2007.

A EAC tem como finalidade aprofundar a cooperação entre os Estados-membro no domínio político, econômico e social para benefício mútuo através de uma União Aduaneira firmada em 2005. Objetiva-se ainda a criação de um Mercado Comum em 2010 e de uma União Monetária até 2012 para, finalmente, implantar uma Federação Política dos Estados do Leste Africano.⁸⁷

Possui, desde já, uma Corte denominada *East African Court of Justice* sediada em Arusha, com a missão de interpretar e aplicar os tratados fundamentais e o direito derivado do bloco. Ostenta, igualmente, uma Assembléia Legislativa composta de 27 membros delegados pelos parlamentos nacionais. Para facilitar a circulação de pessoas intra-bloco, a Comunidade emite o Passaporte do Leste Africano.

Compreende uma área de 1.817.945km², com uma comunidade de 124.858.568 habitantes, possuindo PIB de U\$104.239.000.⁸⁸

⁸⁷ <http://www.eac.int>. Acesso em 25/09/2010.

⁸⁸ <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html>. Dados da *CIA World Factbook* de 2004. Acesso em 23/09/2010.

2.1.2.4 Comunidade Econômica dos Estados Centro-Africanos

A ECCAS (*Economic Community of Central African States*) é composta por onze nações⁸⁹ e sediada em Libreville (Gabão). Apesar de criada em 1981, só teve suas atividades iniciadas quatro anos depois.⁹⁰

A Comunidade “visa alcançar a autonomia coletiva, elevar o padrão de vida de suas populações e manter a estabilidade econômica por meio da cooperação harmoniosa”⁹¹, eliminando as tarifas alfandegárias entre Estados-membro e estabelecendo uma pauta externa comum. Para isso ela conta com a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC) que adota uma moeda única chamada de franco CFA (*Communauté Financière Africaine*)⁹², controlado e garantido pelo Banco Central Francês.

Focando a área de segurança, a Comunidade estabeleceu, em 2002, um pacto de segurança mútua, o Conselho de Paz e Segurança na África Central (COPAX). Ele está integrado ao Sistema Centro-Africano de Alerta (MARAC), a Comissão de Defesa e Segurança (CDS) e a Força Multinacional da África Central (FOMAC) para realizar missões de paz, segurança e ajuda humanitária.

Envolve uma área de 6.667.421km², onde habitam 121.245.958 pessoas, tendo um PIB de U\$175.928.000.⁹³

2.1.2.5 Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

Mais conhecida pela sigla inglesa de ECOWAS⁹⁴, o grupo foi criado em 1975 com o Tratado de Lagos⁹⁵ e reúne hoje 15 Estados: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné-Conakry, Guiné Bissau, Libéria, Mália, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. A Mauritânia retirou-se em 2000 por se opor à possibilidade de uma moeda única no bloco.

De acordo com o artigo 3º do Tratado Constitutivo da ECOWAS, a Comunidade tem como alvo a cooperação e integração regional e o estabelecimento de uma União

⁸⁹ Angola, Burundi, Camarões, Chade, Congo, Gabão, Guiné Equatorial, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Ruanda e São Tomé e Príncipe.

⁹⁰ VISENTINI, Paulo G. Fagundes. *Op. Cit.* p.198. Nota 81.

⁹¹ <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/1373519/Economic-Community-of-Central-African-States>. Acesso em 28/09/2010.

⁹² A união monetária em questão remonta, na realidade, à colonização francesa. Naquela época, a moeda única já se chamava de franco CFA ou “*franc des Colonies d’Afrique Française*”. A sigla mudou de sentido depois da independência e passou a designar o franco da “*Communauté Financière Africaine*”. Apesar da mudança de nome, no entanto, trata-se basicamente da mesma estrutura.

⁹³ <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html>. Dados da *CIA World Factbook* de 2004. Acesso em 23/09/2010.

⁹⁴ *Economic Community of West African States*.

⁹⁵ VISENTINI, Paulo G. Fagundes. *Op. cit.* p.199. Nota 81.

Econômica na África Ocidental, a fim de elevar os padrões de vida dos seus povos e contribuir para o progresso e desenvolvimento do Continente Africano.

A ECOWAS alberga dois subgrupos, a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), formada pelas ex-colônias francesas integrantes do bloco (Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal, Togo) mais a Guiné Bissau e a Zona Monetária da África Ocidental (ZMAO), composta pelos países anglófonos (Gâmbia, Gana, Guiné, Nigéria, Serra Leoa e Libéria), ambas em formação e discussão.

O objetivo final é a fusão de suas duas moedas em uma nova de circulação generalizada no bloco, o “*franc CFA-eco*”.

A ECOWAS possui uma Corte Comunitária de Justiça com jurisdição sobre questões relacionadas à proteção dos Direitos do Homem.

Abarca uma área de 5.112.903km², com uma população de 251.646.263 e um PIB de U\$342.519.000.⁹⁶

2.1.2.6 Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento

A IGAD (*Intergovernmental Authority on Development*) foi criada em 1996 em substituição a Autoridade Intergovernamental sobre Seca e Desenvolvimento, fundada em 1986 em decorrência de uma série de iniciativas para o combate à seca na África Oriental. Tem sede em Djibuti e agrupa sete países: Djibuti, Etiópia, Quênia, Somália, Sudão e Uganda. A Eritreia retirou-se em 2007.

É uma CER de missão bem específica, pois busca melhorias na área de segurança alimentar e proteção ambiental, agindo em conjunto com o Mercado Comum da África Oriental e Austral nos setores econômicos e de segurança nacional.

É, contudo, um bloco sem realizações palpáveis devido à existência de vários conflitos regionais e à preferência dos membros para outras alianças (notadamente a “*East African Community*”).

É composta de uma Assembléia de Chefes de Estado e de Governo, um Secretariado, um Conselho de Ministros e um Comitê de Embaixadores.

Possui uma área de 5.233.604km², 187.969.775 habitantes e um PIB de U\$225.049.000⁹⁷

⁹⁶<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html>. Dados da *CIA World Factbook* de 2004. Acesso em 23/09/2010.

⁹⁷ *Idem*.

2.1.2.7 Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

A SADC (*Southern African Development Community*) remonta ao bloco político de luta contra os países de regimes racistas da região (África do Sul e Rodésia⁹⁸) e o bloco econômico equivalente.

Os países da África Austral reuniram seus Ministros de Relações Exteriores para discutirem um programa regional de desenvolvimento africano. Porém, em 1992, o Tratado de Windhoek concretizou a fundação do SADC. Em 1994, a África do Sul⁹⁹ aderiu à Comunidade.

Tem sede em Caborone (Botsuana) e coliga hoje 15 países: África do Sul, Angola, Botsuana, Lesoto, Madagascar (suspensão após golpe de estado), Malauí, Maurício, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Seychelles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue, sendo que cada país tem sua função estabelecida dentro da Comunidade.

A SADC tem como princípios fundamentais o Benefício Mútuo, Direitos Humanos, Democracia, Paz, Segurança, Solidariedade e Igualdade para os Estados. Mantém acordos de livre comércio com outros blocos africanos (notadamente a “*East African Community*”).

Abrange uma área de 9.882.959km², com uma população de 233.944.179 habitantes, sendo dono de um PIB de U\$ 737.335.000¹⁰⁰, o maior de toda a Comunidade Econômica Africana.

2.1.2.8 Mercado Comum da África Oriental e Austral

O COMESA (*Common Market for East and South Africa*) teve sua origem marcada por duas Conferências dos Estados Independentes Africanos na década de 60, nas cidades de Acra e Adis Abeba. Mas somente com a Área de Comércio Preferencial estabelecida em 1981 que políticas favoráveis foram definidas para os Estados.

A Área então foi transformada em Mercado Comum em novembro de 1993. Tem sede em Lusaka (Zâmbia) e conta hoje com 19 membros¹⁰¹ que se estendem do Zimbábue à Líbia.

A finalidade do Mercado é a padronização dos procedimentos aduaneiros, da base

⁹⁸ Denominados Países de Linha de Frente.

⁹⁹ É de se notar que, ao lado do inglês, português e francês, o *afrikaans* (uma espécie de holandês arcaico falado por parte dos brancos sul-africanos) é língua oficial do bloco, denotando o peso econômico e político da referida comunidade.

¹⁰⁰ <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html>. Dados da *CIA World Factbook* de 2004. Acesso em 23/09/2010.

¹⁰¹ Burundi, Comores, Djibuti, Egito, Eritreia, Etiópia, Líbia, Madagascar, Malauí, Maurício, Quênia, República Democrática do Congo, Ruanda, Seychelles, Sudão, Suazilândia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue.

de dados e estatísticas de comércio regional.

Em 2004, os membros criaram a Tarifa Externa Comum para implantar percentuais de 0% para bens de capital, 5% para matéria-prima, 15% para bens intermediários e 30% para bens finais¹⁰².

Atualmente, em razão de uma competição entre os processos de integração regional africanos, o COMESA tem perdido membros para o SADC e sua composição tem representado mais o nordeste do Continente.

O GAFTA (*Greater Arab Free Trade Association*) incorpora o Magreb, o Egito e o Sudão numa aliança extra-regional das nações árabes, do Oriente Médio a África do Norte.

Compreende uma área de 12.873.957km², com uma comunidade de 406.102.471 habitantes, possuindo PIB de U\$735.599.000.¹⁰³

Menciona-se a existência passada ou presente de blocos menores e mais efêmeros, cuja apresentação só cabe em estudo aprofundado do fenômeno.

2.2 Inserção Regional - ECOWAS

A concepção de uma comunidade integracionista da África Ocidental deu-se por meio de diversos encontros preparatórios sendo o de Acra, em 1974, e da Monróvia, em 1975, os de maior destaque. O resultado foi um acordo final, o Tratado de Lagos, assinado em 28 de maio de 1975, que estabelecia a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, sediada em Abuja, na Nigéria.

A Comunidade conta hoje com quinze membros¹⁰⁴ que visam uma mútua cooperação econômica, social e cultural, na busca da auto-suficiência coletiva, como prevê o artigo 4º, alínea “b” do Tratado¹⁰⁵.

A ECOWAS trabalha com três idiomas oficiais, o inglês, francês e português, atingindo de forma igualitária a totalidade de seus membros.

Em 24 de julho de 1993, o Tratado foi revisado para acelerar o processo de integração econômica, aumentando o auxílio político entre os membros e adaptando a Comunidade aos novos desafios.

¹⁰² VISENTINI, Paulo G. Fagundes. *Op. cit.* p. 93. Nota 81.

¹⁰³ <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html>. Dados da *CIA World Factbook* de 2004. Acesso em 23/09/2010.

¹⁰⁴ Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Libéria, Máli, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. Contudo Guiné (<http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/7802803.stm> Acesso em 11/09/2010.) e Níger (<http://www.reuters.com/article/idUSLK563508> Acesso em 25/09/2010.) estão suspensos após golpes de Estado aplicados em 2008 e 2009, respectivamente.

¹⁰⁵ <http://www.comm.ecowas.int/sec/index.php?id=treaty&lang=en>. Acesso em 28/09/2010.

2.2.1 Estrutura Organizacional

O Capítulo III do ato constitutivo estabelece o quadro orgânico da Comunidade, assim como a criação, composição e atribuições das mesmas.

2.2.1.1 Autoridade dos Chefes de Estado e de Governo

Como instituição suprema, ela é responsável pela direção geral, ficando a seu cargo a tomada de medidas necessárias para assegurar o desenvolvimento progressivo e a realização dos objetivos da Comunidade.

De acordo com o artigo 7º ¹⁰⁶, a Autoridade determina a política geral dos Estados-membro, além de supervisionar o funcionamento das estruturas comunitárias.

Reúne-se pelo menos uma vez ao ano em Sessão Ordinária. Uma Sessão Extraordinária pode ser convocada pelo Presidente ou a pedido de um Estado-Membro, desde que apoiado por maioria simples.

2.2.1.2 Conselho de Ministros

O Conselho é composto pelo ministro encarregado dos assuntos da ECOWAS, normalmente o Ministro de Relações Exteriores, ou qualquer outro de cada Estado-Membro.

Tem como função fazer recomendações à Autoridade sobre qualquer ação que vise alcançar os objetivos da Comunidade, como versa o artigo 10 ¹⁰⁷ do Tratado. Também emite diretivas sobre a coordenação e harmonização das políticas de integração econômica, aprova a composição organizacional das instituições e o orçamento da Comunidade e suas instituições.

O organismo congrega pelo menos duas vezes ao ano em Sessão Ordinária, sendo uma precedida imediatamente da Sessão Ordinária da Autoridade (art.12, item 1 ¹⁰⁸). Uma Sessão Extraordinária pode ser convocada pelo Presidente do Conselho ou a pedido de um Estado-Membro, desde que seja apoiado por maioria simples.

2.2.1.3 Parlamento

O Parlamento da ECOWAS é um fórum de diálogo dos representantes dos povos da África Ocidental, que visa promover a integração regional. Ele foi elaborado em

¹⁰⁶ <http://www.comm.ecowas.int/sec/index.php?id=treaty&lang=en>. Acesso em 28/09/2010.

¹⁰⁷ *Idem. Ibidem.*

¹⁰⁸ *Idem. Ibidem.*

conformidade com o artigo 6º e 13º do Tratado¹⁰⁹.

É composto por 115 assentos - no mínimo cinco por Estado-Membro. O restante é dividido proporcionalmente à população do país. Assim, hoje, a Nigéria tem 35 lugares; Gana, 8; Costa do Marfim, 7; enquanto Burkina Faso, Guiné, Mali, Níger e Senegal têm 6 assentos cada. Os países remanescentes têm o mínimo de cadeiras cada¹¹⁰.

2.2.1.4 Conselho Econômico e Social

Apesar de não ter sido criado até o presente momento, terá um papel consultivo e sua composição deverá incluir representantes das diferentes categorias econômicas e sociais da população (art.14).

2.2.1.5 Tribunal de Justiça

O Tribunal foi criado pelo Protocolo A/P.1/7/91 em 1991 e incluído no artigo 6º do tratado revisado, mas entrou em vigor somente em novembro de 1996.

Sua jurisdição inclui decidir sobre disputas entre Estados, como também apresentar ao Conselho de Ministros pareceres consultivos sobre questões legais (artigo 10)¹¹¹.

O artigo 39 do Protocolo sobre Democracia e Boa Governança de 2001 pede a revisão dos poderes dados ao Tribunal para que ele possa examinar¹¹² violações aos Direitos Fundamentais do Homem, quando todos os meios para resolvê-las fracassam em âmbito nacional.

2.2.1.6 Comissão

A Comissão está estabelecida pelo artigo 17¹¹³ do Tratado, porém era chamada de Secretaria Executiva até 2006.

Os Chefes de Estado e de Governo da ECOWAS fizeram tal mudança para que a instituição tivesse seu poder reforçado e seus representantes (Presidente, Vice e sete comissários¹¹⁴) ficassem encarregados de setores menores e claramente definidos, objetivando maior impacto e visibilidade da Comissão nos Estados-membro.

¹⁰⁹ <http://www.comm.ecowas.int/sec/index.php?id=treaty&lang=en>. Acesso em 30/09/2010.

¹¹⁰ <http://www.parl.ecowas.int/>. Acesso em 30/09/2010.

¹¹¹ <http://www.comm.ecowas.int/sec/index.php?id=treaty&lang=en>. Acesso em 30/09/2010.

¹¹² <http://www.comm.ecowas.int/sec/en/protocolos/Protocol%20on%20good-governance-and-democracy.pdf>. Acesso em 30/09/2010.

¹¹³ <http://www.comm.ecowas.int/sec/index.php?id=treaty&lang=en>. Acesso em 02/10/2010.

¹¹⁴ <http://www.comm.ecowas.int/>. Acesso em 02/10/2010.

A alteração foi acompanhada de um novo regime legal¹¹⁵ para os Atos da Comunidade, estando as Leis Complementares sob jurisdição da Autoridade e os Regulamentos, Diretivas, Decisões e Recomendações a cargo do Conselho de Ministros. Todos os Atos são aplicáveis às instituições da Comunidade e obrigatórios para os Estados-membro, exceto as recomendações e conselhos.

2.2.1.7 Fundo de Cooperação, Compensação e Desenvolvimento

O Fundo é uma das principais instituições para a implementação de políticas que contribuem para o desenvolvimento econômico da África Ocidental, estabelecendo-se pelo artigo 21 do Tratado¹¹⁶.

Em janeiro de 2007, o referido artigo foi alterado pelo Ato Adicional A/SA.9/01/07 e o Fundo foi transformado em Banco de Investimento e Desenvolvimento da ECOWAS (*ECOWAS Bank for Investment and Development-EBID*)¹¹⁷, tendo duas vertentes de trabalho, uma para a promoção do Setor Privado e outra para o desenvolvimento do Setor Público.

O EBID financia projetos e programas da ECOWAS e da NEPAD¹¹⁸ (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África) dentre os quais se destacam os relativos aos Transportes, Energia, Telecomunicações, Indústria, Redução da Pobreza, Meio Ambiente e Recursos Naturais.

2.2.1.8 Comissões Técnicas Especializadas

O artigo 22 do Tratado estabelece a criação de oito Comissões de competências distintas: Alimento e Agricultura; Ciência, Tecnologia, Indústria e Energia; Meio Ambiente e Recursos Naturais; Transportes, Comunicações e Turismo; Comércio, Alfândegas, Fiscalidade, Estatísticas, Dinheiro e Pagamentos; Assuntos Políticos, Jurídicos e Legais, Segurança Regional e Imigração; Recursos Humanos, Informação, Assuntos Sociais e Culturais; e Administração e Comissão de Finanças¹¹⁹.

Cada Comissão elabora projetos e programas para a Comunidade podendo criar subcomissões para auxiliar na execução dos trabalhos.

¹¹⁵ <http://www.comm.ecowas.int/>. Acesso em 02/10/2010.

¹¹⁶ <http://www.comm.ecowas.int/sec/index.php?id=treaty&lang=en>. Acesso em 28/09/2010.

¹¹⁷ http://www.bidc-ebid.org/en/bidc_presentation.php. Acesso em 02/10/2010.

¹¹⁸ *New Partnership for Africa's Development* é o principal instrumento da UA na transformação da realidade Continental. Conta com a participação do Grupo dos Oito (EUA, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Canadá e Rússia) para promoção da paz, segurança, democracia, transparência política e governança corporativa, como também integração e cooperação regional.

¹¹⁹ <http://www.comm.ecowas.int/sec/index.php?id=treaty&lang=en>. Acesso em 05/10/2010.

A ECOWAS conta ainda com Agências Especializadas¹²⁰, quais sejam a Organização de Saúde da África Ocidental (WAHO); Agência Monetária da África Ocidental (WAMA); Instituto Monetário da África Ocidental (WAMI); Centro de Desenvolvimento à Juventude e Esportes (EYSDC); Centro de Desenvolvimento do Gênero da ECOWAS (EGDC); Unidade de Coordenação de Recursos de Água (WRCU); *ECOWAS BROWN CARD* (Regime de Seguro de Automóveis); Sistema de Energia da África Ocidental (WAPP); Grupo de Ação Intergovernamental contra o Financiamento de Lavagem de Dinheiro e Terrorismo na África Ocidental (GIABA); e Programa Regional de Saúde da África Ocidental (PRSAO).

2.2.2 Dimensão Econômico-Financeira

A ECOWAS abriga dois subgrupos econômicos, a saber a União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMAO) e a Zona Monetária da África Ocidental (ZMAO).

A primeira foi criada em 10 de janeiro de 1994 em Dakar, Senegal, pelos Chefes de Estado e de Governo do Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Mali, Níger, Senegal e Togo. Em maio de 1997, a Guiné-Bissau tornou-se o oitavo Estado-membro da União¹²¹.

A UEMOA é uma organização de integração econômica regional entre os países que têm o Franco CFA como moeda comum. É uma união aduaneira e monetária que tem firmado, em seu tratado constitutivo, cinco objetivos principais (artigo 4º), sendo

maior concorrência econômica, através de mercados abertos e competitivos, juntamente com a racionalização e a harmonização do enquadramento jurídico; convergência das políticas macroeconômicas; criação de um mercado comum; coordenação das políticas setoriais; e harmonização das políticas fiscais¹²².

O Artigo 6º¹²³ reconhece a supremacia dos estatutos da UEMOA sobre as Leis nacionais.

A UEMOA estabeleceu dispositivos que tem permitido a realização de reformas estruturais na região e a estabilidade financeira, sendo reconhecida por seus avanços práticos na integração econômica dos Estados-membro.

Em abril de 2010, o Presidente da Comissão da União, Soumaïla Cissé, visitou o Brasil a fim de avaliar o conhecimento brasileiro em biocombustíveis e discutir uma

¹²⁰ <http://www.ecowas.int/>. Acesso em 05/10/2010.

¹²¹ VISENTINI, Paulo G. Fagundes. *Op. cit.* p. 200. Nota 81.

¹²² http://www.idrc.ca/en/ev-68350-201-1-DO_TOPIC.html. Acesso em 10/10/2010.

¹²³ *Idem. Ibidem.*

cooperação nessa área, assinando na oportunidade o Memorando de Entendimento entre Brasília e UEMOA para esse segmento¹²⁴.

Estudos de viabilidade determinarão onde poderão ocorrer as instalações de projetos de produção e uso de bioenergia, em países da UEMOA.

A segunda foi estabelecida em 2000 pelos representantes de Gâmbia, Gana, Guiné, Nigéria e Serra Leoa. A Nigéria é o grande destaque do grupo já que é o maior produtor de petróleo na África, além de ser o país mais populoso do Continente.

A ZMAO tem como projeto estabelecer uma moeda forte e estável, denominada Eco, para contrapor o franco CFA, cuja taxa de câmbio está atrelada ao Euro. A previsão é de que seu lançamento seja oficializado em 2015¹²⁵.

O intento da ZMAO é a fusão entre franco CFA e Eco, viabilizando a estabilidade de uma moeda única a toda África Ocidental e Central.

Cabo Verde e Libéria, países membros da ECOWAS, não pertencem a nenhum subgrupo econômico, embora estejam sob intensa pressão para aderir.

Em maio de 2005, um encontro dos Chefes de Estado e Governo da ECOWAS, em Gâmbia, resultou na Declaração de Banjul, que lançou um Plano de Ação estabelecendo a previsão de que a União Monetária da ECOWAS entre em vigor em 2020¹²⁶ com a criação do Banco Central da ECOWAS e o início da circulação de moeda única.

Em 2009, a UNESCO, em parceria com a ECOWAS, ECOBANK e o Governo de Cabo Verde, criou o Instituto da África Ocidental (IAO), nesse país, para “Pesquisa e recomendações estratégicas sobre a integração regional e observatório da aplicação das políticas”¹²⁷, almejando favorecer o desenvolvimento, a paz e a proteção dos Direitos Humanos na região, reforçando o diálogo entre os pesquisadores e os Chefes de Estado e de Governo.

2.2.3 Cooperação em Segurança Regional

Embora o Tratado original não se refira às questões de segurança, a ECOWAS tem evoluído nesse aspecto por meio da adoção de Pactos de Não Agressão assinados em 1978, 1981 e 1990.

¹²⁴<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/visita-ao-brasil-do-presidente-da-comissao-da-uniao-economica-e-monetaria-do-oeste-africano-uemoa-27-a-30-de-abril-de-2010>. Acesso em 12/10/2010.

¹²⁵<http://allafrica.com/stories/200906230222.html>. Acesso em 12/10/2010.

¹²⁶ *Idem*.

¹²⁷http://www.enid.gov.cv/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=9&Itemid=53. Acesso em 15/10/2010.

Conta também com o Protocolo de Assistência Mútua em Matéria de Defesa, de 1981, que criou o Grupo de Monitoramento da ECOWAS (*ECOMOG – ECOWAS Monitoring Group*)¹²⁸, formado pelo acordo entre exércitos distintos, com o objetivo de assegurar a paz e a estabilidade política entre os Estados, uma vez que a região é caracterizada pela instabilidade interna e pelos conflitos fronteiriços.

A situação da Comunidade mudou drasticamente quando a Nigéria e outros membros da ECOWAS propuseram uma intervenção militar na Guerra Civil da Libéria. Criou-se a Comissão Permanente de Mediação (*Standing Mediation Committee- SMC*), em 1990, que estabeleceu um Grupo de Monitoramento do Cessar Fogo. Na sequência, o ECOMOG realizou missões na Serra Leoa e Guiné-Bissau.

Em 1997, os Estados-membro da Comunidade concordaram, em Sessão Extraordinária, na criação de um mecanismo formal para prevenir, gerenciar e resolver conflitos, bem como a manutenção de paz na região, estabelecendo assim, em 2009, as Forças de Alerta Permanente da ECOWAS e o Comitê dos Chefes do Serviço de Segurança (*Coordinating Council for the Southern States- CCSS*).

2.2.4 Esportes e Intercâmbio Cultural

Menciona-se a título anedótico que os Estados-membro da Comunidade organizam eventos culturais e desportivos, desde Campeonatos de Futebol a Concursos de Miss ECOWAS. No Concurso de Miss Universo de 2006, a Miss Gana, Ângela Asare, ganhou o título de Miss Simpatia¹²⁹.

A seleção de Gana fez sua estréia na Copa do Mundo da Alemanha de 2006. Apesar do êxito das “estrelas negras” na categoria juvenil, o time foi eliminado nas oitavas-de-final pelo Brasil por 3 a 0, ficando em 13º lugar no Campeonato¹³⁰.

Os Mundiais Sub-17 e Sub-20 tiveram uma participação mais expressiva de Gana, quando, no último, logrou o título de bi-campeã.

A seleção de Gana se classificou, em 6 de setembro de 2009, para a Copa do Mundo de 2010 na África. Teve participação e desempenho excelentes quando se tornou a primeira seleção africana a entrar para as quartas de final de uma Copa do Mundo.

¹²⁸ <http://www.iss.co.za/Pubs/Monographs/No46/Ecomog.html>. Acesso em 15/10/2010.

¹²⁹ <http://www.missuniverse.com/>. Acesso em 15/10/2010.

¹³⁰ <http://www.quadrodemedalhas.com/futebol/copa-do-mundo/copa-mundo-2006-mundial-alemanha.htm>. Acesso em 17/10/2010.

Infelizmente, perdeu para o Uruguai nos pênaltis¹³¹, pondo fim à esperança de levar o Continente para as semifinais.

2.2.5 Programas Prioritários da ECOWAS em Gana

a) Livre Circulação de Pessoas

Em maio de 1979, os Estados-membro da ECOWAS assinaram o Protocolo A/P.1/5/79¹³² para a Livre Circulação de Pessoas, Residência e Estabelecimento. Como membro, Gana permite a entrada sem visto de nacionais da ECOWAS, por um período não excedente a 90 (noventa) dias.

Em julho de 1985, a Decisão A/Dec.2/7/85¹³³ adotou o Certificado de Viagem da ECOWAS, documento de viagem harmonizado para uso no seio da Comunidade, a fim de facilitar a circulação de pessoas através das fronteiras dos Estados-membro.

Um ano depois, o Protocolo Suplementar A/Sp.1/7/86¹³⁴ estabeleceu que o Direito de Residência incluía o de trabalhar em território da Comunidade. Instituiu, também, a obrigatoriedade de se obter o Cartão de Residência ou Permissão de Residência para os que entrassem no país para trabalhar sem visto.

O Protocolo Suplementar A/Sp.2/5/90¹³⁵ delineou o Direito de Estabelecimento, que concede ao cidadão acesso às atividades econômicas, podendo criar e gerir empresas em condições de igualdade com nacionais.

Em 2000¹³⁶, o Passaporte da ECOWAS foi introduzido para substituir gradualmente o Certificado de Viagem da ECOWAS ao longo de vários anos.

Gana, ainda, colocou em uso o ECOWAS *Brown Card*¹³⁷, um seguro para automóveis que objetiva a compensação justa e rápida às vítimas de acidentes de viação, além de facilitar a liquidação da indenização ao motorista, nacional da ECOWAS, após a ocorrência do acidente.

b) Livre Circulação de Mercadorias

Visando facilitar a circulação de produtos, a ECOWAS adotou documentos

¹³¹ <http://copadomundo.uol.com.br/2010/jogos/uruguai-x-gana-02-07.jhtm>. Acesso em 17/10/2010.

¹³² <http://www.sec.ecowas.int/sitecedea0/english/ap010579.htm>. Acesso em 17/10/2010.

¹³³ <http://www.sec.ecowas.int/sitecedea0/english/adec020785.htm>. Acesso em 18/10/2010.

¹³⁴ <http://www.sec.ecowas.int/sitecedea0/english/asp010786.htm>. Acesso em 18/10/2010.

¹³⁵ <http://www.sec.ecowas.int/sitecedea0/english/asp020590.htm>. Acesso em 18/10/2010.

¹³⁶ <http://www.sec.ecowas.int/sitecedea0/english/es-rep2000-3-2.htm>. Acesso em 19/10/2010.

¹³⁷ <http://www.brown-card.ecowas.int/>. Acesso em 19/10/2010.

aduaneiros harmonizados, tais como o Certificado de Origem¹³⁸, que atesta a procedência dos produtos fabricados dentro da Comunidade; o Sistema de Harmonização¹³⁹, que classifica e descreve os produtos baseado em vários critérios, como a Nomenclatura Aduaneira (“Animais Vivos, Produto Animal”; “Tecido, Produtos Têxteis”; etc) usada no comércio internacional; e a Declaração Aduaneira¹⁴⁰, formulário que centraliza dados para avaliar a eventual perda de rendimentos sofrida pelos Estados-membro, como resultado da Livre Circulação de Mercadoria intra-Comunidade.

c) Programa de Cooperação Monetária

Gana tem removido barreiras de natureza monetária, como a necessidade de pagar contas de hotel, taxas portuárias e aeroportuárias em moeda estrangeira. No entanto, tal obrigação permanece para as taxas de trânsito de veículos¹⁴¹.

¹³⁸ http://www.comm.ecowas.int/sec/en/reglements/Regulation_ECOWAS_Certificate_of_Origin050402.pdf. Acesso em 19/10/2010.

¹³⁹ <http://www.comm.ecowas.int/pays/web/gh-m.htm>. Acesso em 19/10/2010.

¹⁴⁰ <http://www.comm.ecowas.int/sec/index.php?id=cdec040686&lang=en>. Acesso em 19/10/2010.

¹⁴¹ <http://www.comm.ecowas.int/pays/web/gh-m.htm>. Acesso em 19/10/2010.

CAPÍTULO III

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS

3.1 Cenário Econômico

Gana é um país de pequenos agricultores e de baixa densidade demográfica, o que permite um nível de vida razoável. Há uma abundância de culturas, mas a maior parte da superfície ganense não se apresenta como viável à pecuária, sendo que as reservas florestais ocupam quase 1/9 da área nacional.

O clima é diversificado: nas zonas costeiras é úmido e quente, no norte é seco. O contexto favorece a existência de grandes extensões de bosques e áreas de reserva natural, onde a vida selvagem se reproduz com facilidade.

A economia baseia-se em três atividades centrais: a agricultura (plantações tropicais como o cacau); a mineração (ouro, diamantes e minerais); e a exploração de recursos florestais (vastas plantações de árvores de madeira comercial).

Bem dotado de bens naturais, tem o dobro da produção per capita dos países mais pobres da África Ocidental, fazendo parte da lista dos Países em Desenvolvimento do FMI (2009)¹⁴². Mesmo assim, continua um pouco dependente de investimentos e assistência internacionais.

Cerca de 28% da população vive abaixo da linha de pobreza internacional estabelecida a US\$ 1,25 por dia. Sua grande maioria é constituída de mulheres pobres do Norte e das regiões politicamente marginalizadas, e, de acordo com o Banco Mundial, a renda per capita mal duplicou nos últimos 45 anos.

Entre 1980 e 2010, o IDH de Gana cresceu 0,8% ao ano, possibilitando ao país pontuar 0,467 e obter a 130ª posição na classificação geral, que comparou 169 países,

¹⁴² <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2009/01/weodata/groups.htm#oem>. 27/10/2010.

colocando a região acima da média da África subsaariana¹⁴³.

Gana, conhecido pelo ouro no período colonial, continua sendo um dos maiores produtores mundiais. As exportações de cacau, madeira, eletricidade, diamante, bauxita e manganês são importantes fontes de divisas controladas, operadas e geridas pelo Ministério da Agricultura.

Em 2007, um campo de petróleo contendo 600 milhões de barris de óleo leve foi descoberto no mar de Gana¹⁴⁴. A exploração está em curso, e sua quantidade continua a aumentar. É esperado um grande influxo de capital na economia no início do último trimestre de 2010, quando o país começa a produzir “ouro negro” em quantidades comerciais.

De acordo com estatísticas divulgadas pelo Centro de Desenvolvimento Social Integrado (ISODEC) e a OXFAM América e posteriormente publicadas pelo *The Wall Street Journal*¹⁴⁵, apesar do potencial petrolífero recentemente descoberto no país não se igualar aos da Nigéria ou Angola, há uma grande possibilidade do produto render bilhões para o país anualmente, já que a estimativa de produção é de 0,6 a 1,3 bilhões de barris.

A Barragem de Akosombo, que teve sua construção no Rio Volta iniciada em 1961 e terminada em 1965, fornece energia hidráulica para Gana e países vizinhos.

A força de trabalho, em 2008, totalizou 11,5 milhões de pessoas. A economia continua a depender fortemente da agricultura, que responde por 37,3% do PIB, fornece emprego a 56% da população, principalmente pequenos proprietários.¹⁴⁶

Os gêneros alimentícios cultivados são: milho, mandioca, inhame e inhame-coco, abacaxi, banana, banana da terra, pimenta, semente de algodão, castanha de caju, noz de cola, cana de açúcar, dendê, e café. Já a produção industrial compreende, sobretudo, bebidas, cigarros, têxteis, roupas, calçados, produtos químicos e farmacêuticos, metais e aço.

A indústria é apenas uma pequena parte da economia ganense, totalizando 7,9% do Produto Interno Bruto, em 2007. O setor é composto de mineração, extração de pedras naturais, manufatura, energia elétrica e água.

A maior parte das exportações (cacau, ouro, madeira, manganês, diamante, bauxita e noz-de-cola) dirige-se à Alemanha, Ucrânia, Inglaterra, entre outros. Ainda importa produtos petrolíferos, químicos e equipamentos vindos, mormente do Japão.

Apesar do déficit de financiamento, da inflação e da depreciação do cedi, ele se mantém como um dos países mais economicamente viáveis da África.

¹⁴³ <http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/GHA.html>. Acesso em 02/05/2011.

¹⁴⁴ <http://news.bbc.co.uk/2/hi/business/6764549.stm>. Acesso em 27/10/2010.

¹⁴⁵ http://online.wsj.com/article/NA_WSJ_PUB:SB124874269019485491.html. Acesso em 28/10/2010.

¹⁴⁶ <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/gh.html>. Acesso em 27/10/2010.

Em julho de 2007, o Banco de Gana renomeou sua moeda de cedi (¢) para cedi Gana (Gh¢). Ela é relativamente estável e, em agosto de 2010, era trocada a uma taxa de 1 USD = 1,45 GHS.¹⁴⁷

3.2 Infraestrutura

3.2.1 Energia elétrica

A África tem um enorme potencial hidrelétrico e seus rios e lagos constituem importantes fontes de energia, capazes de impulsionar o desenvolvimento industrial, no entanto, ainda pouco aproveitado em função do subdesenvolvimento econômico e infra-estrutural que caracterizam o continente.

O Lago Volta¹⁴⁸, em Gana, está entre as principais represas e é considerada a maior do mundo. É formado pela Barragem de Akosombo, que fornece eletricidade para grande parte do país, com possibilidade de exportação desta para Togo, Benin e países vizinhos. A barragem retém os rios *White Volta* e *Black Volta*, que, anteriormente, convergiam e formavam o *Volta River*¹⁴⁹.

A capacidade geradora da represa é em torno de 1.020 megawatts de eletricidade, usada para fundição de alumínio localizada no Porto de Tema, no Golfo da Guiné, e para fornecimento de energia elétrica para Gana¹⁵⁰, principalmente.

Somente 20% da energia elétrica gerada nela é para o abastecimento ganense, o restante é para a propriedade norte-americana *Volta Aluminium Company* (VALCO), embora o Governo de Gana tenha sido obrigado, por contrato, a pagar mais de 50% do custo da construção de Akosombo.

Há, ainda, a Barreira de Kpong, construída para fornecimento energético suplementar, produzindo 160 megawatts e a de Bui, que está em construção para fornecer 400 megawatts para o país.

Em 07 de outubro de 2009, um acordo de cooperação foi assinado entre o Ministro Ganense, Joe Oteng-Adjei e o embaixador do Brasil neste país, Luís Fernando Serra, por meio do qual o Brasil se compromete a financiar um açude em Juallay, sobre o rio Oti,

¹⁴⁷ <http://www.oanda.com/convert/classic>. Acesso em 29/10/2010.

¹⁴⁸ O lago Volta, o maior lago feito pelo homem em todo o mundo, que se estende desde a barragem de Akosombo no sudeste do Gana até à cidade de Yapei, 520 quilômetros para norte, não só gera eletricidade e fornece uma via de transporte mas é um recurso potencialmente valioso para a irrigação e para a aquacultura.

¹⁴⁹ <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/632445/Lake-Volta>. Acesso em 01/11/2010.

¹⁵⁰ *Idem. Ibidem.*

perto de Pwalugu, com a capacidade de 90 megawatts¹⁵¹. O custo inicial do projeto é de 300 milhões de dólares, dos quais 250 milhões serão financiados pelo Governo brasileiro.

O Ministério de Energia desenvolve e programa políticas para o setor potencial, como também supervisiona as operações do *Ghana National Petroleum Corporation*, da Refinaria de Óleo Tema, da *Volta River Authority* (VRA) e da Companhia de Eletricidade do Gana. Ademais, é responsável por fiscalizar a Comissão de Energia de Gana.

De acordo com o Ministério, o fornecimento em questão no país pode ser dividido em dois setores, sendo eles o setor da Energia, composto da elétrica, da renovável e da tradicional e o setor de Petróleo, composto de exploração (*upstream*) e refino, distribuição e armazenamento (*downstream*)¹⁵².

É sabido que a economia de um país cresce substancialmente quando seu pátio industrial é bem equipado, e Gana tem um enorme potencial de crescimento industrial, o que garantiria a criação de empregos e melhor distribuição da riqueza.

É bem dotado de recursos energéticos variados, incluindo a biomassa, hidrocarbonetos, hidroenergia, solar e eólica. Tem capacidade para produzir bio-combustíveis modernos e está explorando opções para desenvolver energia nuclear.¹⁵³

A grande meta do setor elétrico é universalizar o acesso à rede, aumentando a geração dos atuais 2.000 megawatts para 5.000 até 2015¹⁵⁴. No entanto, atrair investimentos para construir a infra-estrutura necessária para a produção, transmissão e distribuição em todo o país ainda é um grande desafio, razão pela qual se busca oportunidades de crescimento com investimentos e incentivos internacionais.

A grande responsável pela produção elétrica ganense é a Hidrelétrica de Akosombo, administrada pela estatal VRA, criada pela Lei de Desenvolvimento do Rio Volta, em 1961, buscando o incremento e gerenciamento dos recursos hídricos da bacia do Volta. A Companhia de Eletricidade de Gana, também estatal, divide essa mesma responsabilidade com a VRA, contudo nas Regiões Sul e Central do País.

Como já foi mencionado, a produção atual da barragem de Akosombo é de pouco mais de 1000 megawatts, o que a torna insuficiente para o abastecimento da região. Novas hidrelétricas como Kpong, Bui e Juallay foram ou estão sendo construídas para uma produção energética suplementar.

As principais limitações do setor petrolífero são, especialmente, a exploração e

¹⁵¹ <http://www.portugaldigital.com.br/noticia.kmf?cod=9009889&indice=30&canal=159>. Acesso em 01/11/2010.

¹⁵² <http://www.energymin.gov.gh/about.php#overview>. Acesso em 01/11/2010.

¹⁵³ <http://energymin.gov.gh/>. Acesso em 01/11/2010.

¹⁵⁴ *Idem*.

ampliação de forma sustentável do campo de petróleo e gás, a gerência criteriosa das receitas provenientes dessa indústria, e a procura, principalmente, por transferência de tecnologia de países mais desenvolvidos. O Ministério propõe-se também a fornecer subsídios para que se torne um grande exportador de petróleo e de energia até 2012 e 2015¹⁵⁵, respectivamente.

A estatal *Ghana National Petroleum Corporation* (GNPC) tem como desígnio promover, explorar e ampliar os recursos de hidrocarbonetos do país, através de investimentos orientados para a tecnologia de forma a reforçar o avanço econômico.

Na fase inicial da GNPC, em 1985, foi solicitada à Braspetro, (subsidiária internacional da Petrobrás), assistência técnica, sob patrocínio do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas¹⁵⁶, para a elaboração de um plano estratégico organizacional e para recomendações para o reforço das capacidades institucionais.

Em 2007, foi descoberto um gigantesco campo petrolífero no Golfo da Guiné, junto à costa do Gana, batizado de *Jubilee*. O Fundo Monetário Internacional diz que o país pode arrecadar 20 bilhões de petrodólares até 2030, potencialmente transformando a sua economia e também a de São Tomé e Príncipe.¹⁵⁷

Em março de 2010, o Governo ganense bloqueou propostas de extração de empresas exploradoras como *Aker* e *Exxon Mobil*. O intuito é reservar os contratos para a própria companhia estatal, a GNPC, citada acima.

Apesar do País ainda não se destacar na produção de petróleo, dispõe de uma capacidade de refinamento de 45.000 barris/dia na *Tema Oil Refinery*.

Conta com a Usina Termal de Takoradi localizada em Aboadze, na Região Oeste. Essa estação começou a funcionar em 1997, iniciada pela VRA para complementar a produção das hidrelétricas de Akosombo e Kpong. A capacidade de produção energética atual de Takoradi é de 550 megawatts que será ampliada para 660 megawatts¹⁵⁸, após a construção da segunda unidade dessa usina graças ao *joint venture* entre a americana CMS Companhia de Energia¹⁵⁹ e a VRA.

A primeira fase desse projeto, a construção de duas turbinas a gás com o potencial de gerar 110 megawatts, foi concluída em 2001. A empresa CMS detinha aí 90% das ações, e a estatal VRA, os outros 10%. Contudo, em 2007, a CMS vendeu suas ações para a *Abu*

¹⁵⁵ <http://energymin.gov.gh/>. Acesso em 01/11/2010.

¹⁵⁶ <http://www.gnpcghana.com/aboutus/orgStructure.asp>. Acesso em 02/11/2010.

¹⁵⁷ http://www.bbc.co.uk/portuguese/africa/news/story/2010/07/100729_africacommoditiesaws.shtml. Acesso em 02/11/2010.

¹⁵⁸ <http://www.vra.com/Power/thermal.html>. Acesso em 02/11/2010.

¹⁵⁹ *CMS Energy*, constituída em 1987, tem sua sede em Michigan e fornece energia elétrica e gás natural para vários Estados americanos, além de investir no exterior. <http://www.cmsenergy.com/>. Acesso em 04/11/2010.

*Dhabi National Energy Company.*¹⁶⁰

As Energias Renováveis abrangem a biomassa, hídrica, solar e eólica. Os objetivos são aumentar a capacidade energética nacional, além de garantir uma produção e utilização eficaz. Os grandes desafios são melhorar a eficiência da madeira como combustível e reduzir os altos custos da tecnologia solar e eólica.

As ações políticas buscam centrar-se na melhoria da produção e no uso hábil da biomassa em curto prazo. Não obstante, o uso de fontes alternativas menos poluentes e a criação de incentivos fiscais e de preços para majorar o desenvolvimento e a utilização de energias sustentáveis também são intentos do setor.

A energia solar é utilizada para a secagem das culturas de cacau, cereais, legumes, composto de amendoim e pimenta, entre outros produtos exportáveis, com uma produção elétrica relativamente insignificante (cerca de 140 toneladas de óleo equivalente).

A Comissão de Energia de Gana lidera e colabora, de forma eficiente, com seus principais fornecedores como VRA (*Volta River Authority*), TOR¹⁶¹ (*Tema Oil Refinery*), BOST¹⁶² (*Bulk Oil Storage & Transport Co Ltd*), ECG¹⁶³ (*Electricity Company of Ghana*), GRIDCo¹⁶⁴ (*Ghana Grid Company*) e produtores independentes para criar um ambiente propício para a excelência e concorrência leal na prestação de serviços do setor.

A Comissão trabalha com divisões tituladas de Unidade de Administração e Recursos Humanos, Unidade de Gás Natural, Unidade de Fiscalização, Unidade de Energia, Unidade de Energia Renovável, Unidade de Avaliação do Impacto Social e Ambiental e Unidade de Política e Planejamento Estratégico.¹⁶⁵

As fontes primárias são compostas de 90 a 95% de combustíveis de madeira (biomassa), 5 a 10% hídrica e inferior a 1% solar¹⁶⁶.

A produção total em Gana em 2000 foi de 6,2 milhões de toneladas de óleo, equivalente a 11,5 vezes a média anual do produto gerado em Akosombo e Kpong pelas

¹⁶⁰ <http://www.modernghana.com/news/273696/1/management-of-tico-launches-10th-anniversary-celeb.html>.

Acesso em 04/11/2010.

¹⁶¹ Refinaria de petróleo estatal, fundada nos anos 60, em Tema. Produz gasolina, combustível de aviação, querosene e óleo diesel. <http://business.everythinghana.com>. Acesso em 04/11/2010.

¹⁶² BOST foi constituída em 1993 como uma empresa privada de responsabilidade limitada, sendo o Governo de Gana seu único acionista. Distribui produtos petrolíferos a partir de seus depósitos espalhados pelo país, complementando-os através de uma rede de gasoduto. <http://www.bost.com.gh/index.php>. Acesso em 04/11/2010.

¹⁶³ ECG foi constituída nos termos do Código das Sociedades, Lei 179, em comandita por ações no dia 21 de fevereiro, 1997. Distribui e fornece eletricidade para suas áreas de abastecimento. <http://business.everythinghana.com>. Acesso em 05/11/2010.

¹⁶⁴ GRIDCo foi constituída em 2006 para a transmissão de energia. <http://www.gridcogh.com/site/index.php>. Acesso em 05/11/2010.

¹⁶⁵ <http://new.energycom.gov.gh/pgs/divisions.php>. Acesso em 05/11/2010.

¹⁶⁶ <http://www.energycom.gov.gh/static.php?ID=2>. Acesso em 08/11/2010.

hidrelétricas. Esta percentagem subiu para 6,6 milhões, com taxa média de crescimento de 2,4 % ao ano durante o lapso de 2000-2004.

A importação de produtos energéticos líquidos, composta de petróleo bruto (80 a 83%) e derivados (15 a 19%)¹⁶⁷, somou cerca de 1,9 milhões de toneladas equivalentes de óleo, em 2000, aumentando para 2,4 milhões até 2004.

A biomassa, na forma de lenha e carvão vegetal, ainda dominava a força energética, que chegava ao consumidor final, com patamares de 63%; o diesel e o querosene chegando a 27% e a eletricidade 9%, no período supracitado.

A entrada no país de energia elétrica e solar marcou 0,2 e 0,1% em média, respectivamente, entre 2000 e 2004. O fornecimento final, que chega ao consumidor depois do transporte e transmissão, foi de aproximadamente 6 milhões de toneladas equivalente de petróleo em 2000 e quase 6,3 em 2004.

O setor residencial da economia ocupa, em média, quase 50% do país, requerendo uma alta demanda do produto, devido ao elevado uso de madeira como combustível composto, principalmente de lenha (quase 76%) e carvão.

Criada pelos Chefes de Estado e Governo da ECOWAS, em 2006, a organização *West African Power Pool*¹⁶⁸ tem como projeto garantir o abastecimento regional eficiente e confiável de eletricidade aos cidadãos dos Estados-membro, por meio de um mercado unificado.

O programa trabalha com a cooperação de empresas nacionais de eletricidade na geração, transmissão e distribuição de energia, o que aumenta a confiabilidade do abastecimento, reduz custos de produção e, durante os períodos de seca, atende a produção insuficiente de usinas hidrelétricas. Tanto a *Volta River Authority*, quanto a *Electricity Company of Ghana* fazem parte do projeto.

O WAPP conta com a parceria e financiamento do Banco Mundial em propostas, contratos de licitação e concorrência pública executados em Gana¹⁶⁹.

3.2.2 Transporte

O transporte no país, realizado por meio rodoviário, ferroviário, aéreo e náutico, e as redes de comunicação estão centrados na Região Sul, especialmente nas áreas em que o

¹⁶⁷ <http://www.energycom.gov.gh/static.php?ID=2>. Acesso em 08/11/2010.

¹⁶⁸ http://www.ecowapp.org/about_us.html. Acesso em 09/11/2010.

¹⁶⁹ <http://licitacoes.dgmarket.com/tenders/adminShowBuyer.do~buyerId=1293850>. Acesso em 09/11/2010.

cacau, ouro, e madeira são produzidos, ainda herança histórica dos colonizadores europeus. As Zonas Norte e Central estão conectadas através de um sistema viário principal, no entanto, algumas áreas, mantêm-se relativamente isoladas.

Os Ministérios que os operam em Gana são o de Estradas e Rodovias (*Ministry of Roads and Highways*) e o de Transporte em geral (*Ministry of Transport*).

O primeiro é responsável pela formulação de políticas para o setor viário, estabelecendo o quadro regulatório das operações e buscando investimentos para o desenvolvimento de um aparelho rodoviário integrado¹⁷⁰.

Objetiva, também, garantir a prestação, ampliação e manutenção de uma base capaz de interligar a produção rural e os núcleos de processamento aos centros urbanos, enquanto fornece um aparato de condução economicamente acessível e disponível. Busca, então, uma visão unificada, que responda às necessidades da sociedade e apóie o crescimento eficiente e a redução da pobreza, para estabelecer e manter o país como o cerne de transportes da África Ocidental.

Supervisa, ainda, departamentos e agências que operam sob seu controle, sendo eles a Autoridade Rodoviária de Gana, o Departamento de Estradas Urbanas e o Departamento de Estradas Vicinais, que respondem pela infra-estrutura, e a Secretaria do Fundo de Estradas e o Centro de Formação/Treinamento Koforidua, responsáveis pelo financiamento e construção de estradas¹⁷¹.

Fundamentado na Política Nacional de Transportes¹⁷², que visa a melhoria nas operações como um todo, prioritariamente nos fatores de segurança, eficiência e viabilidade econômica, o Ministério conta com o Programa de Desenvolvimento, elaborado para os anos 2008-2012, com a formulação e aprovação de vários planos¹⁷³ para execução no período 2010-2013.

O Ministério dos Transportes criado, pelo Governo, em janeiro 2009, para lidar com o desenvolvimento da infra-estrutura e prestação de serviços em vias marítimas e ferroviárias, assim como para complementar alternativas de locomoção, mirando uma ampliação no sistema sócio-econômico.

A atividade do Ministério é considerada de suma importância devido ao fato de que mais de 90% do comércio internacional, do qual o progresso ganense é dependente, é

¹⁷⁰ <http://www.mrt.gov.gh/>. Acesso em 15/11/2010.

¹⁷¹ <http://www.mrt.gov.gh/index>. Acesso em 15/11/2010.

¹⁷² http://www.transport-links.org/transport_links/filearea/publications/1_634_PA3383_1998.pdf. Acesso em 16/11/2010.

¹⁷³ <http://www.mrt.gov.gh/>. Acesso em 15/11/2010.

efetuado por via oceânica e realizado nos principais portos do país em Takoradi e Tema.

As políticas são implementadas através de várias agências, sendo elas:

*Ghana Ports & Harbours Authority (GPHA), Ghana Shippers' Council (GSC), Ghana Maritime Authority (GMA), Regional Maritime University (RMU), Volta Lake Transport Company Limited (VLTC), PSC Tema Shipyard (PSC), Ghana Railway Company Limited (GRCL), Ghana Civil Aviation Authority (GCAA), Ghana Airports Company Limited (GACL), Ghana International Airlines Limited (GIAL), Driver Vehicle & Licensing Authority (DVLA), National Road Safety Commission (NRSC), Ghana Technical Training Centre (GTTC), Intercity STC (STC), Metro Mass Transport Limited (MMTL).*¹⁷⁴

A deterioração do transporte e das redes de comunicação têm impedido a distribuição de insumos econômicos e alimentares, bem como, indiretamente, as exportações cruciais. Por conseguinte, a prioridade do Programa de Recuperação Econômica (*Economic Recovery Program-ERP*) foi minimizar os problemas impeditivos de melhorias gerais focadas no desenvolvimento sócio-econômico.

Lançado em 1983, sob a orientação do Banco Mundial e do FMI, o Programa teve como objetivo primordial a redução das dívidas do país e melhoria na sua posição de negociação na economia global, como também na base de sustentação e nos setores produtivos da agricultura, mineração e madeira.

No âmbito da primeira fase (1983-1986), destinou-se US\$1,5 bilhão para recuperar a infra-estrutura e um adicional de US\$ 222 milhões, em 1987, para a reabilitação dos relativos às rodovias e às ferrovias. Em 1991, atribuiu 27% do seu orçamento para reparação e construção de várias estradas.

A segunda fase, que durou de 1987 a 1989, foi marcada por desestatizações e reformas radicais de câmbio que desvalorizaram o cedi. Na terceira fase do ERP, o Governo intensificou as reformas monetárias e reduziu os impostos das empresas privadas para impulsionar o crescimento do setor.

O apoio de grupos estrangeiros ajudou a aumentar a quantidade de matrículas de veículos novos, de 8000, em 1984, para quase 20.000, em 1989. Contudo, a distribuição não foi equitativa já que, em 1988, mais da metade de todos os automóveis transitavam em Acra, que continha cerca de 7% da população do país. Ocorre que a maioria da frota doada foi destinada ao uso de particulares, e não ao trânsito público de pessoas e mercadorias, ressaltando a disparidade social.

O transporte é especialmente difícil em Regiões do Leste, perto da Costa e nas

¹⁷⁴ <http://www.mot.gov.gh/organisations.html>. Acesso em 16/11/2010.

regiões menos desenvolvidas do Norte, onde os meios são escassos. Além disso, uma grande percentagem de ônibus intermunicipais e os que circulam na cidade de Acra estão fora de serviço, em função de seu sucateamento.

3.2.2.1 Transporte ferroviário

A *Ghana Railway Corporation* é um organismo do setor público responsável pela gestão eficiente do aparelho ferroviário nacional, de modo a melhorar a circulação de mercadorias e passageiros.

A *Ghana Railway Development Authority* (GRDA), estabelecida em 2008 sob a Lei 779, foi encarregada de transformar o setor¹⁷⁵. Ela já recebeu cerca de cem ofertas de grupos internacionais que têm manifestado interesse em operar o sistema de Gana.

Tornou-se imperativo, por sua vez, negociar com empresas privadas para acelerar o processo de desenvolvimento do setor, porquanto grande parcela da responsabilidade do crescimento econômico tem sido atribuída a elas.

Com isso, apesar das linhas ferroviárias serem bens estatais, os contratos entre a GRDA e as empresas estariam em *Build-Operate-Transfer* (BOT), que permite ao investidor estrangeiro construir ou instalar um componente de infra-estrutura com financiamento próprio em troca de um direito temporário de exploração conexo à obrigação de transferência posterior para o Estado.

O complexo é em via única, com exceção de aproximadamente 30 km em sentido duplo entre Takoradi e Manso, na Linha Oeste. Faz ligações intermunicipais, como também internacionais conectando Gana aos países limítrofes, como Costa do Marfim, Togo e Burkina Faso.

Em 2005, o Ministro do extinto *Ports, Harbours and Railways* anunciou planos para ampliar o Sistema de Transporte Ferroviário para facilitar o progresso econômico; US\$ 5 milhões foram solicitados ao Banco Africano de Desenvolvimento para estudos de viabilidade¹⁷⁶.

Em março de 2007, uma parceria público-privada¹⁷⁷ foi sugerida para a reabilitação da Ferrovia Leste de Accra para Ejisu e Kumasi, com uma expansão de Ejisu via Mampong, Nkoranza, Tamale, Bolgatanga e Paga, com um ramal de Tamale para Yendi e Sheini, iniciando em Kumasi, avaliada em US\$ 1.6 bilhões.

¹⁷⁵ <http://news.myjoyonline.com/business/201002/42619.asp>. Acesso em 18/11/2010.

¹⁷⁶ <http://www.otal.com/ghana/transportnews.htm>. Acesso em 18/11/2010.

¹⁷⁷ http://www.ghananewstoday.com/gnt_cn_detailb.cfm?tblNewsCatID=21&tblNewsID=1100. Acesso em 18/11/2010.

Havia outra proposta, em setembro de 2007, para estender a do Oeste de Awaso via Techiman, Bole, Sawla, Wa para Hamile, que ainda está em estudo de exequibilidade¹⁷⁸.

Em 2007, um consórcio liderado pelo *Kampac Oil Co*¹⁷⁹ foi assinado no valor de US\$1,6 bilhão de dólares para desenvolver a *Western Railway*. Em cinco anos, uma linha de 500 quilômetros deve ser construída, desde Awaso até Hamalie, perto da fronteira com Burkina Faso. O Governo liberou uma concessão no valor de US\$1,4 bilhão de dólares para a Ferrovia Oriental Peatrack, no início do ano de 2007¹⁸⁰.

Em fevereiro de 2008, um jornal nacional¹⁸¹ informou que o extinto *Ministry of Ports, Harbours and Railways* e o *Ghana Railway Corporation* (GRC) deveriam concluir uma nova linha de trem ligando Acra e Tema em junho de 2008¹⁸². Em outubro de 2010, um serviço de trens de passageiros foi inaugurado na renovada linha de Acra-Tema¹⁸³.

O *Ministry of Road Transport* foi criado a partir da junção de componentes de dois Ministérios: o das Estradas e Rodovias e o dos Transportes e Comunicações. É responsável pelo desenvolvimento e manutenção da infra-estrutura das rodovias e pela prestação de serviços de todos os meios de locomoção desde 2009.¹⁸⁴

Gana conta ainda com o Programa *Gateway*¹⁸⁵ que visa atrair uma massa crítica de investidores para acelerar o crescimento liderado pela exportação, com isso facilitar o comércio e posicionar o país como o principal acesso comercial da África Ocidental.

3.2.2.2 Transporte rodoviário

A utilização de rodovias como modalidade de locomoção é dominante (95%) em transporte de cargas e passageiros, atingindo a maioria das comunidades, incluindo as rurais mais pobres.

Noventa por cento (90%) dele, tanto urbano quanto interurbano, é privado, contando com serviços de táxi, micro-ônibus e ônibus de propriedade pública e privada, embora em péssimo estado. Fora das cidades de Acra e Kumasi, o trânsito é de baixa densidade.

¹⁷⁸ <http://www.railwaygazette.com> *Rail Gazette International*, setembro 2007 p. 523. Acesso em 18/11/2010.

¹⁷⁹ Empresa internacional de óleo e gás, cuja atividade está ligada à exploração, comércio, refino, distribuição, Infra-estrutura, fornecimento de equipamentos e serviços de petróleo, ativa desde 1988. <http://www.kampacgroup.com/koil.html>. Acesso em 18/11/2010.

¹⁸⁰ http://www.menafn.com/qn_news_story_s.asp?StoryId=1093163240. Acesso em 19/11/2010.

¹⁸¹ *Ghana General News*

¹⁸² <http://www.railwaysafrica.com/>. Acesso em 19/11/2010.

¹⁸³ <http://www.railwaysafrica.com/blog/2010/12/accra-tema-line-ghana/>. Acesso em 02/05/2011.

¹⁸⁴ www.ghanaweb.com/GhanaHomePage/.../ministries.php. Acesso em 20/11/2010.

¹⁸⁵ <http://tem.msomail.co.uk/assets/BenOwusuMensah.pdf>. Acesso em 20/11/2010.

Esse sistema é supervisionado pelo Ministério de Estradas e Rodovias (*Ministry of Roads and Highways*) e controlado pelos seguintes órgãos: Autoridade Rodoviária (*Ghana Highways Authority*), Departamento de Estradas Urbanas (*Department of Urban Roads*) e Departamento de Estradas Vicinais (*Department of Feeder Roads*)¹⁸⁶.

Em 1997, estimava-se que havia um total de 39.409km de rodovias em Gana, das quais somente 11.653 km eram pavimentados (incluindo 30 km de vias expressas), os outros 27.756 km sem pavimentação¹⁸⁷.

A *Trans-West African Coastal Highway*, concebida pela ECOWAS e Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) da União Africana, é uma transnacional projetada para ligar 12 nações costeiras do Oeste Africano, desde a Mauritânia à Nigéria, com estradas adjacentes já existentes para Mali e Burkina Faso. O projeto, apesar de não ter data definida para sua finalização, contará com financiamento do Banco Africano de Desenvolvimento¹⁸⁸.

A *Trans-West* atravessa o país, ligando-o a Costa do Marfim, Togo, bem como a Benin e Nigéria. Eventualmente, ligará outras sete nações da ECOWAS a oeste. Por sua vez, o litoral norte de Gana se conecta a Burkina Faso por meio da Auto-Estrada Trans-Sahel, integrante da Rede Trans-Africana¹⁸⁹.

3.2.2.3 Transporte náutico e fluvial

A *Ghana Ports and Harbours Authority* (GPHA) controla os dois principais portos, Takoradi e Tema, construídos em 1928 e 1962, respectivamente.¹⁹⁰ A GPHA é uma corporação estatutária operando sob a *Provisional National Council Law*, conhecida como Lei 160/1986, tendo como encargo a planificação, construção, gestão, manutenção e exploração dos serviços portuários marítimos.

Os serviços são providos pela GPHA e pelo setor privado. A assistência e manipulação dos barcos são de responsabilidade da Autoridade. Os de estiva ficam a cargo da GPHA e de empresas privadas como a *Atlantic Port Services*¹⁹¹, *Speedline Stevedoring Company*¹⁹², entre outras. Os de manipulação na costa como recepção, armazenamento e

¹⁸⁶ <http://www.mrt.gov.gh/userfiles/file/Organizational%20Structure.pdf>. Acesso em 22/11/2010.

¹⁸⁷ <http://www.highways.gov.gh/>. Acesso em 22/11/2010.

¹⁸⁸ *Idem*.

¹⁸⁹ *Idem. Ibidem*.

¹⁹⁰ http://ghanaports.gov.gh/GPHA/about_us.html. Acesso em 22/11/2010.

¹⁹¹ *Atlantic Port Services Limited* é uma empresa privada, fundada em 1970, para serviços de estiva e deslocamento de cargas. <http://www.atlanticportservices.com/>. Acesso em 22/11/2010.

¹⁹² *Speedline Stevedoring Company Limited*, empresa privada incorporada em 29 de outubro de 1976, para o deslocamento de cargas tais como chapas de aço, bobinas de aço, tarugos, tubos, arroz a granel, fertilizantes a

distribuição são fornecidos pela *Safebond Company Limited*¹⁹³.

O complexo de Tema é maior do que o de Takoradi, lidando com 80% das cargas de importação e exportação de Gana. Tem 14 ancoradouros, sendo um deles dedicado ao petróleo e outro operado pelo *Volta Aluminium Company* (VALCO). Possui seis galpões de depósito, uma doca seca, uma rampa de lançamento operada pelo *Tema PSC Shipyard Ltd*, um terminal de contêineres, um reboque e estacionamento para caminhões.¹⁹⁴ Tema, inclusive, é considerado o maior centro de construção e de consertos navais da África Ocidental.

O de Takoradi está ligado ao interior do país, tornando-o acesso preferencial ao norte e centro, igualmente ao exterior, como Burkina Faso, Níger e Mali. Lida com mais de 600 navios, 37% do tráfego marítimo nacional total, 62% das exportações de manganês, bauxita, cacau e produtos florestais, 20% do total das importações de clínquer, carga temporizada, produtos de petróleo e trigo, contendo ainda quatro ancoradouros multiuso.¹⁹⁵

Gana possui seis embarcações, com 1.000 toneladas de arqueação bruta (TAB¹⁹⁶) ou superior, totalizando 2.12124644 m³ e 583 toneladas de porte bruto (TPB¹⁹⁷). Isso inclui dois navios-tanque de petróleo e quatro de carga refrigerada (estimativas de 1999).¹⁹⁸ Há, também, um terminal seco ferro-rodoviário em Boankra.

A *Volta Lake Transport Company* tem praticamente o monopólio do transporte fluvial, operando chalanas e barcos utilizados para o deslocamento de caminhões, como também para o de pessoas.

A conexão Norte-Sul do Continente, que liga Burkina Faso-Níger-Mali com portos Atlânticos é feita principalmente pelo Lago Volta que se estende por 415 km, se tornando uma via de conexão essencial para a região.

granel, veículos, contêineres e cargas em geral. <http://speedlineghana.com/about.php>. Acesso em 22/11/2010.

¹⁹³ *Safebond Company Limited*, empresa privada de assistência em terra; possui um parque de estacionamento, onde todos os veículos recebidos no porto são transferidos para o parque para a entrega. <http://www.ghanaports.gov.gh/GPHA/tema/index.html>. Acesso em 22/11/2010.

¹⁹⁴ <http://www.ghanaports.gov.gh/GPHA/tema/index.html>. Acesso em 22/11/2010.

¹⁹⁵ <http://ghanaports.gov.gh/GPHA/takoradi/index.html>. Acesso em 22/11/2010.

¹⁹⁶ Arqueação, ou tonelagem, refere-se à capacidade de carga de uma embarcação, que se expressa em toneladas. Contudo, estas toneladas são baseadas em tonéis, e não em quilos. A arqueação bruta refere-se à soma de todos os espaços fechados (volume) de um navio da quilha à chaminé, medida pelo exterior do cavername. Como tal, é sempre superior à arqueação bruta de registro, e varia de acordo com a forma do navio. Uma tonelada de arqueação bruta é igual ao volume de 100 pés cúbicos (2.83 m³). Arqueação bruta é um termo e uma medida que caiu em desuso. Em inglês: *Gross Tonnage* (GT). <http://www.imo.org/Pages/home.aspx>. Acesso em 22/11/2010.

¹⁹⁷ Toneladas de Porte Bruto (TPB) ou *Deadweight Tons* (DWT) em inglês, é a medida, em toneladas métricas, de peso que um navio pode transportar em segurança. Inclui o peso da carga, tripulação, aguada, combustível, lubrificantes, víveres e sobressalentes. <http://wilsonroque.blogspot.com/2010/01/qual-e-o-maior-do-mundo.html>. Acesso em 22/11/2010.

¹⁹⁸ <http://ghanaports.gov.gh>. Acesso em 22/11/2010.

3.2.2.4 Transporte aéreo

É controlado e regulado pela *Ghana Civil Aviation Authority* (GCAA). Esse órgão também presta serviços de navegação dentro do espaço aéreo sobre as Repúblicas de Gana, Togo e Benin e uma ampla área sobre o Oceano Atlântico no Golfo da Guiné¹⁹⁹.

Em janeiro de 2007, uma reestruturação foi feita na GCAA dividindo-a em duas instâncias, a Autoridade de Aviação Civil e a Empresa de Aeroportos Limitada.

Em 8 de maio do corrente ano, a primeira noticiou seu objetivo de separar as funções de regulamentação dos serviços de orientação de aeronaves, com revisão na Lei 678, orientadora da Autoridade, que ainda deverá ser aprovada pelo Parlamento²⁰⁰, visando a eficiência do setor.

Em 2005, a *Ghana International Airlines* (GIA) iniciou suas operações como a nova companhia nacional. Atualmente, opera aviões Boeing 757 e interliga o Aeroporto Internacional Kotoka, em Acra, com o *London Gatwick*, no centro-sul de Londres e o *Düsseldorf International Airport*, na Alemanha.

O país tem doze aeroportos, onde somente seis têm pista pavimentada. Os mais importantes são o da Capital e os de Sekondi-Takoradi, Kumasi e Tamale, que servem o tráfego doméstico, onde o Governo despendeu US\$ 12 milhões para reformar o sistema de iluminação, o terminal de carga, a pista principal e o desembarque de mercadorias, além de modernizar o sistema de navegação.

3.2.3 Mão de obra

A força de trabalho em Gana totalizou 11,5 milhões em 2008²⁰¹, sendo 56% empregada na agricultura, 15% na indústria e 29% nos serviços. A taxa de desemprego é de aproximadamente 11% e 28% vive abaixo da linha de pobreza.²⁰²

Sua mão-de-obra é relativamente barata e insuficientemente qualificada. A comunicação não é problema, pois o Inglês é amplamente falado, especialmente em áreas urbanas. As regulamentações e políticas trabalhistas são geralmente favoráveis aos negócios.

A Lei 651, aprovada em 2003 entrou em vigor em março de 2004, unificando e modificando as relações jurídicas de labor para torná-las em conformidade com os princípios

¹⁹⁹ <http://www.gcaa.com.gh>. Acesso em 23/11/2010.

²⁰⁰ <http://www.ghanaweb.com/GhanaHomePage/NewsArchive/artikel.php?ID=181660>. Acesso em 23/11/2010.

²⁰¹ <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/gh.html>. Acesso em 24/11/2010.

²⁰² <http://www.visualgeography.com/categories/ghana/jobs.html>. Acesso em 24/11/2010.

fundamentais da Convenção Internacional do Trabalho, a qual Gana é um dos signatários.²⁰³

3.3 Risco

Objetivando tornar Gana a porta de entrada para investimentos da África Ocidental, o Governo procurou tomar medidas que pudessem garantir um mínimo de risco possível para a aplicação de capital no país através de leis e agências de controle.

Um exemplo disso é o *Ghana Investment Promotion Centre*. Criada a partir da Lei 478/1994, a GIPC incentiva, promove e facilita injeções financeiras dentro e fora do país em todos os setores da economia, com exceção da mineração e do petróleo. O primeiro fica a cargo da Lei de Minerais e Mineração, nº 703/2006, e o segundo Lei do Petróleo, PNDCL 84. Propicia, ainda, a aquisição e transferência de tecnologia, o aconselhamento profissional e técnico, e o registro de empresas estrangeiras interessadas, mormente, em *joint ventures*.

Algumas normas foram implementadas visando a melhoria do ambiente empresarial como o Código das Sociedades Comerciais, a Lei da Insolvência, a de Lavagem de Dinheiro e a de Seguros.²⁰⁴

O investidor conta também com o apoio de uma série de convenções internacionais sobre propriedade intelectual e industrial das quais Gana participa. Existem muitas corporações públicas e privadas de consultoria de negócios e de contabilidade que podem fornecer orientação especializada sobre como mercar no país.

A Lei 478/94²⁰⁵ fornece salvaguarda a todas as empresas acerca de transferências monetárias, liberando-as a qualquer instituição bancária autorizada em moeda livremente conversível, assim como remessa de lucros livre de impostos em caso de venda ou liquidação de companhias, entre outras.

Gana faz parte da Agência de Garantia de Multi-Investimentos (MIGA²⁰⁶) do Banco Mundial, que resguarda aplicações em economias em desenvolvimento contra risco não comercial. Tem firmado, igualmente, Acordos de Promoção e Proteção de Investimentos (IPPA²⁰⁷) com vários países a fim de asseverar a segurança do regime de aproveitamento do capital acoplado²⁰⁸.

²⁰³ <http://www.state.gov/e/eeb/ifd/2008/100873.htm>. Acesso em 24/11/2010.

²⁰⁴ <http://www.gipc.org.gh/Pages.aspx?id=34>. Acesso em 26/11/2010.

²⁰⁵ *Idem. Ibidem.*

²⁰⁶ MIGA - *Multilateral Investment Guarantee Agency*.

²⁰⁷ IPPA - *Investment Promotion and Protection Agreement*.

²⁰⁸ <http://www.gipc.org.gh/Pages.aspx?id=34>. Acesso em 26/11/2010.

3.3.1 Risco político e cambial

Gana oferece várias atrações para o investidor estrangeiro, uma delas é a democracia estável, que tem se verificado nos últimos dez anos.²⁰⁹

No entanto, a crise econômica vivida no ano de 2009 trouxe certa vulnerabilidade ao comércio internacional, acarretando a deterioração do clima para os negócios em 18 países²¹⁰.

O Mapa²¹¹ sobre Risco Político da AON²¹² é divulgado uma vez por ano e proporciona informações relevantes para corretores e empresários. Ameaças de guerra, motins, greves, terrorismo e outros fatores são levados em consideração. Dentre os aspectos políticos e econômicos, que influenciam a composição do Mapa, estão problemas monetários, a morosidade do Estado e o nível de interferência política no mundo empresarial.

O país foi considerado de Médio-alto risco, segundo a AON, em 2010, principalmente no que diz respeito à ingerência política, conversão de câmbio e não pagamento de empréstimos estatais para a indústria petrolífera.²¹³ Apesar disso, não se verificou iminência de greves, motins, comoção civil e terrorismo no território.

Esse ano, também foram ponderados possíveis problemas no fornecimento mundial de algumas *commodities* agrícolas, devido a inúmeros fatores como violência política, desastres naturais, falta de água e aquecimento global.

O cacau desponta no *ranking* de *Commodities* Agrícolas ameaçadas, já que seus maiores produtores, responsáveis por mais de 75% do cultivo mundial, são Costa do Marfim, Indonésia, Nigéria e Gana, países com significativo risco de ruptura no abastecimento, o que acarretaria uma inflação no preço da mercadoria, dificultando assim a mercancia internacional.

3.3.2 Risco jurisdicional

A Constituição de 1992 determina a divisão de poderes no país entre o Presidente,

²⁰⁹ <http://www.mbendi.com/>. Acesso em 30/04/2010.

²¹⁰ Argélia, Argentina, El Salvador, Guiné Equatorial, Honduras, Cazaquistão, Letônia, Madagáscar, Mauritània, Filipinas, Porto Rico, Seychelles, Emirados Árabes, Ucrânia, Sudão, Venezuela e Iêmen.

²¹¹ http://www.aon.com/risk-services/political-risk-map2/images/2010_PE_Risk_Map_low%20res.pdf. Acesso em 30/04/2010.

²¹² AON Corporation é líder mundial em gestão de riscos, corretagem de seguros e consultoria em capital humano.

²¹³ http://www.aon.com/risk-services/political-risk-map2/images/2010_PE_Risk_Map_low%20res.pdf. Acesso em 30/04/2010.

o Parlamento, o Gabinete, o Conselho de Estado, e um Judiciário independente do Legislativo e Executivo, o que traz um nível de risco menor para investidores estrangeiros.

A Suprema Corte tem amplos poderes de revisão judicial. É autorizada pela Carta Magna a se pronunciar sobre a constitucionalidade de normas ou ação executiva a pedido de qualquer cidadão lesado.

A Lei Maior de Gana determina que a Suprema Corte seja composta pelo Chefe de Justiça e pelo menos outros nove juízes. O Chefe de Justiça²¹⁴ (*Chief of Justice*) é nomeado pelo Presidente, após consulta ao Conselho de Estado e com a aprovação do Parlamento, tornando-se o Presidente do Conselho Judicial, que propõe reformas judiciais para o Governo auxiliando na melhora do nível de administração da justiça e eficiência do Poder Judiciário.

Segundo o *Judicial Service of Ghana*, o Poder Judiciário, sob a autoridade do Presidente do Supremo Tribunal pretende apoiar a autonomia do Órgão, assegurando compromisso com a verdade e adequada interpretação da Constituição e das leis ganesas, demonstrando a interdependência dos Poderes, que traz, sem dúvida, uma maior segurança para os investidores, minimizando os riscos.

A hierarquia dos tribunais deriva em grande parte das formas jurídicas inglesas. O Tribunal Superior da Magistratura é composto pelo Supremo, o Recursal, o Superior de Justiça, os Regionais, as Cortes e os Inferiores que o Congresso possa estabelecer. Têm jurisdição sobre todo o país em questões civis e criminais.

Desde 1992, na Quarta República, vários Presidentes comandaram o Parlamento. Em 7 de janeiro de 2009, foi eleita Presidente Joyce Adeline Bamford-Addo e Eduardo da Silva Ajaho, como Vice. Quanto à composição atual partidária, a maioria de 114 membros pertence ao NDC²¹⁵, tendo 107 parlamentares do NPP²¹⁶, 4 independentes e 3 de partidos menores.

3.4 Investimento Estrangeiro Direto

3.4.1 Brasil

Os números confirmam uma balança comercial bastante favorável com o nosso

²¹⁴ A atual Chefe de Justiça é Georgina Theodora Wood. O Parlamento de Gana aprovou a sua nomeação em 01 de junho de 2007, após a morte de George Kingsley Acquah, em 25 de março de 2007.

²¹⁵ NDC – Congresso Nacional Democrata.

²¹⁶ NPP - Novo Partido Patriótico.

país, desde 2008. As exportações ganenses aumentaram em 267% em decorrência, principalmente, da venda de cacau inteiro (91,28% do total exportado) e de pasta de cacau (8,10%), resultando num saldo de US\$334 milhões a favor do Brasil²¹⁷.

Contra todas as expectativas, houve também um aumento na saída de produtos brasileiros destinados a Gana de 7,32%, em 2008, em relação aos anos anteriores a despeito da crise financeira global.

Apesar do setor de *commodities* ser o grande alvo de investidores nas regiões africanas, o país tem recebido incentivos em áreas como tecnologia da informação e infraestrutura. Isso ocorreu, sobretudo, devido a políticas locais de apoio e proteção às empresas estrangeiras.

Desde que foi apontado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um dos países que mais atuou na redução das assimetrias sociais, o mesmo tem recebido muito auxílio financeiro, como

Em 2005, o país fecha acordo com organismos multilaterais e obtém o cancelamento de sua dívida externa. Em 2006, o primeiro-ministro chinês Wen Jiabao anuncia um empréstimo de 66 milhões de dólares para projetos na área de telecomunicações em Gana. Em 2007, o Banco Mundial aprova ajuda econômica de 110 milhões de dólares para esta nação africana. Em março de 2008, o país recebe milhões de dólares para investimento em agricultura sustentável, e ainda, o Presidente ganês Kufuor e o Presidente do Brasil inauguraram sede da Embrapa, em Acra, e assinaram acordo para a produção de biocombustível e petróleo, sendo estas grandes transformações um avanço, rumo ao desenvolvimento social, político e econômico do continente africano²¹⁸.

Tanto a Índia²¹⁹ quanto a China se tornaram grandes investidores no Continente Negro. A primeira busca obter fontes suplementares de energia para sua reserva, em constante crescimento. A segunda cria projetos que se enquadram, mormente, no setor industrial, chegando a criar a Agência de Desenvolvimento Sino-Africano, a qual deverá receber, ainda em 2010, US\$ 2 bilhões oriundos do Banco de Desenvolvimento da China.

As empresas brasileiras que se instalarem em solo africano, especialmente as de petróleo, gás e mineração, podem vislumbrar uma ascensão econômica fantástica já que nos

²¹⁷ http://www.embrazil.com.gh/content/home_p/comercio-investimentos/. Acesso em 01/12/2010.

²¹⁸ <http://www.webartigos.com/articles/41729/1/O-CONTINENTE-AFRICANO-PRINCIPAL-ATRACAO-DOS-INVESTIMENTOS-INTERNACIONAIS-INCLUSIVE-BRASILEIROS/pagina1.html>. Acesso em 01/12/2010.

²¹⁹ A Ásia certamente foi o continente que realizou aportes mais significativos na África durante a última década. Em 2004, a Índia – país que sempre manteve relações próximas com a África – registrou incremento comercial de 32,34% com o continente. Em 2003, criou um programa de fomento ao intercâmbio bilateral denominado “Focus: África” e, em 2008, celebrou um Tratado Comercial Preferencial com os países da União Aduaneira da África Austral (SACU). *BBC News. India pledges african investments.* <http://news.bbc.co.uk/2/hi/7335882.stm>. Acesso em 01/12/2010.

últimos sete anos, exportadores estrangeiros assistiram ao fluxo crescente de remessas para o Continente, atingindo um aumento de 300%²²⁰.

A África, que viveu à margem do mundo multipolar e que foi esquecida pela economia globalizada, aparece hoje como um terceiro modelo político financeiro²²¹.

Embora o regime mundial ainda seja marcado pela hegemonia norte-americana e pelo discurso progressista, Gana transcende o nacionalismo socializante e os projetos de democracia pródiga de base capitalista, fundindo o autoritarismo ao liberalismo e sua integração no processo de mundialização.

3.4.2 Outros países

No ano de 2009, os maiores parceiros comerciais de Gana foram: Holanda (13,45%), Reino Unido (7,87%), França (5,85%), Ucrânia (5,84%), e Malásia (3,97%) como principais destinos das exportações e China (16,8%), Nigéria (11,88%), Estados Unidos (6,63%), Costa do Marfim (5,99%), Índia (5,57%), França (5,09%) e Reino Unido (4,23%) das importações²²².

a) Países Baixos

A Holanda já investiu cerca de 350 milhões de dólares em Gana durante os últimos 10 anos através da ORET²²³ *Grant Facility*²²⁴. Fundada pelo Ministério das Relações Exteriores, o programa serve para atribuir subvenções aos governos de países em desenvolvimento que aspiram à compra de mercadorias e serviços estrangeiros para aplicar, designadamente, em instalações portuárias, estradas, transporte coletivo e saúde.

As áreas mais beneficiadas, com o uso dos subsídios, foram o abastecimento de água urbana, a reabilitação de rodovias, a ampliação de portos e sistemas de transporte público, assim como os setores de bem-estar e educação.²²⁵

O *Oikocredit*²²⁶, fundo de natureza cooperativa, liberou US\$ 4,7 milhões em

²²⁰ <http://ictsd.org/i/trade-and-sustainable-development-agenda/47303/>. Acesso em 01/12/2010.

²²¹ *Idem. Ibidem.*

²²² <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/gh.html>. Acesso em 01/12/2010.

²²³ *Ontwikkelingsrelevante Exporttransacties*- Operações de Exportação Desenvolvementistas.

²²⁴ http://www.oret.nl/docs/fact_sheet_import_EN.pdf. Acesso em 01/12/2010.

²²⁵ <http://www.modernghana.com/news/33305/1/netherlands-invests-about-350-million-in-ghana.html>. Acesso em 01/12/2010.

²²⁶ Fundada em 1975, Oikocredit investe em pequenas empresas e cooperativas, com 637 projetos em todo o mundo em 37 países prioritários. Seu capital é formado por igrejas, grupos de apoio social, e investidores individuais. <http://www.oikocredit.org/en/home>. Acesso em 02/12/2010.

empréstimos a instituições de microfinanças na Índia e em Gana, em fevereiro de 2008, sendo que o *Amalgamated Bank Limited of Ghana* recebeu 2 milhões²²⁷.

O *AmalBank* iniciou suas operações em 1997 como um banco comercial. Hoje, seus serviços incluem crédito, poupança, *internet* e *mobile banking* e caixas eletrônicos, com 18 filiais desde 2009²²⁸.

Em parceria com o GIPC, a *IntEnt Foundation*, organização de promoção empresarial no exterior, ajudou 60 ganenses residentes na Holanda a aplicarem suas habilidades e recursos na abertura de empreendimentos em seu país de origem²²⁹. A iniciativa tem sido bastante favorável no que concerne a oferta de empregos e, conseqüentemente, o progresso nacional.

O *Global Country for World Peace*, grupo de investimento neerlandês, demonstrou interesse em projetos no setor agrário, o que inclui, nomeadamente, o cultivo de 15.000 hectares²³⁰ de terra por meio de plantações mecanizadas. Pretende, ainda, fundar uma universidade agrícola e fornecer serviços de saúde para a população.

O plano alinha-se ao objetivo do governo ganense de modernizar o segmento e profissionalizar os jovens, aumentando os níveis de rendimento dos agricultores.

A *Netherlands Development Finance Company*²³¹ concedeu um empréstimo no valor de 17,5 milhões de dólares ao *Zain Ghana*, companhia de telecomunicações, para ampliar as operações e a prestação de serviços de comunicação, tornando-os mais acessíveis e confiáveis²³², principalmente nas áreas rurais, reduzindo os obstáculos à criação de empresas na região.

Para consolidar essa cooperação, estabeleceu-se, em 2003, o *Ghana Netherlands Chamber of Commerce and Culture* (GHANECC)²³³, órgão que facilita e promove as relações comerciais entre Holanda e Gana, lançando mão de um amplo sistema de informação que registra oportunidades de investimento em ambos os países.

O sucesso da parceria pode ser facilmente constatado quando grande parte dos empreendimentos mais competitivos operando na região hoje é procedente dessa associação.

A colaboração vai além do mundo dos negócios. Os holandeses se

²²⁷ <http://www.microcapital.org/microcapital-story-oikocredit-of-the-netherlands-invests-usd-47-million-in-microfinance-institutions-in-india-and-ghana/>. Acesso em 02/12/2010.

²²⁸ <http://www.amalbank.com.gh/aboutus/index.php?content=1>. Acesso em 02/12/2010.

²²⁹ http://www.thestatesmanonline.com/pages/news_detail.php?newsid=1773§ion=2. Acesso em 02/12/2010.

²³⁰ <http://www.ghana.gov.gh/index.php>. Acesso em 02/12/2010.

²³¹ Banco de Desenvolvimento Internacional da Holanda.

²³² <http://www.fmo.nl/smartsite.dws?id=1741>. Acesso em 02/12/2010.

²³³ <http://www.ghanecc.com/index.php>. Acesso em 03/12/2010.

comprometeram a patrocinar um Projeto de Responsabilidade Social²³⁴, que visa contrapor os desafios enfrentados pelo *Ghana School Feeding Programme* (GSFP), instituição que procura aumentar o número de matrículas escolares no nível básico, ao proporcionar uma refeição quente nutritiva por dia, usando alimentos produzidos por fazendeiros locais.

Em 2003, o antigo Embaixador da Holanda em Gana afirmou que, ao aprimorar a infra-estrutura do país, o país seria capaz de desempenhar um papel fundamental no processo de integração regional da África Ocidental²³⁵.

b) Reino Unido

Ghana High Commission (GHC) é um órgão consular que “coordena, promove e protege os interesses nacionais no Reino Unido e na República da Irlanda”²³⁶. Um de seus objetivos é oferecer informações gerais sobre o país africano a respeito de políticas e procedimentos para o efetivo acesso ao mercado, além de acompanhar e avaliar os produtos que entram no entreposto britânico.

Atualmente, a estrutura supervisiona quatro paraestatais em Londres: *Ghana Cocoa Marketing Company*²³⁷ exporta cacau e os derivados produzidos pela *Cocoa Processing Co*, com exclusividade; *Ghana Forestry Commission*²³⁸, por meio do *Timber Industry Development Division*, trabalha com o setor madeireiro da região para o uso sustentável de suas Reservas Florestais; *Ghana International Bank*²³⁹ oferece orientação financeira a prováveis investidores; e *University of Ghana Overseas Office*²⁴⁰, presta serviços administrativos e estabelece vínculos institucionais (intercâmbio, por exemplo), em nome da Universidade.

De acordo com números apresentados pelo GIPC e *High Commission*, cerca de 400 projetos foram implantados em Gana, desde 2008, sendo que 231 são de propriedade inteiramente estrangeira, 78 de *joint-ventures*, enquanto o restante é de nacionais, representando uma aplicação total de US\$3,2 bilhões²⁴¹. Agricultura, transportes e saúde foram os campos mais beneficiados.

²³⁴ <http://www.ghanec.com/news.php?id=8>. Acesso em 03/12/2010.

²³⁵ <http://www.modernghana.com/news/33305/1/netherlands-invests-about-350-million-in-ghana.html>. Acesso em 03/12/2010.

²³⁶ <http://www.ghanahighcommissionuk.com/index.php>. Acesso em 03/12/2010.

²³⁷ http://www.cocobod.gh/cocoa_marketing.php. Acesso em 03/12/2010.

²³⁸ <http://www.fcghana.com/index.php>. Acesso em 03/12/2010.

²³⁹ <http://www.ghanabank.co.uk/>. Acesso em 03/12/2010.

²⁴⁰ <http://www.users.globalnet.co.uk/~univghana/ukoffice.htm>. Acesso em 03/12/2010.

²⁴¹ <http://www.modernghana.com/news/238379/1/number-of-private-investment-rises.html>. Acesso em 03/12/2010.

Pode ser destacado, *Dos Palm Oil Production Ghana Limited*, empresa localizada no centro do país, que recebeu US\$28 milhões para processar frutos de palmeiras e canola em óleo vegetal e a *Triton Aquaculture Africa Ltd* que obteve US\$1,35 milhão para a aquicultura²⁴². O grande avanço está na criação de centenas de postos de trabalho para a população.

Organizações inglesas como *Barclays*²⁴³, financeira multinacional; *CARE*²⁴⁴ *International UK*²⁴⁵, agência de ajuda humanitária; e *Plan*²⁴⁶, organização para desenvolvimento infantil, se juntaram para a execução do *Banking on Change*, ação de microfinanciamento que visa atingir sessenta e três mil pessoas, principalmente mulheres carentes do norte do país²⁴⁷.

A parceria de £10 milhões busca a inclusão sócio-econômica dos habitantes carentes através da criação de mais de 4.000 grupos comunitários de poupança e empréstimo em dez distritos. O acesso aos microfinanciamentos capacita as famílias a comprarem serviços e necessidades gerais como saúde, educação e trabalho, reduzindo a pobreza e garantindo uma melhor qualidade de vida aos beneficiados²⁴⁸.

c) França

Até junho de 2008, havia 60 estabelecimentos comerciais franceses em Gana, o que corresponde a um aumento de 25%, se comparado ao ano anterior²⁴⁹.

França foi um dos principais patrocinadores do *Ghana's National Identification System* (NIS), com uma soma de US\$ 30 milhões, que implantou um registro de identidade mais seguro, com o intuito de dismantelar falsidades documentais, garantindo, assim, a efetiva proteção, armazenamento e gerenciamento dessas informações²⁵⁰.

Houve um estreitamento nas relações entre os parceiros quando os ganeses tiveram uma dívida de 116 milhões de euros cancelada pelo governo francês, em 2004. Ainda, ofereceu 100 mil euros para as atividades do *Ghana National Peer Review Governing Council*, mecanismo de automonitoramento que avalia o comprometimento estatal com

²⁴²<http://www.modernghana.com/news/238379/1/number-of-private-investment-rises.html>. Acesso em 03/12/2010.

²⁴³ <http://group.barclays.com/Home>. Acesso em 03/12/2010.

²⁴⁴ *Cooperative for Assistance and Relief Everywhere*.

²⁴⁵ <http://www.careinternational.org.uk>. Acesso em 03/12/2010.

²⁴⁶ <http://plan-international.org/about-plan>. Acesso em 03/12/2010.

²⁴⁷ <http://www.careinternational.org.uk/news-and-press/latest-press-releases/1473-banking-on-change-launched-in-ghana>. Acesso em 03/12/2010.

²⁴⁸ *Idem. Ibidem*.

²⁴⁹ <http://www.ghanaweb.com/GhanaHomePage/NewsArchive/artikel.php?ID=145229>. Acesso em 05/12/2010.

²⁵⁰ *Idem. Ibidem*.

tratados e normas internacionais que buscam a democracia, paz e obediência aos Direitos Humanos²⁵¹.

d) Malásia

Ghana-Malaysia Business Club (GMBC), instituído em 2009, é uma organização sem fins lucrativos cujos objetivos principais, entre outros é incentivar a cooperação, promoção de investimentos e do comércio bilateral direto entre suas entidades privadas²⁵².

e) China

A relação mercantil entre os dois países tem crescido ao longo dos anos, mas não de maneira equilibrada, já que os dados beneficiam os chineses. Em 2006, as exportações registravam US\$39 milhões, enquanto as importações, US\$504 milhões²⁵³.

No entanto, de acordo com relatório do GIPC, nos primeiros seis meses de 2009, as empresas chinesas lançaram 21 projetos em Gana, no valor total de US\$8,18 milhões²⁵⁴.

China Development Bank confirmou, em outubro de 2009, um financiamento à companhia petrolífera ganense, *Ghana National Petroleum Corporation*, para projetos de infra-estrutura que atenderão o campo de óleo *Jubilee*, como construção de estradas e edificações²⁵⁵.

Em 30 de dezembro de 2009, ambos assinaram um acordo de Cooperação Econômica e Técnica, onde a China fornecerá uma subvenção e um empréstimo sem juros para o continente africano, em 2010²⁵⁶.

Foi noticiada, em novembro de 2010, a aplicação de US\$570 milhões na mineração, saúde e agricultura de Gana, sendo US\$500 milhões para o *Korle-Bu Teaching Hospital*, em Acra, US\$42 mi para construção de uma refinaria de ouro, também na Capital, e US\$25 mi a uma depuradora de óleo de palma na Região Central²⁵⁷.

A grande expectativa do alto escalão governamental é a criação de 200.000 empregos, que favoreceriam, especialmente, os jovens da região.

²⁵¹ <http://www.ghanaweb.com/GhanaHomePage/business/artikel.php?ID=59945>. Acesso em 05/12/2010.

²⁵² <http://www.kln.gov.my/web/ghaaccra/home>. Acesso em 06/12/2010.

²⁵³ <http://www.gepcghana.com/news.php?news=88> Acesso em 06/12/2010.

²⁵⁴ http://www.gipc.org.gh/UploadFiles/Publications/Q2Report2009_final_240809090904100848.pdf Acesso em 06/12/2010.

²⁵⁵ <http://www.jamestown.org/programs/chinabrief>. Acesso em 06/12/2010.

²⁵⁶ *Idem. Ibidem.*

²⁵⁷ <http://www.ghanabusinessnews.com/2010/11/23/chinese-to-invest-570m-in-ghana-projects/> Acesso em 06/12/2010.

Durante a visita do Presidente John Atta Mills a Beijing, alguns pactos²⁵⁸ financeiros foram firmados com o *China Development Bank*, liberando uma concessão de US\$10,4 bilhões para infra-estrutura, pagáveis em 20 anos, US\$3 bilhões ao setor de petróleo e gás, e US\$400 milhões para projetos de abastecimento de água e de *e-governance*²⁵⁹.

Outro contrato avaliado em US\$1,2 bilhão foi consolidado com a empresa chinesa *Bosai Minerals Group* a fim de construir uma refinaria de bauxita e alumínio no país africano²⁶⁰. Foi ainda sondada a possibilidade de o grupo comprar 80 por cento das ações da Companhia de Bauxita de Gana.

f) Nigéria

Tanto o GIPC quanto o Governo podem afirmar que 60% do Investimento Estrangeiro Direto em Gana advém da Nigéria, totalizando US\$70,62 milhões somente entre abril e junho de 2009²⁶¹.

As companhias que mais se beneficiaram foram a *Westcom Steel Ltd* (moldagem de aço e alumínio) com US\$787,9 milhões; *Amalgamated Bank Ltd*, US\$10,9 milhões e *Guaranty Trust Bank*, US\$10 mi (ambas em serviços bancários); *Kolorkote Gh. Ltd* (fabricação de produtos de alumínio), US\$5,4 mi; e *La Gray Chemical Co Ltd* (mercadorias farmacêuticas), US\$4 milhões²⁶².

g) Estados Unidos

Entre 1º de janeiro e 30 de junho de 2009, foram registrados seis projetos norte-americanos perfazendo o valor de US\$6,07 milhões²⁶³. Os setores extrativista (ouro e madeira) e petrolífero são os mais procurados para se investir.

Newmont Mining Corporation com sede em Denver, Colorado, é um dos maiores produtores mundiais de ouro e desde 2004, opera em Gana, chegando a aplicar quase US\$1

²⁵⁸ <http://www.theaustralian.com.au/business/news/china-to-pump-16bn-into-ghana-as-part-of-soaring-african-investment/story-e6frg90x-1225928764306> Acesso em 06/12/2010.

²⁵⁹ O uso da tecnologia para melhorar o acesso e a prestação de serviços de governo, beneficiando os cidadãos, parceiros de negócios e funcionários. <http://www.egov.vic.gov.au/pdfs/e-government.pdf>. Acesso em 06/12/2010.

²⁶⁰ <http://www.theaustralian.com.au/business/news/china-to-pump-16bn-into-ghana-as-part-of-soaring-african-investment/story-e6frg90x-1225928764306> Acesso em 06/12/2010.

²⁶¹ http://www.gipc.org.gh/UploadFiles/Publications/Q2Report2009_final_240809090904100848.pdf. Acesso em 08/12/2010.

²⁶² <http://www.gipc.org.gh/UserFiles/File/GHANA'S%20INVESTMENT%20CLIMATE%20BY%20MR.%20ROBERT%20AHOMKA-LINDSAY%20CEO%20GIPC.pdf> Acesso em 08/12/2010.

²⁶³ http://www.gipc.org.gh/UploadFiles/Publications/Q2Report2009_final_240809090904100848.pdf Acesso em 08/12/2010.

bilhão em sua atividade²⁶⁴.

Intel e *Microsoft*, gigantes do ramo de fabricação de computadores e *softwares*, acordaram com o governo ganense na produção de máquinas de baixo custo, porém de alta qualidade, para o mercado local²⁶⁵.

O Ministério da Habitação e Obras de Recursos Hídricos de Gana, em colaboração com a *Overseas Private Investment Corporation*²⁶⁶ dos Estados Unidos criou um fundo de US\$30 milhões para serem acessados por empresas interessadas em fornecer casas a preços acessíveis através de sistemas de hipoteca aos habitantes da região²⁶⁷.

h) Índia

Dados fornecidos pelo GIPC apontam sete planos indianos de ação, em segmentos diversos que dariam suporte à economia ganense, no valor de US\$1,99 milhão, no primeiro semestre de 2009²⁶⁸.

Mesmo sem a ratificação do *Bilateral Investment Promotion and Protection Agreement* com a Índia, Gana é um dos maiores beneficiários das linhas de crédito oferecidas pelo país, podendo alcançar a marca de US\$193 milhões²⁶⁹.

²⁶⁴ <http://www.newmont.com/about/company-glance> Acesso em 08/12/2010.

²⁶⁵ <http://www.mofep.gov.gh/newsletter.pdf> Acesso em 08/12/2010.

²⁶⁶ Agência independente do governo dos Estados Unidos, que mobiliza o investimento do setor privado em novos mercados emergentes no exterior, através de financiamentos, seguros e fundos de investimento. <http://www.opic.gov/>. Acesso em 08/12/2010.

²⁶⁷ <http://www.mofep.gov.gh/newsletter.pdf> Acesso em 08/12/2010.

²⁶⁸ http://www.gipc.org.gh/UploadFiles/Publications/Q2Report2009_final_240809090904100848.pdf. Acesso em 08/12/2010.

²⁶⁹ <http://economictimes.indiatimes.com/news/politics/nation/India-asks-Ghana-to-ink-bilateral-investment-safety-treaty/articleshow/6486119.cms> Acesso em 08/12/2010.

CAPÍTULO IV

QUADRO REGULATÓRIO GERAL PARA INVESTIMENTOS

A política econômica de Gana, conduzida pelo Governo Mills desde janeiro de 2009, tem como força motriz encorajar e atrair investimentos estrangeiros efetivos para o país. Para tanto, é necessário criar um ambiente jurídico propício, através de uma legislação segura de promoção e proteção.

4.1 Lei 478/94 e Normas Legais Complementares

A Lei 478/94 funciona como Carta Magna na regência de investimentos. É dividida em Partes I, II e III, totalizando 40 artigos. Também conhecida como Lei do Centro de Promoção ao Investimento de Gana (*Ghana Investment Promotion Center Act-GIPC*), a mesma aponta seus objetivos, funções, estrutura administrativa, entre outras provisões.

4.1.1 Parte I- Centro de Promoção ao Investimento de Gana

O artigo 1º estabelece o Centro como uma agência governamental com características de pessoa jurídica, como Sucessão Perpétua (só se finda com ordem judicial ou liquidação); Selo Comum (espécie de timbre próprio de uso exclusivo do corpo direcional); direito de processar e ser processado; fazer contratos e transações comerciais; e, adquirir ou dispor de propriedades móveis e imóveis²⁷⁰.

Seu desígnio, disposto no artigo 2º, é incentivar e promover investimentos na região, ficando responsável por coordenar e monitorar todas as atividades que recaem sob o império da citada Lei.

²⁷⁰http://www.gipc.org.gh/UploadFiles/Publications/Investment_Law070627114453.pdf. Acesso em 21/01/2011.

As principais funções englobam reforçar e atrair negócios efetivos dentro e fora de Gana, analisando e divulgando informações sobre oportunidades, fontes de capital e parceiros para projetos de *joint-venture*.

Ainda, inscreve e mantém registros de todas as empresas submetidas a esta Lei e de todos os acordos de transferência de tecnologia; organiza atividades promocionais, tais como exposições, conferências e seminários; faz a ligação entre investidores e ministérios, autarquias e agências, financiadores institucionais e outras autoridades governamentais; oferece serviços de apoio e assistência, como, obter licenças necessárias para o estabelecimento e funcionamento das empresas; e, por fim, executa outras funções que são inerentes ao êxito do objeto da Lei (art. 3º)²⁷¹.

O Centro é conduzido por um Conselho responsável por delegar atribuições, sendo este composto de Presidente, Vice-Presidente, Chefe Executivo e cinco outros membros, dos quais três não poderão ser funcionários públicos.

Há, ainda, algumas exigências em relação a tais membros. Por exemplo, os mesmos são nomeados pelo Presidente em consulta ao Conselho de Estado; o Vice é eleito pelos servidores não governamentais; o mandato dos componentes, exceto o do Chefe Executivo, é de quatro anos, havendo a possibilidade de nova indicação; e a remuneração é de incumbência e determinação do Ministro das Finanças (art. 4º)²⁷².

O Chefe Executivo é designado pelo Presidente em concordância com o Conselho e a Comissão de Serviços Públicos. Tem como encargo a administração geral do Centro e a implementação das decisões do Conselho (art. 7º).

Este pode designar um funcionário como Secretário para registrar seus procedimentos e decisões. Pode, também, contratar consultores e assessores, e criar departamentos, caso julgue necessário para o cumprimento adequado das atribuições do Centro (arts. 8º e 9º).

Está garantida na Lei 478, artigo 16, a obrigatoriedade de todos os departamentos, agências e outras entidades públicas de cooperar plenamente com o Centro no desempenho de suas funções.

O GIPC é membro da *World Association of Investment Promotion Agencies*²⁷³ (WAIPA), cujo principal encargo é promover e desenvolver o entendimento e a cooperação entre as Agências de Promoção aos Investimentos mundiais, compartilhando informações e

²⁷¹http://www.gipc.org.gh/UploadFiles/Publications/Investment_Law070627114453.pdf. Acesso em 21/01/2011.

²⁷² *Idem. Ibidem.*

²⁷³ Associação Mundial de Agências de Promoção ao Investimento. <http://www2.waipa.org/cms/Waipa/index.html>. Acesso em 21/01/2011.

experiências de acessibilidade ao capital internacional.

A Associação é composta por um Comitê de Direção (um Presidente e dois Vice-Presidentes), Diretorias Regionais, Secretariado Permanente (Diretor Executivo, Assistente do Diretor e Assistente Administrativo) e um Comitê Consultivo²⁷⁴.

Suas parcerias abarcam organizações internacionais, governamentais e privadas: *Foreign Investment Advisory Services (FIAS)* do Grupo Banco Mundial; *International Economic Development Council (IEDC)*; *Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD)*; *ProInvest*; *United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD)*; e *United Nations Industrial Development Organization (UNIDO)*. Todos fazem parte do Conselho Consultivo da Agência²⁷⁵.

4.1.2 Parte II- Provisões relativas ao investimento e observância de normas específicas complementares

A partir do artigo 17, passamos a ver disposições mais específicas aos investimentos em geral, exceto os concernentes a minerais e mineração, petróleo, gás e zonas francas, não regulados pela Lei 478/94.

A Lei de Minerais e Mineração²⁷⁶ (703/2006) estabelece direitos de exploração mineral, incentivos e garantias, versando ademais sobre a propriedade da terra. Prevê um acordo de estabilidade de 15 anos que impossibilita o Estado de atribuir encargos financeiros gigantescos a investidores devido a mudanças legislativas dentro do período. A Comissão de Minerais²⁷⁷ é o órgão do Governo responsável pela implementação da norma.

A Lei Provisória nº 84 do Conselho de Defesa Nacional, conhecida como Lei do Petróleo, regulamenta a exploração e produção de óleo e gás, em Gana. Administrada pela instituição governamental *Ghana National Petroleum Corporation*²⁷⁸, o regulamento trata de acordos, direitos, obrigações, responsabilidades dos contratantes e capacidade indenizatória.

A *Ghana Petroleum Regulatory Authority Bill*, nova lei ainda em consideração no Congresso, desde novembro de 2010, pretende dar novas funções ao GNPC. Contudo, as falhas e lacunas nela apresentadas é a justificativa pela demora na aprovação²⁷⁹.

²⁷⁴ <http://www2.waipa.org/cms/Waipa/About/WhyWAIPA/index.html> Acesso em 21/01/2011.

²⁷⁵ <http://www2.waipa.org/cms/Waipa/About/ConsultativeCommittee/index.html> Acesso em 21/01/2011.

²⁷⁶ <http://www.ghana-mining.org/> Acesso em 22/01/2011.

²⁷⁷ <http://www.ghana-mining.org/ghweb/en/ma/mincom.html> Acesso em 22/01/2011.

²⁷⁸ www.gnpcghana.com Acesso em 22/01/2011.

²⁷⁹ <http://africamedianetwork.ning.com/profiles/blogs/concerns-over-ghanas-petroleum> Acesso em 22/01/2011.

O Conselho das Zonas Francas de Gana²⁸⁰, criado em 1995 pela Lei 504, tem como missão promover, facilitar, controlar e regular investimentos nestas áreas. Conta, ao mesmo tempo, com um programa para agenciar o processamento e fabricação de produtos, nas chamadas Zonas de Processamento e Exportação, desenvolvendo o comércio e serviços nos portos e aeroportos do país.

As Zonas de Livre Comércio, localizadas nas regiões de *Greater Accra* e *Takoradi*, foram estabelecidas em maio de 1996 e fazem parte das Zonas Francas, assim como os Portos de *Tema* e *Takoradi* e o Aeroporto Internacional de *Kotoka*²⁸¹.

Alguns empreendimentos podem ser operados somente por ganenses, como é o caso do comércio em pequena escala em quiosques e mercados menores em qualquer lugar; serviço de táxi e aluguel de carros, salvo se o interessado tiver uma frota mínima de dez carros novos; jogos de azar, loterias, apostas; salões de beleza e barbearias (art. 18 e *Schedule*), e mineração de subsistência.

Para as iniciativas elegíveis aos estrangeiros, há um capital mínimo estipulado que varia de acordo com o tipo de parceria a ser obtida com os ganenses; os valores podem chegar a US\$300.000.

No caso de projetos em conjunto com nacionais, a aplicação é de US\$10.000 ou o equivalente em ações; para companhias excepcionalmente estrangeiras, US\$50.000; e para empresas de comércio (compra e venda de mercadorias) de propriedade total ou parcial de estrangeiros, US\$ 300.000 ou o equivalente em produtos, devendo, ainda, empregar pelo menos 10 ganenses (art. 19)²⁸². Contudo, essa exigência não se aplica a investimentos de carteira (ações, fundos, títulos públicos, debêntures, aplicações imobiliárias, entre outros) e empresas de exportação.

Para constituir e registrar um empreendimento em Gana é necessário que o mesmo esteja de acordo com a Lei Empresarial 179/63 e com outros preceitos pertinentes ao processo. De posse de todos os documentos necessários, o Departamento de Registro Geral²⁸³ terá até cinco dias úteis, da data da apresentação do pedido, pra emitir o Certificado de Estabelecimento Comercial (art.21). No entanto, o tempo real pode ser maior do que o estipulado, às vezes até um mês.

²⁸⁰ Ghana Free Zone Board <http://www.gfzb.com/> Acesso em 22/01/2011.

²⁸¹ Dados do U.S. Department of State <http://www.state.gov/e/eeb/rls/othr/ics/2010/138072.htm> Acesso em 22/01/2011.

²⁸² http://www.gipc.org.gh/UploadFiles/Publications/Investment_Law070627114453.pdf Acesso em 21/01/2011.

²⁸³ Registrar General Department é um departamento do Ministério da Justiça e Procuradoria Geral desde 1961. Responsável pelo registro de empresas, propriedade industrial, casamentos, administração de propriedades, e curadores públicos.

As empresas com participação estrangeira deverão, após sua constituição, registrar-se no Centro. O processo somente será concluído após a constatação de que a documentação está em ordem e o capital mínimo exigido foi liquidado (art.22).

Algumas agências governamentais ainda devem ser consultadas para findar o processo de criação e estabelecimento de uma empresa em Gana: Receita Federal (*Internal Revenue Service*), Serviço de Imigração²⁸⁴ (*Ghana Immigration Service*) e Previdência Social²⁸⁵ (*Social Security and National Insurance Trust*).

A Lei 478 concede benefícios e incentivos referentes à tributação, transferência de capital, lucros e dividendos²⁸⁶ (por meio de qualquer banco autorizado em moeda livremente conversível), além de garantias contra a expropriação e nacionalização injustificada²⁸⁷.

Em alguns casos, vantagens adicionais podem ser conferidas, como, caso o projeto seja considerado fundamental para o desenvolvimento do país; em áreas geográficas específicas, notadamente as não situadas em grandes centros urbanos; e, tributação de importação menor ou nula para entrada de maquinário e estrutura física para fins de investimento.

Igualmente, após a aprovação da *Foreign Exchange Act*, Lei do Câmbio de 2006, foi autorizado aos não nacionais adquirirem ações de empresas ganenses como forma de investimento. Retirou-se, do mesmo modo, a obrigatoriedade do Banco Central de Gana de aprovar empréstimos em moeda estrangeira²⁸⁸. Todas essas medidas facilitaram o acesso de capital internacional aos mercados públicos locais.

Os procedimentos para solução de lides estão elencados no art. 29 e mostram certa vantagem para o investidor, uma vez que a busca por acordos amigáveis está legalizado e amplamente sugerido em tal disposição.

A demora na resolução de processos pelos Tribunais e a dificuldade na execução

²⁸⁴ Criado pela Lei 226/1989, regulamenta e controla a entrada, residência, emprego e saída de estrangeiros no país. A Lei 573/2000 ampliou as funções do Serviço.

²⁸⁵ Regida pela Lei Nacional de Pensões, Lei 766/2008.

²⁸⁶ Dividendos ou lucros líquidos atribuíveis a um investimento; pagamentos de empréstimos obtidos no exterior; taxas e encargos em acordos de transferência de tecnologia registrados sob a lei do GIPC; e as remessas de rendimentos da venda ou liquidação da empresa ou de juros inerentes ao investimento. Dados do *U.S. Department of State* <http://www.state.gov/e/eeb/rls/othr/ics/2010/138072.htm> Acesso em 23/01/2011.

²⁸⁷ O Governo de Gana pode, de forma compulsória, tomar posse ou adquirir propriedade somente quando feita por interesse de defesa nacional, segurança pública, ordem pública, moralidade pública, saúde pública, planejamento urbano do país ou cidade ou para promover benefícios públicos. De qualquer forma, a expropriação ou nacionalização deve ser indenizada por meio de compensação rápida e justa. Qualquer cidadão que tenha interesse ou direitos sobre a propriedade está autorizado, pela Constituição de Gana, a ingressar no Tribunal Superior.

²⁸⁸ Dados do *U.S. Department of State* <http://www.state.gov/e/eeb/rls/othr/ics/2010/138072.htm>. Acesso em 23/01/2011.

das sentenças são os grandes motivos pelos quais a resolução alternativa de litígios²⁸⁹ é bastante procurada, notadamente nas ações comerciais.

Entretanto, quando a conciliação imediata não é possível, utiliza-se a arbitragem, que, em Gana, apresenta-se em conformidade com os procedimentos da Comissão de Direito Comercial Internacional da Organização das Nações Unidas e suas decisões são sempre executáveis²⁹⁰ desde que homologadas por algum Tribunal.

No caso de empreendedor estrangeiro, a composição pode ser feita, também, em obediência a qualquer acordo bilateral ou multilateral sobre proteção a investimentos em que os países sejam signatários²⁹¹. Além disso, quando há controvérsia em relação ao método de resolução de litígios, a escolha do investidor sempre prevalece.

Do mesmo modo, Gana conta com o Centro de Arbitragem²⁹², estabelecido em 1996, e uma subsidiária do Centro Comercial de Conciliação da Câmara Americana de Comércio²⁹³, para reforçar o quadro jurídico e proteger interesses mercantis ou econômicos, inspirando, assim, a confiança de potenciais aplicadores de capital.

O país é, ainda, signatário da Convenção para a Resolução de Disputas de Investimento, que admite a arbitragem nos termos do Centro Internacional de Solução de Disputas sobre Investimentos²⁹⁴ (*International Center for the Settlement of Investment Disputes-ICSID*), sendo este parte do Grupo Banco Mundial²⁹⁵.

O artigo 33 prevê a possibilidade de empreendimentos ajustarem acordos de Transferência de Tecnologia, registrados no Centro e normatizados de forma específica.

4.1.3 Parte III- Provisões gerais

²⁸⁹ Em março de 2005, o governo inaugurou a Divisão Comercial do Tribunal Superior de Gana para julgar litígios de natureza comercial, incluindo bancária e financeira, reestruturação de dívida comercial e propriedade intelectual. Chamada de Mediação Obrigatória, a Corte é obrigada a realizar conferências anteriores ao julgamento por 30 dias, diminuindo a quantidade de processos que vão a julgamento. <http://www.doingbusiness.org/~media/FDPKM/Doing%20Business/Documents/Reforms/Case-Studies/Smart-Lessons/DB07-SL-Ghana-Commercial-Court.pdf> Acesso em 17/01/2011.

²⁹⁰ A execução de sentenças internacionais em Gana é baseada no Princípio da Reciprocidade. Assim, decisões do Brasil, França, Israel, Itália, Japão, Líbano, Senegal, Espanha, Emirados Árabes Unidos e Reino Unido são efetivadas. Julgamentos de tribunais norte-americanos não estão atualmente aplicáveis no país africano. Dados do *U.S. Department of State* <http://www.state.gov/e/eeb/rls/othr/ics/2010/138072.htm> Acesso em 23/01/2011.

²⁹¹ Gana assinou acordos bilaterais de proteção ao investimento com Bulgária, Burquina Faso, China, Dinamarca, França, Alemanha, República das Maurícias, Holanda, Romênia, Suíça, Reino Unido, Benin, Cuba, Egito, Guiné, Estados Unidos, Índia e Malásia. <http://www.unctadxi.org/templates/docsearch.aspx?id=779> Acesso em 23/01/2011. Acordos com Itália, Paquistão, Coreia do Norte e do Sul e Bélgica estão sendo considerados. Dados do *U.S. Department of State* <http://www.state.gov/e/eeb/rls/othr/ics/2010/138072.htm> Acesso em 23/01/2011.

²⁹² <http://ghanaarbitration.com/> Acesso em 25/01/2011.

²⁹³ <http://www.amchamghana.org/chamber/index.html> Acesso em 25/01/2011.

²⁹⁴ <http://icsid.worldbank.org/ICSID/Index.jsp> Acesso em 25/01/2011.

²⁹⁵ <http://www.brettonwoodsproject.org/art-564868> Acesso em 25/01/2011.

O segmento estabelece disposições genéricas, questões procedimentais internas, interpretação de algumas expressões, e ainda;

a) Obrigação de confidencialidade: o art. 34 determina a penalidade conferida ao funcionário do Centro que, em posse de documentos ou informações, as disponibiliza a outrem sem autorização. O mesmo comete um delito e é passível de condenação sumária a uma multa não superior a 500.000 cedi, a prisão por até um ano, ou a cominação de ambas.

Do mesmo modo, um servidor que não executa seus deveres ou os exerce de forma imprudente está sujeito a ação disciplinar.

b) Controle externo do investimento: toda empresa, sob o âmbito da Lei 478/94, tem o dever de permitir a entrada de agentes do Centro designados a monitorar o empreendimento. A obstrução da norma sem justificativa legítima acarreta na condenação sumária a uma multa não excedente a 2 milhões de cedi (art.35).

c) Normas revogadas (art.36). Essa abordagem não é de interesse direto do investidor, embora o art. 37 destaque que os contratos firmados na vigência do Código de Investimento de 1985, aqui repellido, estão sob a égide da Lei 478/94, tendo nela sua proteção jurídica.

Investment Code, 1985 (P.N.D.C.L. 116); Investment Code (Amendment) Law, 1992 (P.N.D.C.L. 292); Investment Code (Area of Special Priority) Instrument, 1991 (L.I. 1519); Investment Code (Immigrant Quota) Regulations, 1992 (L.I. 1543); Selective Alien Employment Tax Decree, 1973 (N.R.C.D. 201); Selective Alien Employment Tax (Amendment) Decree, 1974 (N.R.C.D. 248); Selective Alien Employment Tax (Amendment) (No. 2) Decree, 1974 (N.R.C.D. 268); Selective Alien Employment Tax (Amendment) Law, 1988 (P.N.D.C.L. 196); The Import and Export Trade and Industry (Specification of minimum foreign capital investment by non-Ghanaian citizens) Act, 1980 (Act 402)²⁹⁶.

As normas laborais locais estão, desde 2003, após a promulgação da Nova Lei do Trabalho, em conformidade com os princípios fundamentais da Convenção Internacional do Trabalho, a qual o país é signatário.

Nesse diapasão, Gana conta com uma Comissão Nacional do Trabalho²⁹⁷ para resolver lides trabalhistas e industriais.

4.2 Fraude e Corrupção

A fraude comercial na região é combatida através da Comissão de Direitos

²⁹⁶http://www.gipc.org.gh/UploadFiles/Publications/Investment_Law070627114453.pdf. Acesso em 08/02/2011.

²⁹⁷<http://www.nlcghana.org/> Acesso em 08/02/2011.

Humanos e Justiça Administrativa²⁹⁸, estabelecida pela Constituição de 1992. Ela investiga suspeitas de corrupção e de apropriação indevida de fundos públicos por funcionários, e disponibiliza seus relatórios ao Procurador Geral de Gana.

A Comissão, juntamente com o Governo, liberou um novo Código de Conduta aos Oficiais Públicos para orientá-los em situações de conflito de interesse.

Em 1998, também foi fundada a *Serious Fraud Office*²⁹⁹, instituição de combate à corrupção envolvendo organismos privados ou não, assim como o grupo intersetorial *Ghana Anti-corruption Coalition*³⁰⁰.

A *Transparency International* (TI)³⁰¹ é uma organização da sociedade civil, criada em 1993, que luta contra a corrupção mundial e auxilia suas vítimas, contando com mais de 90 estabelecimentos.

Em 1999, foi lançado na região a *Ghana Integrity Initiative*³⁰² (GII), programa subsidiário a TI, que visa aplicar integridade, responsabilidade e transparência a todas as esferas da atividade humana.

Anualmente, são lançados relatórios como o *Global Corruption Perceptions*³⁰³, que analisa 178 países e seus níveis de corrupção, determinados por especialistas e pesquisas de opinião. Gana vem apresentando melhoras significativas e ocupa o 62º lugar³⁰⁴ na classificação geral do GCP de 2010, sendo o único país da África Ocidental a pontuar de forma razoável no índice. Somente como base comparativa, o Brasil encontra-se na 69ª posição.

4.3 Procedimentos: da Abertura à Extinção de uma Empresa

No geral, estabelecer um empreendimento pode ser complexo e lento devido a um grande número de etapas, preceitos e mecanismos.

O relatório *Doing Business: Making a Difference for Entrepreneurs*³⁰⁵, anualmente produzido pelo Banco Mundial, examina a atividade empresarial em 183 economias mundiais, apresentando indicadores quantitativos acerca da facilidade de se fazer

²⁹⁸ <http://209.41.181.19/chraj/> Acesso em 12/02/2011.

²⁹⁹ http://www.afdevinfo.com/htmlreports/org/org_16046.html Acesso em 12/02/2011.

³⁰⁰ <http://www.ghana-anticorruption.org/aboutus.php> Acesso em 12/02/2011.

³⁰¹ <http://www.transparency.org> Acesso em 12/02/2011.

³⁰² <http://www.tighana.org/> Acesso em 12/02/2011.

³⁰³ http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi Acesso em 12/02/2011.

³⁰⁴ http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2010/results Acesso em 12/02/2011.

³⁰⁵ <http://www.doingbusiness.org/> Os dados de *Doing Business* 2011 estão atualizados até 01 de junho de 2010. Acesso em 15/02/2011.

negócio, entre outras regulamentações, como a de proteção dos direitos de propriedade.

Os dados são, em seguida, aproveitados na formulação de políticas e reformas que aprimoram o ambiente econômico, resultando em produtividade, investimento, maior competitividade e emprego à população.

Gana tem registrado grandes avanços, já que nos últimos dois anos subiu vinte posições, estando em 67º lugar na classificação geral do *Doing Business 2011*³⁰⁶.

4.3.1 “Abertura de Empresa”³⁰⁷

O indicador refere-se ao número total de procedimentos necessários para registrá-la, levando em conta qualquer interação dos empreendedores com órgãos do governo, advogados, auditores ou tabeliães; a duração média para tanto; o custo, incluindo taxas oficiais e as de serviços jurídicos ou profissionais; e o valor depositado pelo empresário em instituição financeira ou cartório antes do registro e até três meses após a incorporação, referente a integralização do capital social.

Ao todo são sete fases:

a) Procura por disponibilidade do nome empresarial e protocolo de documentos da empresa. Tal procedimento leva um dia e seu custo é estimado em GHS (cedi) 81, o que equivale a R\$89,47.

b) Autenticação dos documentos por um funcionário do Departamento de Registro Geral, em um dia, no valor de GHS2 ou R\$2,21.

c) Obtenção do Certificado de Incorporação junto ao DRG despense dois dias e GHS10/ R\$11,05.

d) Depósito referente à integralização do capital social da empresa em conta bancária; um dia, sem custo.

e) Requisição de alvará de licença para funcionamento na *Metropolitan Authority*³⁰⁸; sete dias, GHS92/ R\$101,63.

f) Inspeção do local de trabalho pela *Metropolitan Authority*; um dia, sem custo.

g) Solicitação de Previdência Social; um dia, sem custo.

Ressalte-se que os procedimentos “b”, “c”, “f”, e “g” ocorrem concomitantemente

³⁰⁶Dados do U.S. Department of State <http://www.state.gov/e/eeb/rls/othr/ics/2010/138072.htm> e <http://portugues.doingbusiness.org/data/exploreconomies/ghana#> Acesso em 15/02/2011.

³⁰⁷<http://portugues.doingbusiness.org/~media/FPDKM/Doing%20Business/Documents/Profiles/Country/DB11/GHA.pdf> Acesso em 15/02/2011.

³⁰⁸ Equivalente a Secretaria da Fazenda Municipal ou Prefeitura.

com outros, portanto, consumindo doze dias e GHS185/ R\$204,35. Com a racionalização e simplificação desse processo foram evidenciados alguns benefícios como maior economia, mais empresas registradas, recursos financeiros e oportunidades de emprego.

4.3.2 “Obtenção de Alvarás de Construção”³⁰⁹

A categoria elabora o método, tempo e custos para a construção de depósitos e armazéns, incluindo instruções para a obtenção de licenças, certificados e para solicitar conexão aos serviços da rede pública (eletricidade, água, esgoto, linha telefônica fixa).

Esse item é de extrema importância visto que a não obediência a todo o processo pode, facilmente, resultar em edificações perigosas, totalmente fora dos padrões de segurança. Aqui, são 18 etapas:

a) Envio de pedido de alvará, juntamente com a planta do local, à Comissão de Terras³¹⁰; noventa dias, sem custo.

b) Requisição de alvará de construção ao Departamento de Planejamento Urbano³¹¹; noventa dias, GHS2.884,22/ R\$3.185,97.

c) Aprovação do esquema de planejamento; um dia, GHS100/ R\$110,46.

d) Admissão do projeto arquitetônico e de engenharia pelos departamentos correspondentes do *Metropolitan Authority*; um dia, GHS5.439,07/ R\$6.008,11.

e) Obtenção do parecer da Autoridade de Saúde Pública e do Corpo de Bombeiros um dia cada, GHS100/R\$ 110,46 cada.

f) Adquirir estudo de viabilidade da Companhia de Eletricidade de Gana; um dia, sem custo, da Autoridade de Água e Esgoto; 30 dias, GHS1.000/ R\$1.104,62 e da Companhia Telefônica; trinta dias, GHS200/ R\$220,92.

g) Inspeção do local depois de terminada a fundação, o assoalho, a verga e o telhado, por uma agência de fiscalização de obras; um dia cada, sem custo.

i) Vistoria da construção finalizada; trinta dias, GHS600/ R\$662,77.

m) Obtenção da rede elétrica, água e esgoto, e linha para telefone fixo; um dia cada, sem custo.

n) Envio da planta baixa do depósito para a *Metropolitan Authority* para o devido

³⁰⁹ <http://portugues.doingbusiness.org/~media/FPKM/Doing%20Business/Documents/Profiles/Country/DB11/GHA.pdf> Acesso em 15/02/2011.

³¹⁰ *Land Commission of Ministry of Lands, Forestry and Mines* <http://www.ghana-mining.org/ghweb/en/home.html> Acesso em 15/02/2011.

³¹¹ *Town and Country Planning Department* <http://www.tcpghana.gov.gh/> Acesso em 15/02/2011.

registro; um dia, sem custo.

Os procedimentos “c”, “d”, “e”, “f”, “i”, e “m” acontecem simultaneamente com outros, deste modo, consumindo 220 dias e GHS10.423/ R\$11.513,46, menor valor verificado nos últimos quatro anos. As melhorias ocorridas no processo resultaram na diminuição da ilegalidade e subornos em construções na região.

4.3.3 “Registro de Propriedade”³¹²

Refere-se às cinco fases indispensáveis a transferência de imóvel entre duas companhias locais. O comprador pode utilizá-lo a fim de expandir seus negócios, como garantia para novos empréstimos ou para revenda. Cada procedimento exigido por lei ou na prática é incluído, assim como o tempo e custo para concluir cada um deles.

O relatório pondera que a garantia de direitos formais de propriedade é fundamental e uma Administração eficaz do território é parte disso. Assim, a reforma nesse diapasão consiste em tornar o processo econômico e simplificado.

a) O vendedor obtém um Formulário de Transferência de Título no Registro Predial³¹³ que será assinado pelo comprador e vendedor e suas testemunhas; dois a cinco dias, GHS100-150/ R\$110,46-165,69.

b) Avaliação do valor do imóvel e o pagamento do Imposto de Selo no Conselho de Avaliação do Terreno³¹⁴; três a quatorze dias, GHS55 (taxa de processamento) + 0,5% do valor imobiliário (imposto de selo)/ R\$60,75 + 0,5%.

c) Apresentar pedido de Certificado de Título no Registro Predial e pagar taxa de processamento; um dia, GHS2/ R\$2,21.

d) Publicação da transação em Diário Oficial; sete a vinte e um dias, GHS25 (taxa de publicação para um terreno de até 0,25 acre)/ R\$27,62. O valor pago pode chegar a GHS200 caso seja maior que 4 ac.

e) Emissão do Certificado de Título pelo Registro Predial; um a quatorze dias, sem custo.

Dados expostos pelo *Doing Business* atestam que, nos últimos 6 anos³¹⁵, 105 economias fizeram 146 reformas facilitando a transferência de propriedade, com uma redução

³¹²<http://portugues.doingbusiness.org/~media/FPDKM/Doing%20Business/Documents/Profiles/Country/DB11/GHA.pdf> Acesso em 16/02/2011.

³¹³ *Land Title Registry* <http://www.ghana-mining.org/ghweb/en/ma.html> Acesso em 16/02/2011.

³¹⁴ *Land Valuation Board. Idem. Ibidem.*

³¹⁵<http://portugues.doingbusiness.org/~media/FPDKM/Doing%20Business/Documents/Profiles/Country/DB1GHA.pdf> Acesso em 16/02/2011.

de 38% do tempo e 10% do custo, principalmente das taxas e impostos governamentais.

4.3.4 “Obtenção de Crédito”³¹⁶

O indicador baseia-se em dois parâmetros. O primeiro avalia a solidez dos direitos dos tomadores e concessionários de empréstimos através de garantias e leis de falência. A pontuação varia de 0-10; quanto maior o valor, melhor acesso ao crédito. O segundo mede o alcance e a qualidade de informações de crédito disponíveis em órgãos públicos ou particulares, assim como a quantidade de pessoas físicas e jurídicas listadas nessas agências. Varia de 0-6, índices mais altos sugerem maior disponibilidade de dados.

4.3.4.1 Eficiência dos direitos legais

a) Bens móveis são amplamente aceitáveis como garantia por qualquer instituição financeira do país. Não há perda de posse, nesse caso.

b) É permitida às empresas a concessão de um direito de garantia, sem a transmissão da posse de todos os seus bens, sendo desnecessária a descrição específica dos mesmos.

c) O direito de garantia pode estender-se aos bens futuros ou adquiridos, assim como aos produtos, frutos (rendimentos) ou substitutos dos bens originais.

d) A descrição geral de todos os tipos de dívidas e obrigações é permitida em acordos de garantia e em documentos de registro, possibilitando, ainda, a indicação de uma quantia máxima para a qual os bens sejam gravados de ônus garantidor.

e) Está em funcionamento um banco de dados eletrônico para registro de garantias, indexado pelo nome do devedor.

f) Não há prioridade absoluta de pagamento aos credores, fora e no decorrer de processos de falência, antes das notificações gerais de cobrança de impostos e reivindicações dos empregados, portanto preferencialmente paga-se dívidas fiscais e trabalhistas.

g) Os credores não estão sujeitos à suspensão automática ou moratória dos procedimentos de execução, quando um devedor propõe Ação de Recuperação Judicial Societária supervisionado pelo tribunal.

i) A lei autoriza a conciliação extrajudicial das partes em contratos de garantia.

³¹⁶<http://portugues.doingbusiness.org/~media/FPDKM/Doing%20Business/Documents/Profiles/Country/DB1GHA.pdf> Acesso em 16/02/2011.

4.3.4.2 Informações de crédito acessíveis

a) Dados positivos (montantes dos empréstimos sem amortização e padrão de amortizações no prazo certo), negativos (pagamentos em mora, número e montante de inadimplências) e de falência, em serviços de crédito privado.

b) Sobre pessoas físicas e jurídicas, e de montantes de empréstimos abaixo de 1% da renda per capita, em agências particulares.

4.3.4.3 Dados não disponíveis em nenhuma agência

a) Acerca de varejistas e de empresas de serviços públicos, bem como de instituições financeiras.

b) Histórico dos registros de crédito de mais de dois anos.

c) Os mutuários não têm direito de acessar seus registros no maior serviço de crédito da economia.

Gana saltou 63 posições na classificação geral desse ano³¹⁷. Sua pontuação, oito (8), está acima da média auferida tanto pela África Subsaariana quanto pelos países da OCDE³¹⁸, no que tange a eficiência dos direitos legais, setor nomeadamente beneficiado, facilitando, destarte, a concessão de empréstimos.

Gana melhorou o acesso ao crédito estabelecendo um registro centralizado de garantias móveis e concedendo uma licença de funcionamento a um serviço privado de crédito que começou a operar em abril de 2010³¹⁹.

4.3.5 “Proteção de Investidores”³²⁰

A categoria é considerada em três dimensões: transparência das transações entre partes já conhecidas, extensão da responsabilização por autonegociação (em benefício próprio), e a capacidade dos acionistas de processar os diretores e membros do Conselho por má administração. A média estabelece o índice de eficiência na proteção à investidores, de 0 a 10.

Para tal investigação, o relatório faz uso de um caso padrão de Transações entre

³¹⁷ <http://portugues.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/ghana#getting-credit> Acesso em 16/02/2011.

³¹⁸ Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização internacional e intergovernamental que agrupa os países mais industrializados da economia do mercado. <http://www.cgu.gov.br/ocde/sobre/index.asp> Acesso em 16/02/2011.

³¹⁹ *Doing Business 2011* Dados Informativos – Resumo das Reformas na África Subsaariana. p.02. <http://portugues.doingbusiness.org/~media/FPDKM/Doing%20Business/Documents/Fact-Sheets/DB11-Africa-Reforms-Portuguese.pdf> Acesso em 16/02/2011.

³²⁰ <http://portugues.doingbusiness.org/~media/FPDKM/Doing%20Business/Documents/Profiles/Country/DB11/GHA.pdf> Acesso em 19/02/2011.

Partes Relacionadas, caracterizada por conflito de interesses, onde o acionista majoritário e diretor é comprador-vendedor³²¹.

4.3.5.1 “Índice de Transparência” aprecia:

a) Que órgão corporativo tem poder suficiente para, legalmente, aprovar transações;

A exigência de:

b) divulgação imediata da transação ao público, às autoridades competentes ou aos acionistas;

c) publicação no relatório anual da empresa;

d) revelação do conflito de interesse à Diretoria;

e) revisão da negociata por um órgão externo (auditor externo) antes dela ocorrer.

4.3.5.2 “Índice de Responsabilidade do Diretor” examina:

a) Capacidade dos acionistas de responsabilizar os diretores e o órgão de aprovação no caso de prejuízo em Transações entre Partes Relacionadas e processá-los direta ou derivadamente.

b) Remédios legais disponíveis (indenização, amortização de lucros, multas, prisão, nulidade da transação por sentença judicial).

4.3.5.3 “Facilidade de Processar dos Acionistas” valora:

a) Quais informações e documentos do acusado e das testemunhas estão à disposição do acionista-reclamante durante o julgamento.

Possibilidade desse acionista:

b) interrogar o acusado e as testemunhas pessoalmente;

c) obter documentos relevantes do acusado; e

d) solicitar investigação por intermédio de inspetor do governo, sem ação judicial.

e) O padrão da prova em ações cíveis ser menor do que nas criminais.

No ano de 2011, o país africano conseguiu seis (6) de dez (10) pontos no quadro

³²¹ As transações com partes relacionadas são conceituadas como a “transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação”. “São consideradas partes relacionadas: as pessoas físicas ou jurídicas com as quais a Companhia tenha possibilidade de contratar em condições que não sejam as de independência que caracterizam as transações com terceiros alheios à Companhia”.

http://ri.bmfbovespa.com.br/upload/portal_investidores/pt/governanca_corporativa/estatutos_politicas/Pol%C3%ADtica_Transacao_com_Partес_Relacionadas_e_demais_Situacoes_Envolvendo_Conflitos_Interesse.pdf.

Acesso em 19/02/2011.

geral de capacidade de proteção à investidores³²², que importará num aumento de financiamentos como um todo.

4.3.6 “Pagamento de Tributos”³²³

O tópico detalha os encargos tributários e trabalhistas, definidos pelo governo (federal, estadual ou municipal), que uma empresa de porte médio normalmente paga ou recolhe durante o ano fiscal, o tempo gasto para tanto, o ônus administrativo desses pagamentos, com o objetivo de ponderar a facilidade de todo o processo.

É considerado o número total de contribuições amortizadas, método de quitação, frequência de declaração e pagamento. Estão abarcados os seguintes Impostos: sobre a renda (lucro, dividendos, ganhos de capital, sobre transações financeiras); taxa rodoviária e de coleta de lixo; contribuições sociais e impostos trabalhistas pagos pelo empregador; de propriedade e de sua transferência, inclusive de veículos.

O tempo medido é o necessário, em horas por ano, para sujeitar-se a três impostos principais: o de renda para pessoas jurídicas, o sobre valor agregado ou vendas e os trabalhistas (folhas de pagamento e contribuições sociais).

Está compreendida neste item a coleta de informações, cálculos, preenchimento de formulários fiscais, planejamento de pagamento ou retenção, preparação de livros contábeis, adimplemento *online* ou em órgãos apropriados.

A taxa tributária total mede, em porcentagem, o valor dos impostos e contribuições ao longo do exercício financeiro da empresa. O adimplemento será feito após apuração destes valores e contabilizadas as deduções e isenções fiscais pertinentes à empresa, apresentando assim uma parcela dos lucros comerciais³²⁴.

Os impostos aqui computados são: de renda empresarial; trabalhistas; sobre propriedade, volume de negócios, veículos, combustíveis; e taxas municipais. Estão excluídos os retidos e arrecadados pela empresa e repassados às autoridades tributárias, por serem responsáveis tributários e não contribuintes.

Assim, cada empreendimento ganense, de médio porte, submete-se a trinta e três (33) tributos, em que são dispendidas 224 horas anuais para a execução de todo o

³²² <http://portugues.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/ghana#protecting-investors> Acesso em 19/02/2011.

³²³ <http://portugues.doingbusiness.org/~media/FPDKM/Doing%20Business/Documents/Profiles/Country/DB11/GHA.pdf> Acesso em 19/02/2011.

³²⁴ “É o lucro líquido antes do pagamento de todos os impostos”. *Idem.* p.33.

<http://portugues.doingbusiness.org/~media/FPDKM/Doing%20Business/Documents/AnnualReports/Overview/DB11-Overview-Portuguese.pdf> Acesso em 19/02/2011.

procedimento até a liquidação, suportando uma arrecadação tributária de 32,7% sobre o rendimento empresarial³²⁵.

4.3.7 “Comércio Internacional”³²⁶

Refere-se à exportação e importação de cargas padronizadas de produtos por transporte marítimo. São considerados todos os procedimentos oficiais, desde a finalização contratual entre as partes até a entrega da mercadoria, além do custo e tempo gasto.

Será registrada a quantidade de documentos bancários, declaração e autorização alfandegária, de transporte, de movimentação portuária e em seus terminais.

O custo para comerciar entre fronteiras é calculado em dólar norte-americano por contêiner de 6 (seis) metros e abrange: despesas com documentação, transporte terrestre, controle técnico, liberação e inspeção aduaneira, e taxas de manuseio no terminal. Não inclui tarifas alfandegárias e dispêndio relativo ao transporte marítimo.

O tempo consumido, em dias corridos, está diretamente relacionado à agilidade em que os procedimentos obrigatórios são concluídos até o desembarque da carga.

O Governo de Gana está ciente de que o número excessivo de documentos requeridos, procedimentos burocráticos, operações portuárias ineficientes e infraestrutura inadequada, levam a custos extras e atrasos para exportadores e importadores, o que sufoca o potencial comercial internacional.

Assim sendo, o país tem buscado melhorias que já refletem avanços no relatório do presente ano se comparado aos outros países da África Subsaariana³²⁷.

4.3.8 “Cumprimento de Contratos”³²⁸

A categoria avalia a eficiência do sistema judiciário em solucionar controvérsias comerciais perante um tribunal competente, através da compilação dos seguintes dados:

a) Os procedimentos ponderados sugerem qualquer interação, definida por lei ou usada na prática, entre as partes, entre elas e o juiz ou autoridade do Tribunal, o que abarca

³²⁵ <http://portugues.doingbusiness.org/data/exploreconomies/ghana#paying-taxes> Acesso em 19/02/2011.

³²⁶ <http://portugues.doingbusiness.org/~media/FPDKM/Doing%20Business/Documents/Profiles/Country/DB11/GHA.pdf> Acesso em 21/02/2011.

³²⁷ <http://portugues.doingbusiness.org/data/exploreconomies/ghana#trading-across-borders> Acesso em 21/02/2011.

³²⁸ <http://portugues.doingbusiness.org/~media/FPDKM/Doing%20Business/Documents/Profiles/Country/DB11/GHA.pdf> Acesso em 21/02/2011.

protocolo, citação, instrução, julgamento do processo e execução da sentença.

b) O tempo é registrado, em dias corridos, desde o momento em que o reclamante inicia a ação processual no foro até o pagamento final pelo réu; 487 dias.

c) O custo geral (processuais, de execução e honorários advocatícios) é medido como percentual do valor do pedido; 23%.

Entre 183 economias, Gana aponta em 45ª lugar na classificação geral de 2011, reforçando, assim, a competência de seus tribunais em executar contratos³²⁹. Essa constatação ampara empresas na expansão de seus mercados ao aumentar suas possibilidades de acesso a investimentos.

4.3.9 “Extinção de uma Empresa”³³⁰

O tópico relaciona-se a um processo de falência de entidade nacional, baseando-se no tempo, custo e nível de recuperação financeira.

A importância de se ter um sistema de insolvência funcional, com procedimentos céleres e não onerosos, é que, ao melhorar as expectativas dos credores e devedores sobre os resultados deste processo, verifica-se um maior acesso a financiamentos, com uma melhoria visível na economia como um todo.

Para o relatório, foram julgadas leis e normas de insolvência, informações públicas sobre sistemas de falência e procedimentos do referente processo. Será atestado o nível de garantia de sobrevivência de empresas economicamente eficientes e de reorganização dos recursos das inaptas.

Os indicadores do *Doing Business 2011*³³¹ sugerem:

a) um tempo médio de 1,9 ano para que credores recuperem o crédito, na região. Abrange desde a inadimplência da empresa até o pagamento de parte ou de todo o montante devido. As práticas dilatórias, como apelação, pedido de extensão, são levadas em consideração.

b) um custo de 22% do valor do patrimônio do devedor, contendo taxas processuais, tributos governamentais, honorário dos administradores judiciais, leiloeiros, avaliadores e advogados.

c) 23,7 centavos por dólar recuperado pelo credor por meio de reorganização,

³²⁹ <http://portugues.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/ghana#enforcing-contracts> Acesso em 24/02/2011.

³³⁰ <http://portugues.doingbusiness.org/~media/FPDKM/Doing%20Business/Documents/Profiles/Country/DB11/GHA.pdf> Acesso em 24/02/2011.

³³¹ <http://portugues.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/ghana#closing-a-business> Acesso em 24/02/2011.

liquidação ou execução da dívida.

4.4 Concorrência Desleal

A principal regulamentação acerca da proteção contra concorrência desleal está disposta na Lei 589, assinada em 09/12/2000. Contudo, a matéria ainda aparece dispersa no Código Empresarial, em legislações de investimento e tratados internacionais³³².

A Lei é bastante sucinta e apresenta-se em dez seções, tratando, principalmente, dos atos que constituem concorrência desleal no decurso das atividades industriais ou comerciais, sendo eles³³³:

1) provocar ou ser susceptível de causar confusão em relação à empresa ou atividade de outrem, em particular, no que alude a produtos ou serviços oferecidos por essa. O engano pode referir-se ao nome ou marca comercial, registrada ou não; à apresentação de um produto ou serviço; ao uso de celebridade ou personagem ficcional conhecido;

2) causar dano ou prejudicar a clientela, imagem ou reputação de outra empresa e atividade, mesmo que não acarrete em confusão;

3) práticas publicitárias que induzam ou possam induzir em erro o público quanto ao processo de fabricação; à adequação/finalidade específica; qualidade ou quantidade; origem geográfica; condições oferecidas ou previstas; e preço de produtos ou serviços;

4) alegação falsa ou injustificada que desabone ou seja susceptível de desacreditar a atividade de uma empresa, seus produtos ou serviços;

5) qualquer ação (espionagem industrial, quebra de contrato ou de confiança) que resulte na divulgação, aquisição ou uso por outra pessoa de informação secreta sem o consentimento do legítimo proprietário dessa e de forma contrária às práticas comerciais honestas;

6) violação de legislação regional ou internacional, de tratados assumidos no âmbito da Organização Mundial do Comércio e da ECOWAS, além de incentivos fiscais exteriores prejudiciais à competitividade de produtos nacionais.

O artigo 8º trata de “Remédios Cíveis”³³⁴ que podem ser intentados no caso de dano: pedido de liminar; medida provisória para evitar atos ilícitos ou para preservar as provas conexas; atribuição de indenizações a título de compensação e quaisquer outras

³³² <http://www.globalcompetitionforum.org/africa.htm#Ghana> Acesso em 14/03/2011.

³³³ http://www.wipo.int/clea/docs_new/pdf/en/gh/gh005en.pdf Acesso em 14/03/2011.

³³⁴ *Idem. Ibidem.*

medidas que o tribunal considere pertinente.

Os últimos dois artigos não são de interesse direto do investidor, portanto, não serão abordados.

Ocorre que a Lei 589 é geralmente vista como inadequada, fato pelo qual se justifica a proposição de uma norma mais abrangente que regula práticas justas de comércio e concorrência. O projeto sugere, ainda, o estabelecimento de um Tribunal especial e um serviço de reclamações para lidar com tais questões³³⁵.

O Acordo de Cotonou também fornece base legislativa para o mérito. O mesmo foi assinado em junho de 2000 por países da União Européia³³⁶ e do Grupo ACP³³⁷ (África, Caribe e Pacífico) para auxílio, comércio e desenvolvimento mútuo³³⁸.

O artigo 45 do Acordo visa estabelecer uma política favorável ao investimento, ao processo de industrialização sustentável e à transparência no acesso a mercados a partir de regras seguras e eficazes de concorrência³³⁹.

Os signatários se comprometem a aplicar normas nacionais ou regionais de controle e de proibição de acordos entre empresas ou associações de empresas que tenham como efeito impedir, restringir ou falsear a concorrência³⁴⁰.

As Partes concordam, ainda, em proibir a exploração abusiva de empresas dominantes no mercado comum da ECOWAS ou no território dos Estados ACP, através de políticas de concorrência formuladas juntamente com os organismos nacionais competentes, a serem aplicadas tanto pelas empresas privadas quanto estatais, com especial referência à

³³⁵ <http://www.alliedacademies.org/Publications/Papers/JLERI%20Vol%209%20No%201%20and%202%202006%20p%2069-80.pdf> *Journal of Legal, Ethical and Regulatory Issues*, v 9, nº 2, 2006, p.76. Acesso em 14/03/2011.

³³⁶ Os países da União Européia signatários do Acordo de Cotonou foram: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Reino Unido e Suécia. <http://www.scielo.br/pdf/sur/v2n2/a05v2n2.pdf> Acesso em 15/03/2011.

³³⁷ O Grupo ACP foi fundado em 1975, com a assinatura do Acordo de Georgetown, e inclui os seguintes países: Angola, África do Sul, Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Benin, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, Chade, Ilhas Comores, Congo, Costa do Marfim, Djibuti, Eritreia, Etiópia, República de Fiji, Gabão, Gâmbia, Gana, Granada, Guiana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Haiti, Ilhas Cook, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Jamaica, Kiribati, Lesoto, Libéria, Madagáscar, Malauí, Mali, Maurício, Maurtânia, Micronésia, Moçambique, Namíbia, Nauru, Níger, Nigéria, Niue, Palau, Papua-Nova Guiné, Quênia, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, República Dominicana, Ruanda, Samoa, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Seychelles, Somália, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Sudão, Suriname, Suazilândia, Tanzânia, Timor Leste, Togo, Tonga, Trinidad e Tobago, Tuvalu, Uganda, Vanuatu, Zâmbia e Zimbábue. Vale observar que Cuba é signatária do Grupo ACP, mas não do Acordo de Cotonou. <http://www.scielo.br/pdf/sur/v2n2/a05v2n2.pdf> Acesso em 15/03/2011.

³³⁸ http://ec.europa.eu/europeaid/where/acp/overview/cotonou-agreement/index_en.htm#overview Acesso em 15/03/2011.

³³⁹ <http://www.globalcompetitionforum.org/regions/africa/Ghana/Cotonou%20Agreement.pdf> Acesso em 15/03/2011.

³⁴⁰ *Idem*.

situação dos países menos desenvolvidos³⁴¹.

O Ministério de Comércio e Indústria de Gana liberou, em fevereiro de 2005, a Política Comercial do país, documento este que almeja garantir a “previsibilidade e consistência”³⁴² do plano governamental para investimentos internacionais, apostando em práticas competitivas transparentes e eficazes.

Busca-se, então, incentivar o desenvolvimento do setor produtivo e proteger o consumidor, exigindo um nível de igualdade para todas as empresas. Ao mesmo tempo, espera-se a transparência no sistema de compras governamentais, promovendo o uso de produtos e serviços locais para apoiar a indústria nacional.

Em dezembro de 2010, o Presidente John Atta Mills lançou um programa de desenvolvimento econômico e social com validade de seis anos, conhecido como “Agenda para o Crescimento Compartilhado e Desenvolvimento Acelerado para um Gana melhor”³⁴³.

A política comercial abrange iniciativas que garantem a competitividade internacional das empresas nacionais em médio prazo, incluindo a diversificação de mercados e integração econômica com outras regiões, alavancando, assim, o crescimento das exportações de forma geral.

As principais iniciativas³⁴⁴ do Governo, portanto, devem incidir sobre: manutenção das taxas de câmbio competitivas; melhoria do regime importação/exportação; estabelecimento da Autoridade de Concorrência de Gana para lidar com práticas desleais no comércio internacional; criação de uma Agência Nacional para a Proteção de Consumidores; participação ampliada em negociações comerciais multilaterais; uma Política Nacional de Comércio baseada nos protocolos da ECOWAS, etc.

4.5 Licitação

A Autoridade de Contratos Públicos³⁴⁵ trabalha para que a utilização do erário público seja feita de forma judiciosa, econômica e eficiente, ao garantir que todos os contratos firmados com o Estado sejam realizados de forma justa e transparente, promovendo, ainda, uma indústria local competitiva.

³⁴¹ <http://www.globalcompetitionforum.org/regions/africa/Ghana/Cotonou%20Agreement.pdf> Acesso em 15/03/2011.

³⁴² <http://www.moti.gov.gh/en/policies/policy-documents.php> Acesso em 16/03/2011.

³⁴³ *An Agenda for Shared Growth and Accelerated Development for a Better Ghana*. p.45. <http://www.ghana.gov.gh/documents/coordinatedprogramme.pdf>. Acesso em 16/03/2011.

³⁴⁴ *Idem*.

³⁴⁵ <http://www.ppbghana.org/> Acesso em 24/03/2011.

O sistema licitatório tem sofrido modificações desde 1996 quando passou a fazer parte do programa³⁴⁶ de melhorias na Administração Financeira nacional.

Visando abolir as várias deficiências e fraquezas estruturais no processo licitatório, principalmente no que tange à “ausência de um organismo central com capacidade necessária, conhecimentos técnicos e competência para desenvolver uma política coerente de contratos públicos”³⁴⁷, foi promulgado uma lei de aquisições mais abrangente.

A Lei 663/2003 (*Public Procurement Act*) busca utilizar as compras públicas como meio para o desenvolvimento nacional, estimulando a concorrência, eficiência, transparência e responsabilidade na esfera.

A Parte I³⁴⁸ da norma estabelece o Conselho de Contratos Públicos dentro da Autoridade, sendo esse órgão central para a formulação de políticas em matéria de licitação, e responsável, igualmente, pela supervisão do processo, garantindo a utilização criteriosa, econômica e eficiente dos recursos do Estado.

É composto por presidente, vice, quatro representantes do setor público e três do privado, três nomeados pelo Ministro de Finanças e um Chefe Executivo, todos com experiência no âmbito. Incluído nas funções do Conselho está a publicação de um boletim mensal de aquisições e um relatório anual enviado ao Ministro indicando as atividades e operações do mesmo.

A Parte II prevê o regime administrativo, institucional e estrutural dos Contratos Públicos, estabelecendo a abrangência de aplicação da norma à aquisição de bens, obras e serviços financiados no todo ou em parte por fundos estatais (art.14), sob responsabilidade da Entidade Adjudicante (art.15)³⁴⁹.

A terceira Parte³⁵⁰ trata da regulamentação dos Contratos, iniciando-se pela apresentação, pela entidade adjudicante, de um plano de aquisição a fim de apoiar a aprovação do programa. O projeto deve indicar pacotes de contrato, custo estimado para cada pacote, o método de aquisição, e as etapas e tempo de processamento (art.21), que será analisado pela Comissão de Propostas, responsável pelo cumprimento da Lei 663.

Para ser proponente é exigido o adimplemento de alguns requisitos elencados pelo artigo 22, tais como, possuir qualificação profissional e técnica, recursos financeiros,

³⁴⁶ <http://pt.scribd.com/doc/38469962/Public-Financial-Management-in-Ghana> *Public Financial Management Reform Programme* (PUFMARP). Acesso em 24/03/2011.

³⁴⁷ <http://www.ppbghana.org/about/ppahistory.asp> Acesso em 24/03/2011.

³⁴⁸ <http://www.mohghana.org/UploadFiles/Procurements/Public%20Procurement%20Act%202003%20Act%2063090812103250.pdf> Acesso em 24/03/2011.

³⁴⁹ *Idem.*

³⁵⁰ *Idem. Ibidem.*

equipamentos e outras instalações físicas, capacidade de gestão, confiabilidade, experiência na contratação do objeto, reputação, pessoal para executar o contrato; ter a capacidade jurídica para celebrar o contrato; ser solvente, não estar em concordata, falência ou em processo de liquidação, não ter tido a sua atividade suspensa e não ser objeto de processo judicial; ter cumprido suas obrigações fiscais; ter conselheiros ou diretores que não tenham sido, em qualquer país, condenados por crime relacionado com sua conduta profissional ou suspenso administrativamente, entre outros³⁵¹.

O artigo 29 da mesma seção possibilita a rejeição das propostas e orçamentos a qualquer momento antes da aceitação, desde que os motivos para tanto estejam previamente especificados no edital de licitação.

A Parte IV³⁵² da Lei é relativa aos métodos de contratação³⁵³, sendo eles:

a) Licitação Competitiva (art.35): aquisição de bens, obras ou serviços em geral;

b) Licitação de Duas Fases (art.36): quando não é viável à entidade adjudicante formular especificações detalhadas do objeto de contratação; quando a natureza das mercadorias ou obras estejam sujeitas a rápidos avanços tecnológicos; ou, se a entidade adjudicante pretende celebrar um contrato de investigação, estudo ou desenvolvimento.

c) Licitação Restrita (art.38): quando, por razões de economia e eficiência, a entidade contrata bens, obras ou serviços disponíveis somente à partir de um número limitado de fornecedores ou empreiteiros; ou se o tempo e custo necessários para examinar e avaliar um grande número de propostas é desproporcional ao valor do objeto a ser adquirido.

d) Licitação de Fonte Única (art.40): quando um determinado fornecedor ou empreiteiro detém o objeto ou o direito exclusivo sobre ele e não há alternativa razoável; no caso de necessidade urgente de contratação devido a circunstâncias imprevisíveis, eventos catastróficos; necessidade de fornecimento adicional de mercadorias pelo mesmo fornecedor devido a padronização, compatibilidade com as tecnologias, os bens, equipamentos, ou serviços, tendo em conta a eficácia dos contratos originais; reduzida dimensão da licitação; quando o contrato é de investigação, experimentação, estudo ou desenvolvimento; e em caso de segurança nacional.

e) Solicitação de Orçamentos (art.42): quando as mercadorias ou serviços prontamente disponíveis não são especialmente produzidas ou fornecidas com as

³⁵¹ <http://www.mohghana.org/UploadFiles/Procurements/Public%20Procurement%20Act%202003%20Act%20663090812103250.pdf> Acesso em 24/03/2011.

³⁵² *Idem.*

³⁵³ *Competitive tendering, Two-stage tendering, Restricted tendering, Single-source procurement, Request for Quotation.*

especificações particulares da contratação; para produtos onde há um mercado já estabelecido, se o valor³⁵⁴ estimado do contrato for inferior ao valor apresentado no Anexo 3 da lei.

A Parte V³⁵⁵ abarca os procedimentos licitatórios vigentes em Gana. Está dividida em três partes, sendo elas: Convite de Licitação e Pedidos de Pré-qualificação; Apresentação das Propostas; e, Avaliação e Comparação das Propostas.

A Licitação Nacional se manifesta quando somente fornecedores ou contratantes nacionais podem apresentar propostas (art.44). Já, a Internacional ocorre sempre que a Licitação Aberta é utilizada e uma concorrência efetiva não poderia ser obtida a menos que as empresas estrangeiras sejam convidadas a apresentar propostas (art.45).

Os critérios para a avaliação de propostas está disposto no artigo 69, na Parte VI. São eles: qualificação, experiência, reputação, confiabilidade e competência; eficácia das propostas apresentadas; preço da proposta, incluindo eventuais despesas acessórias ou conexas; e, segurança nacional³⁵⁶.

Existem dois processos de seleção das propostas: quando o preço é um fator (art.75) e quando não o é (art.76). Quando a entidade adjudicante usa o primeiro procedimento, as propostas aprovadas serão as que obtiverem melhor avaliação conjunta de critérios; menor preço, no caso da seleção de menor custo; ou melhor classificação técnica. Quando o preço não é um fator, a entidade faz sua seleção baseada em qualidade, qualificações do consultor ou seleção de fonte única.

A Parte VII³⁵⁷ apresenta a viabilidade de revisão do processo licitatório por parte de qualquer fornecedor, empreiteiro ou consultor que alega ter sofrido, ou que possa sofrer perdas ou danos devido a violação de um dever imposto a Entidade Adjudicante pela Lei 663. Contudo, não será sujeito de análise o método de contratação (arts.35 a 43), o processo de seleção (arts. 75 e 76), a limitação dos procedimentos de contratação, e a decisão da entidade adjudicante de rejeitar propostas, ofertas ou orçamentos.

Todo o procedimento revisional, seja ele conduzido pela Entidade Adjudicante ou pela Autoridade de Contratos Públicos, de forma administrativa, está disposto nos artigos 79 a 81. A última tem competência para conceder as seguintes soluções: cancelar ato ilegal ou a decisão total ou parcialmente; reverter decisão ilegal proferida pela entidade adjudicante ou substituí-la por decisão própria; ordenar compensação razoável pelos custos decorrentes do

³⁵⁴ Produtos: até GHC 200 milhões; Obras: até GHC 500 milhões; Serviços Técnicos: até GHC 200 milhões. <http://www.mohghana.org/UploadFiles/Procurements/Public%20Procurement%20Act%202003%20Act%20663%20812103250.pdf> Acesso em 26/03/2011.

³⁵⁵ *Idem.*

³⁵⁶ *Idem.*

³⁵⁷ *Idem. Ibidem.*

processo de contratação; e, encerrar o processo licitatório³⁵⁸.

De acordo como artigo 89, Parte IX³⁵⁹, o Conselho pode realizar investigações acerca dos procedimentos de contratação de uma entidade adjudicante, da celebração ou execução de um contrato, caso considere que um inquérito é necessário ou desejável para prevenir ou detectar uma violação da supracitada Lei.

A penalidade para aqueles que, sem justa causa, impedir ou obstruir um investigador no exercício de sua função, comete um delito e é condenado sumariamente a uma multa não superior a 500 “unidades de pena” ou prisão não superior a dois anos ou ambas, conforme inciso 4 do mesmo artigo.

Auditorias anuais das atividades de contratação podem ser solicitadas pelo Conselho e realizadas pelo Auditor Geral a fim de melhorar o sistema de Compras Públicas, estando disposto no artigo 91.

No item seguinte vemos a punição para aqueles que infringirem qualquer disposição da Lei 663/2003, sendo ela condenação sumária a uma multa não superior a 1000 “unidades de pena” ou prisão não superior a cinco anos ou ambas. Também são consideradas infrações: conluio com qualquer fornecedor ou empreiteiro para a proposição de valores favoráveis a contratação; influenciar, direta ou indiretamente, o processo de aquisição para obter uma vantagem injusta no adjudicação de um contrato; e, alterar qualquer documento com intenção de influenciar o resultado da licitação.

No que tange a práticas corruptas dentro do processo de compras públicas, o artigo 93 faz remissão ao artigo 284³⁶⁰ da Constituição de Gana e à Parte XIX do Código Penal³⁶¹.

³⁵⁸ *The Full Appeals and Complaints Procedure* <http://www.ppbghana.org/comment/complaints.asp> Acesso em 26/03/2011.

³⁵⁹ <http://www.mohghana.org/UploadFiles/Procurements/Public%20Procurement%20Act%202003%20Act%2063090812103250.pdf> Acesso em 26/03/2011.

³⁶⁰ “A public officer shall not put himself in a position where his personal interest conflicts or is likely to conflict with the performance of the functions of his Office” http://www.judicial.gov.gh/constitution/chapter/chap_24.htm Acesso em 26/03/2011.

³⁶¹ <http://www.gibraltarlaws.gov.gi/articles/1960-17o.pdf> Acesso em 24/03/2011.

CONCLUSÃO

A presente dissertação examinou os investimentos estrangeiros diretos na África, designadamente em Gana, visando, essencialmente, o domínio intelectual dos determinantes a moldar o receptáculo político e econômico na região. A análise buscou compreender e interpretar as variáveis responsáveis por respaldar a viabilidade das aplicações de capital.

Para dar suporte a esse exame chegou-se a vários pontos facilitadores dos investimentos em Gana como também a alguns entraves que serão acostados a seguir.

Quanto ao trajeto histórico evolutivo pôde-se verificar que a posição geográfica estratégica do Reino ganense, situado ao extremo sul da rota comercial do Saara, foi grande responsável por seu enriquecimento entre os anos 300 e 900.

Ao controlar as rotas caravaneiras que transitavam pelo Alto Níger, Gana pôde participar ativamente da mercancia com o Marrocos, atraindo, igualmente, a atenção dos árabes, maiores comerciantes da época, e imperantes no comércio oriental.

Portugal, em franca exploração marítima, com intenção última de achar uma rota ao Sul para conter a barreira árabe e estabelecer comércio direto com a Ásia, chega, em 1482, a Elmina, região costeira de Gana. A cidade retém os anos de contato, comércio e colonização europeia melhor do que qualquer outro lugar, sendo seu porto o maior entreposto mercantil na África Ocidental, chamado pelos europeus de *Gold Coast*, devido à abundância do minério na região.

A soberania lusa se estendeu até o século XVI, aproximadamente, quando holandeses e franceses estabeleceram postos naquela região. Presencia-se, então, um crescimento populacional heterogêneo junto à costa, concomitantemente a mudanças sociopolíticas, caracterizadoras do período pós-contato europeu.

A independência total foi alcançada em 6 de março de 1957, graças a esforços de Kwame Nkrumah, líder anti-colonial e figura emblemática do Continente. Gana foi a primeira colônia de exploração africana a obter soberania, no entanto, sua autonomia só foi

reconhecida pela Grã-Bretanha em 1º de julho de 1960, tornando-se conhecida como República de Gana.

Em 2009, John Atta Mills tomou posse como Presidente, marcando pela segunda vez a transição de um líder legitimamente eleito para o outro, garantindo a Gana o status de democracia estável.

Analisando a integração e a inserção regional de Gana observou-se a necessidade dos novos Estados dotarem-se de instituições capazes de promover o desenvolvimento econômico, a modernização e a liberdade política.

Concebe-se, então, a União Africana para acelerar a integração sócio-econômica e política do Continente, promovendo e defendendo questões de interesse comum entre Estado e povo, sem deixar de lado a busca pela paz e segurança, a defesa das instituições democráticas, da boa governança e dos Direitos Humanos na África.

Contudo, a integração em escala continental e a abertura comercial entre vizinhos diretos não seria feita de forma repentina. O aparecimento de Comunidades Econômicas Regionais, abrigadas pela União Africana, permitiria alcançar tal objetivo, mesmo que de forma gradual.

A ECOWAS é uma dessas Comunidades, sendo Gana membro desde sua criação, em 1975. Tem como alvo a cooperação e integração regional e o estabelecimento de uma União Econômica na África Ocidental, a fim de elevar os padrões de vida dos seus povos e contribuir para o progresso e desenvolvimento do Continente Africano.

Os nacionais da ECOWAS podem circular livremente por Gana sem a obrigatoriedade de visto, além de poderem residir, trabalhar e estabelecer-se, tendo acesso às atividades econômicas em condições de igualdade com ganenses.

Medidas foram tomadas para que a circulação de mercadorias também fosse facilitada intra-Comunidade, como a adoção de documentos e procedimentos aduaneiros harmonizados, amplamente usados e reconhecidos pelo comércio internacional.

Não é possível considerar investimentos no país em tela sem antes examinar sua economia e infraestrutura de forma clara e minuciosa, como foi feito no decorrer do Capítulo III.

A economia ganense é diversificada, baseando-se em três atividades centrais: agricultura, com plantações tropicais como o cacau; mineração, com abundância em ouro, diamantes e outros minerais; além de exploração de recursos florestais em vastas plantações de árvores de madeira comercial.

Bem dotada de bens naturais, Gana conta, ainda, com um campo de petróleo que,

potencialmente, transformará a sua economia, segundo o FMI. Contudo, os investimentos na esfera ficarão limitados já que os contratos de extração, principalmente, estão reservados a estatal *Ghana National Petroleum Corporation*.

A Barragem de Akosombo fornece eletricidade para grande parte do país, além de ser utilizada na fundição de alumínio pela *Volta Aluminium Company* (VALCO). Há, ainda, a Barreira de Kpong, construída para fornecimento energético suplementar, e a de Bui, que está em construção.

O país é rico em recursos energéticos variados, incluindo a biomassa, hidrocarbonetos, hidroenergia, solar e eólica. Tem capacidade para produzir bio-combustíveis modernos e está explorando opções para desenvolver energia nuclear. Entretanto, as energias renováveis ainda apresentam desafios, a saber, a baixa eficiência da madeira como combustível e os altos custos da tecnologia solar e eólica.

O transporte no país, realizado por meio rodoviário, ferroviário, aéreo e náutico, e as redes de comunicação estão centrados na Região Sul, especialmente nas áreas em que o cacau, ouro, e madeira são produzidos, ainda herança histórica dos colonizadores europeus. As Zonas Norte e Central estão conectadas através de um sistema viário principal, no entanto, algumas áreas, mantêm-se relativamente isoladas.

Sua mão-de-obra é relativamente barata e insuficientemente qualificada. A comunicação não é problema, pois o Inglês é amplamente falado, especialmente em áreas urbanas. As regulamentações e políticas trabalhistas são geralmente favoráveis à esfera empresarial.

Algumas normas foram implementadas visando a melhoria do ambiente empresarial como o Código das Sociedades Comerciais, a Lei da Insolvência, a de Lavagem de Dinheiro e a de Seguros. Ao mesmo tempo, o investidor conta com o apoio de uma série de convenções internacionais das quais Gana participa.

O país foi considerado de Médio-alto risco, segundo a AON, em 2010, principalmente no que diz respeito à ingerência política, conversão de câmbio e não pagamento de empréstimos estatais para a indústria petrolífera. Apesar disso, não se verificou iminência de greves, motins, comoção civil, e o terrorismo no território.

O Poder Judiciário é independente do Legislativo e Executivo, o que traz um nível de risco menor para investidores estrangeiros. A Suprema Corte é autorizada pela Carta Magna a se pronunciar sobre a constitucionalidade de normas ou ação executiva a pedido de qualquer cidadão lesado.

Alguns países já apostam em Gana como principal acesso comercial à África

Ocidental. As exportações ganenses para o Brasil, principalmente, da venda do cacau inteiro, aumentaram em 267%, assim como as importações, a despeito da crise financeira global.

Nos últimos sete anos, observou-se um aumento no fluxo de remessas para o Continente de 300%, devido, notadamente, às empresas brasileiras de petróleo, gás e mineração que se instalaram em solo africano.

A Holanda já investiu cerca de 350 milhões de dólares em Gana durante os últimos 10 anos, sendo que as áreas mais beneficiadas foram o abastecimento de água urbana, a reabilitação de rodovias, a ampliação de portos e sistemas de transporte público, assim como os setores de bem-estar e educação.

Cerca de 400 projetos foram implantados pelo Reino Unido, desde 2008, representando uma aplicação total de US\$3,2 bilhões, especialmente no setor de agricultura, transportes e saúde.

A França foi um dos principais patrocinadores do *Ghana's National Identification System* (NIS), com uma soma de US\$ 30 milhões. O sistema foi responsável por tornar o registro de identidades mais seguro, garantindo a efetiva proteção, armazenamento e gerenciamento dessas informações.

A relação mercantil entre Gana e China tem crescido ao longo dos anos, mas não de maneira equilibrada, já que os dados beneficiam os chineses. No entanto, foi noticiada, em novembro de 2010, a aplicação de US\$570 milhões na mineração, saúde e agricultura de Gana.

A Nigéria investiu US\$70,62 milhões somente entre abril e junho de 2009, perfazendo 60% do total das aplicações na região. As áreas que mais se beneficiaram foram a moldagem de aço e alumínio, serviços bancários, fabricação de produtos de alumínio, mercadorias farmacêuticas.

Entre 1º de janeiro e 30 de junho de 2009, foram registrados seis projetos norte-americanos perfazendo o valor de US\$6,07 milhões. Os setores extrativista (ouro e madeira) e petrolífero são os mais procurados pelo investidor externo.

Gana é um dos maiores beneficiários das linhas oferecidas de crédito pela Índia, podendo alcançar a marca de US\$193 milhões.

Verifica-se na última parte do texto dissertativo que o quadro regulatório geral visa encorajar e atrair investimentos estrangeiros efetivos para o país, tornando o ambiente jurídico capacitado e propício aos negócios, através de uma legislação segura de promoção e proteção a eles.

A Lei 478/94 funciona como Carta Magna na regência de investimentos como um

todo, exceto os concernentes a minerais e mineração, petróleo, gás e zonas francas. Estabelece, também, o Centro de Promoção ao Investimento de Gana, que busca incentivar, promover investimentos, reforçar e atrair negócios efetivos dentro e fora de Gana.

A norma demarca quais empreendimentos podem ser operados somente por ganenses, como é o caso do comércio em pequena escala em quiosques e mercados menores em qualquer lugar; serviço de táxi e aluguel de carros, salvo se o interessado tiver uma frota mínima de dez carros novos; jogos de azar, loterias, apostas; salões de beleza e barbearias e mineração de subsistência.

Os procedimentos para solução de lides mostram certa vantagem para o investidor, uma vez que a busca por acordos amigáveis está legalizada e amplamente sugerida na Lei 478.

Entretanto, quando a conciliação imediata não é possível, utiliza-se a arbitragem, que, em Gana, apresenta-se em conformidade com os procedimentos onusianos e suas decisões são sempre executáveis desde que homologadas por algum Tribunal.

No caso de empreendedor estrangeiro, a composição pode ser feita, também, em obediência a qualquer acordo bilateral ou multilateral sobre proteção a investimentos em que os países sejam signatários. Além disso, quando há controvérsia em relação ao método de resolução de litígios, a escolha do investidor sempre prevalece.

O documento anual *Global Corruption Perceptions* analisa níveis de corrupção dentro dos países. Gana vem apresentando melhoras significativas e ocupa o 62º lugar na classificação geral do GCP de 2010, sendo o único país da África Ocidental a pontuar de forma razoável no índice.

No geral, estabelecer um empreendimento pode ser complexo e lento devido a um grande número de etapas, preceitos e mecanismos.

O relatório *Doing Business: Making a Difference for Entrepreneurs* apresenta indicadores quantitativos acerca da facilidade de se fazer negócio, entre outras regulamentações, como a de proteção dos direitos de propriedade, para, em seguida, são aproveitados na formulação de políticas e reformas que aprimoram o ambiente econômico, resultando em produtividade, investimento, maior competitividade e emprego à população. Gana tem registrado grandes avanços, já que nos últimos dois anos subiu vinte posições, estando em 67º lugar na classificação geral do *Doing Business 2011*.

A principal regulamentação acerca da proteção contra concorrência desleal está disposta na Lei 589, assinada em 09/12/2000. Contudo, a matéria ainda aparece dispersa no Código Empresarial, em legislações de investimento e tratados internacionais.

Ocorre que a Lei 589 é geralmente vista como inadequada, fato pelo qual se justificou a proposição de uma norma mais abrangente que regula práticas justas de comércio e concorrência, além do estabelecimento de um Tribunal especial e um serviço de reclamações para lidar com tais questões.

O Acordo de Cotonou, que rege as relações entre a União Européia e o Grupo África, Caribe e Pacífico, também fornece base legislativa para o mérito, mais precisamente o artigo 45, que visa estabelecer uma política favorável ao investimento, ao processo de industrialização sustentável e à transparência no acesso a mercados a partir de regras seguras e eficazes de concorrência.

A Lei 663/2003 (*Public Procurement Act*) busca utilizar as compras públicas como meio para o desenvolvimento nacional, estimulando a concorrência, eficiência, transparência e responsabilidade na esfera, visando abolir as várias deficiências e fraquezas estruturais no processo licitatório.

É sabido que a economia de um país cresce substancialmente quando seu pátio industrial é bem equipado, e Gana tem um enorme potencial de crescimento industrial, o que garantiria a criação de empregos e melhor distribuição da riqueza.

No entanto, atrair investimentos para construir a infraestrutura necessária para o crescimento econômico do país ainda é um grande desafio, razão pela qual se busca oportunidades que levem a um desenvolvimento eficiente com investimentos e incentivos internacionais, voltados tanto para a base estrutural como para empreendimentos mercantis, industriais e de serviços, abrindo, assim, seu espaço no mundo contemporâneo.

O país ainda precisa de infraestrutura básica que estimule, notadamente, a iniciativa privada estrangeira a investir. O transporte ganense, principalmente, possui falhas que inibem os interessados, já que o escoamento de produtos e serviços fica, por vezes, prejudicado em algumas áreas do país, como o Norte e Centro, que ainda se mantêm relativamente isoladas.

O quadro atual parece nos levar a previsões favoráveis às aplicações de capital na região, uma vez que Gana moldou seu ordenamento jurídico de forma a torná-lo auspicioso para investidores, facilitando o acesso de capital internacional aos mercados locais, através de benefícios e incentivos gerais, o que culminou na melhoria do ambiente empresarial.

REFERÊNCIAS

BEKRI, Abdallal Ibn Abd el Aziz el. **Description de l'Afrique Septentrionale**. Trad. Slane, 1859 *apud* DAVIDSON, Basil.

CAVAZZI, G. A. **Istorica Descrizione de ' Tre Tegni Congo Matamba**. Ed Angola: Service des Archives Nationales de France, 1678 *apud* LAMBERT, Jean-Marie. História da África Negra, Goiânia: Kelps, 2001.

DAVIDSON, Basil. **Black Mother, África: The Years of Trial**. London: Victor Gollanez, 1961.

_____. **L'Afrique avant les blancs** : découverte du passé oublié de l'Afrique. trad. Pierre Vidaud; pref. Hubert Deschamps. Paris: Presses Universitaires de France, 1962.

DECORSE, Christopher R. **An Archaeology of Elmina. Africans and europeans on the Gold Coast, 1400-1900**. Washington: Smithsonian Institution Press, 2001.

LAMBERT, Jean-Marie. **História da África Negra**. Goiânia: Kelps, 2001.

_____. **Country Profile Guinea-Conakry**.

NKRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo, último estágio do imperialismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

MELLO, Luiz Gonzaga. **Antropologia Cultural**. Iniciação, Teorias e Temas. 10 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

RANGER, Terence. **A invenção da tradição da África Colonial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **A África Moderna: um continente em mudança (1960-2010)**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2010

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **A África na Política Internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial**. Curitiba: Juruá, 2010.

http://www.modernghana.com/GhanaHome/NewsArchive/news_details.asp?t=mg&id=VFZS

[SmQwNTZaM2c9&menu_id=1&sub_menu_id=0](#). Acesso em 26/04/2010.

<http://www.casadasafricas.org.br/site/img/upload/306470.pdf>. Acesso em 09/09/2010.

<http://www.un.org/Depts/dpi/decolonization/declaration.htm>. Acesso em 10/09/2010.

<http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/OUA/Ficha-oua.htm>. Acesso em 13/09/2010.

<http://www.afrol.com/articles/10577>. Acesso em 11/09/2010.

<http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/7802803.stm>. Acesso em 11/09/2010.

<http://www.focus-fen.net/index.php?id=n210673>. Acesso em 11/09/2010.

http://www.africa-union.org/About_AU/fmuaenbref.htm. Acesso em 16/09/2010.

http://www.africa-union.org/root/au/organs/Executive_Council_en.htm. Acesso em 16/09/2010.

http://www.au2002.gov.za/docs/key_oau/au_act.htm. Acesso em 17/09/2010.

<http://www.pan-africanparliament.org/>. Acesso em 20/09/2010.

<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/africa/banjul.htm>. Acesso em 19/09/2010.

<http://www.didinho.org/direitos%20humanos%20em%20africa.htm>. Acesso em 21/09/2010.

http://www.africaunion.org/root/au/organs/Permanent_%20Representative_%20Committee_en.htm. Acesso em 16/09/2010.

http://www.africa-union.org/root/au/organs/Specialized_Technical_Committee_en.htm. Acesso em 16/09/2010.

<http://www.achpr.org/>. Acesso em 22/09/2010.

http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/country_profiles/3870303.stm. Acesso em 23/09/2010.

<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html>. Dados da *CIA World Factbook* de 2004. Acesso em 23/09/2010.

<http://www.cen-sad.org>. Acesso em 25/09/2010.

<http://www.eac.int>. Acesso em 25/09/2010.

<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/1373519/Economic-Community-of-Central-African-States>. Acesso em 28/09/2010.

<http://news.bbc.co.uk/2/hi/africa/7802803.stm> Acesso em 11/09/2010.

<http://www.reuters.com/article/idUSLK563508>. Acesso em 25/09/2010.

<http://www.comm.ecowas.int/sec/index.php?id=treaty&lang=en>. Acesso em 28/09/2010.

<http://www.parl.ecowas.int/>. Acesso em 30/09/2010.

<http://www.comm.ecowas.int/sec/en/protocolos/Protocol%20on%20good-governance-and-democracy.pdf>. Acesso em 30/09/2010.

<http://www.comm.ecowas.int/>. Acesso em 02/10/2010.

http://www.bidc-ebid.org/en/bidc_presentation.php. Acesso em 02/10/2010.

http://www.idrc.ca/en/ev-68350-201-1-DO_TOPIC.html. Acesso em 10/10/2010.

<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/visita-ao-brasil-do-presidente-da-comissao-da-uniao-economica-e-monetaria-do-oeste-africano-uemoa-27-a-30-de-abril-de-2010>. Acesso em 12/10/2010.

<http://allafrica.com/stories/200906230222.html>. Acesso em 12/10/2010.

http://www.enid.gov.cv/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=9&Itemid=53. Acesso em 15/10/2010.

<http://www.iss.co.za/Pubs/Monographs/No46/Ecomog.html>. Acesso em 15/10/2010.

<http://www.missuniverse.com/>. Acesso em 15/10/2010.

<http://www.quadrodemedalhas.com/futebol/copa-do-mundo/copa-mundo-2006-mundial-alemanha.htm>. Acesso em 17/10/2010.

<http://copadomundo.uol.com.br/2010/jogos/uruguai-x-gana-02-07.jhtm>. Acesso em 17/10/2010.

<http://www.sec.ecowas.int/sitecedea0/english/ap010579.htm>. Acesso em 17/10/2010.

<http://www.sec.ecowas.int/sitecedea0/english/ade020785.htm>. Acesso em 18/10/2010.

<http://www.sec.ecowas.int/sitecedea0/english/asp010786.htm>. Acesso em 18/10/2010.

<http://www.sec.ecowas.int/sitecedea0/english/asp020590.htm>. Acesso em 18/10/2010.

<http://www.sec.ecowas.int/sitecedea0/english/es-rep2000-3-2.htm>. Acesso em 19/10/2010.

<http://www.brown-card.ecowas.int/>. Acesso em 19/10/2010.

http://www.comm.ecowas.int/sec/en/reglements/Regulation_ECOWAS_Certificate_of_Origin050402.pdf. Acesso em 19/10/2010.

<http://www.comm.ecowas.int/pays/web/gh-m.htm>. Acesso em 19/10/2010.

<http://www.comm.ecowas.int/sec/index.php?id=cdec040686&lang=en>. Acesso em

19/10/2010.

<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2009/01/weodata/groups.htm#oem>. 27/10/2010.

<http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/GHA.html>. Acesso em 02/05/2011.

<http://news.bbc.co.uk/2/hi/business/6764549.stm>. Acesso em 27/10/2010.

http://online.wsj.com/article/NA_WSJ_PUB:SB124874269019485491.html. Acesso em 28/10/2010.

<http://www.oanda.com/convert/classic>. Acesso em 29/10/2010.

<http://www.britannica.com/EBchecked/topic/632445/Lake-Volta>. Acesso em 01/11/2010.

<http://www.portugaldigital.com.br/noticia.kmf?cod=9009889&indice=30&canal=159>. Acesso em 01/11/2010.

<http://www.energymin.gov.gh/about.php#overview>. Acesso em 01/11/2010.

<http://energymin.gov.gh/>. Acesso em 01/11/2010.

<http://www.gnpcghana.com/aboutus/orgStructure.asp>. Acesso em 02/11/2010.

http://www.bbc.co.uk/portugueseafrika/news/story/2010/07/100729_africacommoditiesaws.shtml. Acesso em 02/11/2010.

<http://www.vra.com/Power/thermal.html>. Acesso em 02/11/2010.

<http://www.cmsenergy.com/>. Acesso em 04/11/2010.

<http://www.modernghana.com/news/273696/1/management-of-tico-launches-10th-anniversary-celeb.html>. Acesso em 04/11/2010.

<http://business.everythinghana.com>. Acesso em 04/11/2010.

<http://www.bost.com.gh/index.php>. Acesso em 04/11/2010.

<http://business.everythinghana.com>. Acesso em 05/11/2010.

<http://www.gridcogh.com/site/index.php>. Acesso em 05/11/2010.

<http://new.energycom.gov.gh/pgs/divisions.php>. Acesso em 05/11/2010.

<http://www.energycom.gov.gh/static.php?ID=2>. Acesso em 08/11/2010.

<http://www.energycom.gov.gh/static.php?ID=2>. Acesso em 08/11/2010.

http://www.ecowapp.org/about_us.html. Acesso em 09/11/2010.

<http://licitacoes.dgmarket.com/tenders/adminShowBuyer.do~buyerId=1293850>. Acesso em 09/11/2010.

<http://www.mrt.gov.gh/>. Acesso em 15/11/2010.

<http://www.mrt.gov.gh/index>. Acesso em 15/11/2010.

http://www.transport-links.org/transport_links/filearea/publications/1_634_PA3383_1998.pdf. Acesso em 16/11/2010.

<http://www.mot.gov.gh/organisations.html>. Acesso em 16/11/2010.

<http://news.myjoyonline.com/business/201002/42619.asp>. Acesso em 18/11/2010.

<http://www.otal.com/ghana/transportnews.htm>. Acesso em 18/11/2010.

http://www.ghananewstoday.com/gnt_cn_detailb.cfm?tblNewsCatID=21&tblNewsID=1100. Acesso em 18/11/2010.

<http://www.railwaygazette.com> Acesso em 18/11/2010.

<http://www.kampacgroup.com/koil.html>. Acesso em 18/11/2010.

http://www.menafn.com/qn_news_story_s.asp?StoryId=1093163240. Acesso em 19/11/2010.

<http://www.railwaysafrica.com/>. Acesso em 19/11/2010.

<http://www.railwaysafrica.com/blog/2010/12/accra-tema-line-ghana/>. Acesso em 02/05/2011.

www.ghanaweb.com/GhanaHomePage/.../ministries.php. Acesso em 20/11/2010.

<http://tem.msomail.co.uk/assets/BenOwusuMensah.pdf>. Acesso em 20/11/2010.

<http://www.mrt.gov.gh/userfiles/file/Organizational%20Structure.pdf>. Acesso em 22/11/2010.

<http://www.highways.gov.gh/>. Acesso em 22/11/2010.

http://ghanaports.gov.gh/GPHA/about_us.html. Acesso em 22/11/2010.

<http://www.atlanticportservices.com/>. Acesso em 22/11/2010.

<http://speedlineghana.com/about.php>. Acesso em 22/11/2010.

<http://www.ghanaports.gov.gh/GPHA/tema/index.html>. Acesso em 22/11/2010.

<http://ghanaports.gov.gh/GPHA/takoradi/index.html>. Acesso em 22/11/2010.

<http://www.imo.org/Pages/home.aspx>. Acesso em 22/11/2010.

<http://wilsonroque.blogspot.com/2010/01/qual-e-o-maior-do-mundo.html>. Acesso em 22/11/2010.

<http://ghanaports.gov.gh>. Acesso em 22/11/2010.

<http://www.gcaa.com.gh>. Acesso em 23/11/2010.

<http://www.ghanaweb.com/GhanaHomePage/NewsArchive/artikel.php?ID=181660>. Acesso em 23/11/2010.

<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/gh.html>. Acesso em 24/11/2010.

<http://www.visualgeography.com/categories/ghana/jobs.html>. Acesso em 24/11/2010.

<http://www.state.gov/e/eeb/afd/2008/100873.htm>. Acesso em 24/11/2010.

<http://www.gipc.org.gh/Pages.aspx?id=34>. Acesso em 26/11/2010.

<http://www.mbendi.com/>. Acesso em 30/04/2010.

http://www.aon.com/risk-services/political-risk-map2/images/2010_PE_Risk_Map_low%20res.pdf. Acesso em 30/04/2010.

http://www.embrasil.com.gh/content/home_p/comercio-investimentos/. Acesso em 01/12/2010.

<http://www.webartigos.com/articles/41729/1/O-CONTINENTE-AFRICANO-PRINCIPAL-ATRACAO-DOS-INVESTIMENTOS-INTERNACIONAIS-INCLUSIVE-BRASILEIROS/pagina1.html>. Acesso em 01/12/2010.

<http://news.bbc.co.uk/2/hi/7335882.stm>. Acesso em 01/12/2010.

<http://ictsd.org/i/trade-and-sustainable-development-agenda/47303/>. Acesso em 01/12/2010.

http://www.oret.nl/docs/fact_sheet_import_EN.pdf. Acesso em 01/12/2010.

<http://www.modernghana.com/news/33305/1/netherlands-invests-about-350-million-in-ghana.html>. Acesso em 01/12/2010.

<http://www.oikocredit.org/en/home>. Acesso em 02/12/2010.

<http://www.microcapital.org/microcapital-story-oikocredit-of-the-netherlands-invests-usd-47-million-in-microfinance-institutions-in-india-and-ghana/>. Acesso em 02/12/2010.

<http://www.amalbank.com.gh/aboutus/index.php?content=1>. Acesso em 02/12/2010.

http://www.thestatesmanonline.com/pages/news_detail.php?newsid=1773§ion=2. Acesso em 02/12/2010.

<http://www.ghana.gov.gh/index.php>. Acesso em 02/12/2010.

<http://www.fmo.nl/smartsite.dws?id=1741>. Acesso em 02/12/2010.

<http://www.ghanecc.com/index.php>. Acesso em 03/12/2010.

<http://www.ghanecc.com/news.php?id=8>. Acesso em 03/12/2010.

<http://www.modernghana.com/news/33305/1/netherlands-invests-about-350-million-in-ghana.html>. Acesso em 03/12/2010.

<http://www.ghanahighcommissionuk.com/index.php>. Acesso em 03/12/2010.

http://www.cocobod.gh/cocoa_marketing.php. Acesso em 03/12/2010.

<http://www.fcghana.com/index.php> Acesso em 03/12/2010.

<http://www.ghanabank.co.uk/>. Acesso em 03/12/2010.

<http://www.users.globalnet.co.uk/~univghana/ukoffice.htm>. Acesso em 03/12/2010.

<http://www.modernghana.com/news/238379/1/number-of-private-investment-rises.html>. Acesso em 03/12/2010.

<http://www.modernghana.com/news/238379/1/number-of-private-investment-rises.html>. Acesso em 03/12/2010.

<http://group.barclays.com/Home>. Acesso em 03/12/2010.

<http://www.careinternational.org.uk>. Acesso em 03/12/2010.

<http://plan-international.org/about-plan>. Acesso em 03/12/2010.

<http://www.careinternational.org.uk/news-and-press/latest-press-releases/1473-banking-on-change-launched-in-ghana>. Acesso em 03/12/2010.

<http://www.ghanaweb.com/GhanaHomePage/NewsArchive/artikel.php?ID=145229>. Acesso em 05/12/2010.

<http://www.ghanaweb.com/GhanaHomePage/business/artikel.php?ID=59945>. Acesso em 05/12/2010.

<http://www.kln.gov.my/web/ghaacra/home>. Acesso em 06/12/2010.

<http://www.gepcghana.com/news.php?news=88> Acesso em 06/12/2010.

http://www.gipc.org.gh/UploadFiles/Publications/Q2Report2009_final_240809090904100848.pdf Acesso em 06/12/2010.

<http://www.jamestown.org/programs/chinabrief>. Acesso em 06/12/2010.

<http://www.ghanabusinessnews.com/2010/11/23/chinese-to-invest-570m-in-ghana-projects/> Acesso em 06/12/2010.

<http://www.theaustralian.com.au/business/news/china-to-pump-16bn-into-ghana-as-part-of-soaring-african-investment/story-e6frg90x-1225928764306> Acesso em 06/12/2010.

<http://www.egov.vic.gov.au/pdfs/e-government.pdf>. Acesso em 06/12/2010.

<http://www.theaustralian.com.au/business/news/china-to-pump-16bn-into-ghana-as-part-of-soaring-african-investment/story-e6frg90x-1225928764306> Acesso em 06/12/2010.

http://www.gipc.org.gh/UploadFiles/Publications/Q2Report2009_final_240809090904100848.pdf. Acesso em 08/12/2010.

<http://www.gipc.org.gh/UserFiles/File/GHANA'S%20INVESTMENT%20CLIMATE%20BY%20MR.%20ROBERT%20AHOMKA-LINDSAY%20CEO%20GIPC.pdf> Acesso em 08/12/2010.

http://www.gipc.org.gh/UploadFiles/Publications/Q2Report2009_final_240809090904100848.pdf Acesso em 08/12/2010.

<http://www.newmont.com/about/company-glance> Acesso em 08/12/2010.

<http://www.mofep.gov.gh/newsletter.pdf> Acesso em 08/12/2010.

<http://www.opic.gov/>. Acesso em 08/12/2010.

<http://economictimes.indiatimes.com/news/politics/nation/India-asks-Ghana-to-ink-bilateral-investment-safety-treaty/articleshow/6486119.cms> Acesso em 08/12/2010.

http://www.gipc.org.gh/UploadFiles/Publications/Investment_Law070627114453.pdf. Acesso em 21/01/2011.

<http://www2.waipa.org/cms/Waipa/index.html>. Acesso em 21/01/2011.

<http://www2.waipa.org/cms/Waipa/About/WhyWAIPA/index.html> Acesso em 21/01/2011.

<http://www2.waipa.org/cms/Waipa/About/ConsultativeCommittee/index.html> Acesso em 21/01/2011.

<http://www.ghana-mining.org/> Acesso em 22/01/2011.

<http://www.ghana-mining.org/ghweb/en/ma/mincom.html> Acesso em 22/01/2011.

www.gnpcghana.com Acesso em 22/01/2011.

<http://africamedianetwork.ning.com/profiles/blogs/concerns-over-ghanas-petroleum> Acesso em 22/01/2011.

<http://www.gfzb.com/> Acesso em 22/01/2011.

<http://www.state.gov/e/eeb/rls/othr/ics/2010/138072.htm> Acesso em 22/01/2011.

http://www.gipc.org.gh/UploadFiles/Publications/Investment_Law070627114453.pdf Acesso em 21/01/2011.

<http://www.state.gov/e/eeb/rls/othr/ics/2010/138072.htm> Acesso em 23/01/2011.

<http://www.doingbusiness.org/~media/FPDKM/Doing%20Business/Documents/Reforms/Cause-Studies/Smart-Lessons/DB07-SL-Ghana-Commercial-Court.pdf> Acesso em 17/01/2011.

<http://www.unctadxi.org/templates/docsearch.aspx?id=779> Acesso em 23/01/2011.

<http://ghanaarbitration.com/> Acesso em 25/01/2011.

<http://www.amchamghana.org/chamber/index.html> Acesso em 25/01/2011.

<http://icsid.worldbank.org/ICSID/Index.jsp> Acesso em 25/01/2011.

<http://www.brettonwoodsproject.org/art-564868> Acesso em 25/01/2011.

http://www.gipc.org.gh/UploadFiles/Publications/Investment_Law070627114453.pdf. Acesso em 08/02/2011.

<http://www.nlcghana.org/> Acesso em 08/02/2011.

<http://209.41.181.19/chraj/> Acesso em 12/02/2011.

http://www.afdevinfo.com/htmlreports/org/org_16046.html Acesso em 12/02/2011.

<http://www.ghana-anticorruption.org/aboutus.php> Acesso em 12/02/2011.

<http://www.transparency.org> Acesso em 12/02/2011.

<http://www.tighana.org/> Acesso em 12/02/2011.

http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi Acesso em 12/02/2011.

http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi/2010/results Acesso em 12/02/2011.

<http://www.doingbusiness.org/> Acesso em 15/02/2011.

<http://portugues.doingbusiness.org/data/exploreconomies/ghana#> Acesso em 15/02/2011.

<http://portugues.doingbusiness.org/~media/FPDKM/Doing%20Business/Documents/Profiles/Country/DB11/GHA.pdf> Acesso em 15/02/2011.

<http://www.ghana-mining.org/ghweb/en/home.html> Acesso em 15/02/2011.

<http://www.tcpghana.gov.gh/> Acesso em 15/02/2011.

<http://www.ghana-mining.org/ghweb/en/ma.html> Acesso em 16/02/2011.

<http://portugues.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/ghana#getting-credit> Acesso em 16/02/2011.

<http://www.cgu.gov.br/ocde/sobre/index.asp> Acesso em 16/02/2011.

<http://portugues.doingbusiness.org/~media/FDKM/Doing%20Business/Documents/Fact-Sheets/DB11-Africa-Reforms-Portuguese.pdf> Acesso em 16/02/2011.

http://ri.bmfbovespa.com.br/upload/portal_investidores/pt/governanca_corporativa/estatutos_politicas/Pol%C3%ADtica_Transacao_com_Partes_Relacionadas_e_demais_Situacoes_Envolvendo_Conflitos_Interesse.pdf. Acesso em 19/02/2011.

<http://portugues.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/ghana#protecting-investors> Acesso em 19/02/2011.

http://portugues.doingbusiness.org/~media/FDKM/Doing%20Business/Documents/Annual_Reports/Overview/DB11-Overview-Portuguese.pdf Acesso em 19/02/2011.

<http://portugues.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/ghana#paying-taxes> Acesso em 19/02/2011.

<http://portugues.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/ghana#trading-across-borders> Acesso em 21/02/2011.

<http://portugues.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/ghana#enforcing-contracts> Acesso em 24/02/2011.

<http://portugues.doingbusiness.org/data/exploreeconomies/ghana#closing-a-business> Acesso em 24/02/2011.

<http://www.globalcompetitionforum.org/africa.htm#Ghana> Acesso em 14/03/2011.

http://www.wipo.int/clea/docs_new/pdf/en/gh/gh005en.pdf Acesso em 14/03/2011.

<http://www.alliedacademies.org/Publications/Papers/JLERI%20Vol%209%20No%201%20and%202%202006%20p%2069-80.pdf> *Journal of Legal, Ethical and Regulatory Issues*, v 9, nº 2, 2006, p.76. Acesso em 14/03/2011.

<http://www.scielo.br/pdf/sur/v2n2/a05v2n2.pdf> Acesso em 15/03/2011.

<http://www.scielo.br/pdf/sur/v2n2/a05v2n2.pdf> Acesso em 15/03/2011.

http://ec.europa.eu/europeaid/where/acp/overview/cotonou-agreement/index_en.htm#overview Acesso em 15/03/2011.

<http://www.globalcompetitionforum.org/regions/africa/Ghana/Cotonou%20Agreement.pdf> Acesso em 15/03/2011.

<http://www.moti.gov.gh/en/policies/policy-documents.php> Acesso em 16/03/2011.

<http://www.ghana.gov.gh/documents/coordinatedprogramme.pdf>. *An Agenda for Shared Growth and Accelerated Development for a Better Ghana*. p.45. Acesso em 16/03/2011.

<http://www.ppbghana.org/> Acesso em 24/03/2011.

<http://pt.scribd.com/doc/38469962/Public-Financial-Management-in-Ghana> *Public Financial Management Reform Programme* (PUFMARP). Acesso em 24/03/2011.

<http://www.ppbghana.org/about/ppahistory.asp> Acesso em 24/03/2011.

¹<http://www.mohghana.org/UploadFiles/Procurements/Public%20Procurement%20Act%202003%20Act%20663090812103250.pdf> Acesso em 24/03/2011.

<http://www.ppbghana.org/comment/complaints.asp> Acesso em 26/03/2011.

http://www.judicial.gov.gh/constitution/chapter/chap_24.htm Acesso em 26/03/2011.

<http://www.gibraltarlaws.gov.gi/articles/1960-17o.pdf> Acesso em 24/03/2011.